

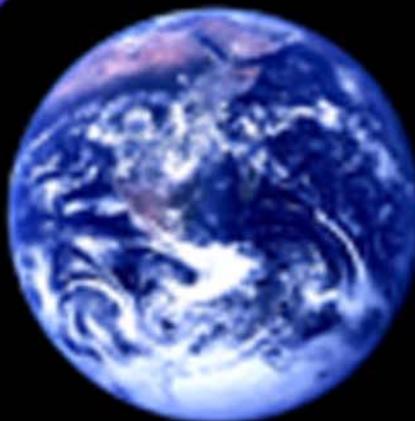


Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado em Sociologia

**MULHERES, TRABALHO E CIDADANIA:
A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NUMA
LÓGICA SOLIDÁRIA DE INCLUSÃO
A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA FEMININA DA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS**

Victoria Régia Arrais de Paiva

**Fortaleza-CE
Agosto de 2006**





Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Mestrado em Sociologia

**MULHERES, TRABALHO E CIDADANIA:
A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NUMA LÓGICA SOLIDÁRIA DE INCLUSÃO
A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA FEMININA DA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS**

Victoria Régia Arrais de Paiva

Fortaleza-CE
Agosto de 2006

VICTORIA RÉGIA ARRAIS DE PAIVA

**MULHERES, TRABALHO E CIDADANIA:
A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NUMA LÓGICA SOLIDÁRIA DE INCLUSÃO
A Experiência da Incubadora Feminina da Associação de Moradores do
Conjunto Palmeiras/Fortaleza/Ce**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Neyára de Oliveira Araújo.

Fortaleza – CE

2006

"*Lecturis saltem*"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

P171m Paiva, Victoria Régia Arrais de.
Mulheres, trabalho e cidadania a construção de significados numa lógica solidária de inclusão [manuscrito] : a experiência da Incubadora Feminina da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza/CE / por Victoria Régia Arrais de Paiva. – 2006.
190f. : il. ; 31 cm.
Cópia de computador (printout(s)).
Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza(CE), 24/08/2006.
Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Maria Neyára de Oliveira Araújo.
Inclui bibliografia.

I-INTEGRAÇÃO SOCIAL – CONJUNTO PALMEIRAS(FORTALEZA,CE),2-MULHERES – IDENTIDADE,3-CIDADANIA,4-TRABALHO,5-ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS.I- Araújo , Maria Neyára de Oliveira,orientador. II-Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III-Título.

CDD(22ª ed.) 302.14098131

72/09

VICTORIA RÉGIA ARRAIS DE PAIVA

**MULHERES, TRABALHO E CIDADANIA:
A CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NUMA LÓGICA SOLIDÁRIA DE INCLUSÃO
A Experiência da Incubadora Feminina da Associação de Moradores do
Conjunto Palmeiras/Fortaleza/Ce**

Dissertação defendida e aprovada pela Banca Examinadora abaixo relacionada, em 24 de agosto de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Neyára de Oliveira Araújo – UFC
Orientadora e Presidente da Banca

Prof. Dr. André Haguette – UFC
Membro

Prof^a. Dra. Iara Maria de Araújo – URCA
Membro

*À vida que brotou do meu ventre.
Valentina é o seu nome - homenageando a primeira
astronauta do mundo [Valentina Tereshkova].*

*Às Mulheres egressas da Incubadora Feminina.
Seus exemplos de coragem e fé na vida
renovam a esperança de que
é possível sonhar com um mundo novo.*

PAIVA, Victoria Régia Arrais de. Mulheres, Trabalho e Cidadania: A Construção de Significados numa Lógica Solidária de Inclusão – a experiência da Incubadora Feminina da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras/Fortaleza/CE. 190p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia – Universidade Federal do Ceará – UFC). Fortaleza/CE, 2006.

RESUMO

Este estudo descreve e analisa a *Incubadora Feminina – Um projeto de inclusão social através do trabalho*, voltado para mulheres em situação de risco social, o qual é executado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE, desde 2001. Sendo este um projeto que tem como finalidade promover a inclusão sócio-econômica, baseando-se nos princípios da socioeconomia solidária, buscou-se compreender como se deu esse processo e de que forma ele aponta novos caminhos para a inclusão social, na direção daquilo que é denominado de *lógica solidária de inclusão*. A metodologia de “incubação” é implementada por meio de oficinas pedagógicas, vivências terapêuticas, cursos de qualificação profissional e organização de iniciativas de geração de trabalho e renda. O fato de haver passado pela Incubadora imprimiu marcas na vida das mulheres egressas, desencadeando mudanças comportamentais que originaram a construção de novos significados no sentido de ser mulher, ser trabalhadora e ser cidadã. Ao analisar as minúcias dessa experiência, constatou-se que nela estão contidos elementos de permanências e mudanças, evidenciando que a lógica solidária de inclusão está permeada por relações que conflitam o que é ideal (horizonte utópico) e aquilo que ocorre no cotidiano (o que é realizado na prática). Pode-se afirmar, ainda, que há uma mistura entre inovação e reprodução; entre alternativo e convencional; entre o novo e a ordem estabelecida, características dos fenômenos híbridos, em que se observa num mesmo processo verdades duplas que se relacionam mutuamente. Todavia, a despeito das limitações, incompletudes, tensões e imprecisões conceituais, uma nova síntese está sendo gestada, demonstrando que outra lógica de inclusão está se constituindo.

Palavras-Chave: Inclusão Social. Mulheres. Trabalho. Cidadania. Socioeconomia Solidária.

PAIVA, Victoria Régia Arrais de. Femmes, Travail e Citoyenneté: La Construction des Significats dans une Logique Solidaire d'Inclusion – La Expérience de l'Incubateur Féminin de l'Association des Habitants du Conjunto Palmeiras. Dissertação (Maîtrise en Sociologie – Universidade Federal do Ceará – UFC), Fortaleza/CE, 2006.

RÉSUMÉ

Ce travail décrit et analyse l'Incubateur Féminin, un projet d'inclusion sociale par le travail destiné aux femmes en situation de risque social et réalisé par l'Association des Habitants du Conjunto Palmeiras, à Fortaleza-Ceará-Brásil depuis 2001. Ce projet a pour but la promotion de l'inclusion socioéconomique, s'appuyant sur les principes de la sociéconomie solidaire. Il a essayé de comprendre la mise en oeuvre de ce processus et de montrer la manière selon laquelle il indique de nouveaux chemins pour l'inclusion sociale vers la direction de ce que nous appelons de logique solidaire d'inclusion. La méthodologie d'inclusion est mise en place par des ateliers pédagogiques, les expériences de travaux thérapeutiques, de cours de formation professionnelle et l'organisation d'initiatives de création de travail et rente. Le passage des femmes par l'incubateur a laissé des traces dans leur vie en déclenchant des changements comportementaux qui ont donné l'origine à la construction de nouveaux significats au status de femme, de travailleuse et de citoyenne. En analysant les détails de cette expérience nous y avons saisi les éléments de permanences et changements qui mettent en évidence la logique solidaire d'inclusion ayant des rapports conflictuels de ce qui est idéal (l'horizon utopique) avec le quotidien (ce qui se passe dans la vie quotidienne). Nous pouvons affirmer qu'il y a un mélange entre l'innovation et la reproduction, entre l'alternatif et le conventionnel, entre le nouveau et l'ordre établi, des caractéristiques des phénomènes hybrides où nous observons, dans un même processus, des vérités doubles qui se rapportent mutuellement. Cependant, malgré les limitations, les incomplétudes, les tensions et les imprécisions conceptuelles, une nouvelle synthèse est en train d'être générée, ce qui montre qu'une autre logique d'inclusion se construit.

Mots-clés: Inclusion Sociale, Femmes, Travail, Citoyenneté, Socioéconomie Solidaire

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01: Capa: Mulher Gestando o Mundo	01
Figura 02: Folha de Rosto da Parte I: As Lógicas da Inclusão Social	26
Figura 03: Folha de Rosto da Parte II: Cartaz Incubadora Feminina	53
Figura 04: Mapa da cidade de Fortaleza, destacando o Conjunto Palmeiras, localizado na Região do Grande Jangurussu	55
Figura 05: Foto da sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP)	56
Figura 06: Foto do Balcão de Atendimento Banco Palmas	60
Figura 07: Cópia do cartão de Crédito Palmacard	63
Figura 08: Cópia da Moeda Social Palmares	62
Figura 09: Cópia da Moeda Social Palmarins	63
Figura 10: Cópia da Moeda Circulante Local Palmas	64
Figura 11: Foto da fachada da sede, do processo produtivo e produtos da Palmalimpe.....	66
Figura 12: Fotos do Laboratório de Agricultura Urbana	67
Figura 13: Fotos do Palmoricó – criação de galinha caipira	68
Figura 14: Fotos palmanatus.....	68
Figura 15: Fotos da Central Palmas de Comercialização (Loja Solidária)	69
Figura 16: Fotos do espaço interno da Loja Solidária	70
Figura 17: Fotos de publicações diversas do Banco Palmas	72
Figura 18: Foto da construção de painéis na Incubadora Feminina.....	79
Figura 19: Foto da apresentação de painéis na Incubadora Feminina.....	79
Figura 20: Foto da capacitação profissional em Corte e Costura.....	79
Figura 21: Foto dinâmica Construindo Redes de Solidariedade	80
Figura 22: Foto dinâmica Cooperação e Solidariedade	80
Figura 23: Foto dinâmica Dança das Cadeiras	80
Figura 24: Foto da comemoração aniversariantes do mês da I.Feminina.....	81
Figura 25: Foto do Encerramento do Curso de Economia Solidária e Desenvolvimento Local com a Turma II da Incubadora Feminina.....	81
Figura 26: Imagem da Flor Bonina	88
Figura 27: Imagem da Flor Girassol	97
Figura 28: Imagem da Flor Hortêncina.....	103
Figura 29: Imagem da Flor Jasmim.....	117
Figura 30: Imagem da Flor Margarida	126
Figura 31: Imagem da Flor Rosa d'Ália	133
Figura 32: Imagem da Flor Tulipa	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rendimento Médio Real (em R\$) dos Ocupados e dos Assalariados por Sexo nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Janeiro de 2002	46
Tabela 2 – Distribuição da PEA por Sexo segundo Nível de Instrução nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Janeiro de 2002	47
Tabela 3 – Taxa de Participação por Sexo segundo Faixa Etária nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2000.....	48
Tabela 4 – Grupos Produtivos Acompanhados pelo Banco Palmas	64
Tabela 5 – Cruzando dados: Escolaridade X Acesso a Qualif. Profissional X Experiências de Trabalho.....	156
Tabela 6 – Cruzando dados: Idade X Idade que casou X N° de filhos X Naturalidade X Estado Civil Atual	158
Tabela 7 – Cruzando dados: Renda X Participação nos Programas do Governo Federal X Chefia da Família ...	160

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
ASMOCONP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CESE – Comunidade Ecumênica de Serviço
CNMT/CUT – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras da CUT
CNMTR – Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CSU – Centro Social Urbano
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DED – Organização da Cooperação Internacional Alemã
DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
EAF – Entidade de Apoio e Fomento à Socioeconomia Solidária
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBFF – Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FSM – Fórum Social Mundial
FSSF – Fundação de Serviço Social de Fortaleza
FUNCI – Fundação da Criança e da Família Cidadã
GTZ – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF – Incubadora Feminina
IMS – Instituto Marista de Solidariedade
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
INSEE – Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos da França
IPECE – Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MAUSS – Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais
MOMOMO – Movimento Monetário Mosaico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
OXFAM – Organização da Cooperação Internacional que atua no combate à fome
PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PDCI – Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado
PALMART – Grupo Produtivo de Artesanato do Conjunto Palmeiras
PALMAFASHION – Grupo Produtivo de Confecções do Conjunto Palmeiras
PALMALIMPE – Microempresa de Produtos de Limpeza do Conjunto Palmeiras
PALMARES – Moeda Social utilizada nos Clubes de Troca
PALMARINS – Moeda Social utilizada nos Clubes de Troca
PALMAS – Moeda Circulante Local
PALMATECH – Escola de Socioeconomia Solidária
PDV – Programa de Demissão Voluntária
PEA – População Economicamente Ativa
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIS – Programa de Integração Social
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT - Partido dos Trabalhadores
PRORENDA – Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda
RBES – Rede Brasileira de Economia Solidária
RCSES – Rede Cearense de Socioeconomia Solidária
SEBRAE – Serviço Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SISTEMA ECOSOL – Sistema Nacional de Crédito Solidário
UAGOCONP – União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras
UFC – Universidade Federal do Ceará
UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo
UNICAFES – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
UPAM – Unidade de Profissionalização e Atendimento ao Menor

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por todos os acontecimentos ocorridos em minha existência, os quais foram fonte de intenso aprendizado.

À minha família, em especial aos meus pais, Silas Alves de Paiva (*in memoriam*) e Maria Anide Arrais de Paiva; meus irmãos, José de Ribamar (Mano) e Leopoldo (Leo). Os principais incentivadores de minha carreira acadêmica.

Ao meu companheiro Joelton Maia, com quem tenho compartilhado momentos muito especiais. E, mais recentemente, a alegria de ser mãe.

Às amigas que guardo do lado esquerdo do peito: Cícera, Rizoneide e Iara, pela paciência, companheirismo e incentivo nas horas doces e amargas vividas ao longo da construção deste estudo.

À Professora, Orientadora e Companheira, Neyára Araújo, com quem iniciei minha caminhada nas trilhas da socioeconomia solidária, percebendo nesta nova forma de economia uma possibilidade histórica de transformação social. Agradeço também pelos severos conselhos de mãe.

Aos colegas que atuam nos espaços onde pude vivenciar as práticas de socioeconomia solidária: Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS); Sindicato dos Bancários do Ceará (SEEB/CE), especialmente, Leirton Leite e Erismar Carvalho; e, mais recentemente, o Núcleo de Socioeconomia Solidária da FUNCI (NESOL), em especial, Cludes Pessoa, Vera Fernandes, Marcos Azevedo, Cíntia Chaves, Felipe Kardoza e Vanessa Saraiva. A convivência com vocês foi e continua sendo uma das principais fontes que alimenta as minhas reflexões.

Aos colegas de turma deste Programa de Pós-Graduação (“turma das sete mulheres”): Alzira Nogueira, Cícera Silva, Irismar Nascimento, Patrícia Silva, Márcia Assunção, Vera Fick e Laécio Ricardo; por tudo e apesar de tudo o que passamos juntos durante os longos meses de dedicação à pesquisa.

Ao Professor e colega Aécio Alves de Oliveira e às Professoras Léa Carvalho Rodrigues e Maria Helena Frota, pelas contribuições na Banca de Qualificação do Projeto de dissertação.

À Professora Sulamita Vieira, pela solidariedade demonstrada no momento da perda de meu pai, acontecida logo no início do curso de mestrado;

Aos funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, especialmente, Aimberê e Socorro.

À Dona Marta, por cuidar da minha filha como se fosse sua;

Aos coordenadores do Banco Palmas, da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e da Incubadora Feminina, pela acolhida e disponibilidade durante a pesquisa de campo.

Às *Flores* que compuseram os Relatos de Vida deste estudo (sete mulheres egressas da Incubadora Feminina), por terem sido tão acolhedoras e solidárias, mesmo quando revirar o baú de suas memórias causou-lhes sofrimento.

Àqueles que contribuíram com as ilustrações deste trabalho: Felipe Camilo e Silvana Oliveira, ambos companheiros da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI); e Isaac Santos, funcionário do Centro das Cópias.

À CAPES, pelo apoio financeiro à pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE I: AS LÓGICAS DA INCLUSÃO SOCIAL	26
CAPÍTULO 1: Indagações sobre as possibilidades de Inclusão Social pelo Trabalho	27
1.1. Preâmbulo	27
1.2. Os Conceitos de Inclusão e Exclusão Social.....	29
1.3. As Mudanças no Mundo do Trabalho e as Políticas de Inclusão Social: Aspectos da (Re)Configuração da Questão Social no Brasil.....	30
1.4. A Busca de Novos Caminhos para a Inclusão Social.....	36
CAPÍTULO 2: Tendências Recentes sobre a Inclusão das Mulheres no Mundo do Trabalho	40
2.1. Sobre a Inserção das Mulheres no Mundo do Trabalho.....	40
2.2. Mudanças e Permanências nas Relações entre as Esferas de Reprodução da Vida e de Produção de Mercadorias	44
2.3. A Participação das Mulheres nas Políticas de Inclusão Social por meio do Trabalho: da Vulnerabilidade à Autonomia.....	46
PARTE II: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NUMA LÓGICA SOLIDÁRIA DE INCLUSÃO: A EXPERIÊNCIA DA INCUBADORA FEMININA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS	52
CAPÍTULO 1: Reivindicar e Propor: o Percurso da Lógica de Inclusão Solidária no Conjunto Palmeiras	53
O Cenário: A Construção do Conjunto Palmeiras e a Ação Institucional da Associação de Moradores (ASMOCONP).....	53
A Criação do Banco Palmas.....	60
O Processo de Formação dos Grupos Produtivos na Lógica da Socioeconomia Solidária	65

CAPÍTULO 2: Sobre a “Incubação” de Mulheres em Situação de Risco Social e Pessoal na Perspectiva da Socioeconomia Solidária.....	73
2.1. A Incubadora Feminina em Foco	73
2.1.1. Reprodução e Inovação: Escopo do Projeto	73
2.1.2. As Fases da Incubação	82
2.2. Porque falei de Flores – Relatos de Vida das Mulheres Egressas	86
2.2.1. Relato de Vida – Bonina	89
2.2.2. Relato de Vida – Girassol	98
2.2.3. Relato de Vida – Hortência	103
2.2.4. Relato de Vida – Jasmim.....	117
2.2.5. Relato de Vida – Margarida.....	126
2.2.6. Relato de Vida – Rosa D’Ália	133
2.2.7. Relato de Vida – Tulipa	140
2.3. Vidas Entrelaçadas	148
2.3.1. Violência Doméstica.....	148
2.3.2. Inserção Produtiva	153
2.3.3. Acesso às políticas de Educação, Saúde e Qualificação Profissional	157
CAPÍTULO 3: Os Significados da “Incubação”	163
3.1. Os Significados da Incubação sob a Ótica da Entidade Executora.....	163
3.2. Os Significados da Incubação sob a Ótica das Mulheres Egressas.....	166
3.2.1. Ser Mulher.....	166
3.2.2. Ser Trabalhadora	168
3.3.3. Ser Cidadã	172
3.3. Incubação e Socialização.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
O Novo Sempre Vem	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	182
ANEXOS	186
Instrumental para Pesquisa de Campo	187

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo principal descrever e analisar o processo de “incubação” vivenciado por mulheres egressas da *Incubadora Feminina - Um Projeto de Inclusão Social através do Trabalho*.

Trata-se de um projeto social que tem como público-alvo mulheres em situação de risco social, executado desde fevereiro de 2001, pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e pelo Banco Palmas, o Banco popular local, através de parcerias com a Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) – órgão ligada à Prefeitura Municipal, Organizações Não-Governamentais (ONGs) Nacionais e Internacionais, Universidades, entre outros.

Tal campo de investigação localiza-se no Conjunto Palmeiras, bairro situado na zona sul da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, região Nordeste do Brasil, que é caracterizado por indicadores sociais expressivos do nível de pobreza da população.

Sendo este um projeto social que tem como finalidade promover a inclusão sócio-econômica baseando-se nos princípios da economia solidária, faz-se necessário, portanto, compreender como se dá este processo e de que forma ele aponta novos caminhos para a inclusão social, na direção daquilo que estou denominando de *lógica solidária de inclusão*.

O ponto de partida é a caracterização das políticas de inclusão social pelo trabalho implementadas nas últimas décadas, que objetivam responder às metamorfoses da questão social e que, atualmente, agregam a discussão sobre a *economia solidária*, sendo esta entendida como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo no contexto das profundas transformações no mundo do trabalho (SINGER, 2002).

De início, é importante informar que a expressão *economia solidária* (ou *socioeconomia solidária*, *economia popular solidária etc.*), abriga práticas sócio-econômicas heterogêneas e que não existe consenso sobre o seu significado. Geralmente, o termo está associado a práticas de produção, comercialização, consumo e serviços (como o crédito/finanças solidárias) em que existem em graus diferenciados, a *autogestão*, a *participação coletiva* em todas as etapas do processo produtivo; a *democracia*, o *igualitarismo* (inclusive no que se refere à repartição das

“sobras” que, em geral, são distribuídas conforme o trabalho executado, adotando o princípio de que “*a cada um conforme a sua necessidade e a cada um conforme a sua capacidade*”); a *cooperação*, a *auto-sustentação*, a *promoção do desenvolvimento humano*, a *responsabilidade social* e a *preservação do equilíbrio dos ecossistemas* como características ideais¹.

Tendo isso em mente, é interessante, além de qualificar o debate em torno das relações entre a *inclusão social pelo trabalho* e a chamada *lógica solidária de inclusão* como ambivalentes ou ambíguas, deve-se tentar transcender, apresentando como se dão as experiências que estão ocorrendo nessa linha – no caso, a *Incubadora Feminina* – que, entre tantas outras vivenciadas no Brasil e no mundo, dão corpo ao que é denominado aqui de *economia solidária ou socioeconomia solidária*. Esta última é entendida como um campo de possibilidades que origina formas de sociabilidade diferenciadas, podendo se constituir numa forma de contraposição à mundialização do capital sob os moldes neoliberais, uma vez que foge à lógica da “*economia econômica*” (BOURDIEU, 1998), baseada, sobretudo, no cálculo e no interesse material.

Considerando que a IF atua junto às mulheres em situação de risco social, é perceptível a importância da relação entre *vulnerabilidade social/risco social* e *inclusão de mulheres* destacada no escopo da proposta teórico-metodológica da Incubadora Feminina e por isso as questões relativas às transformações no papel exercido pelas mulheres no espaço público e privado se constitui num dos temas que serão desenvolvidos nesta pesquisa, para além de uma abordagem sexista. O mesmo destaque ocorre com o conceito de *trabalho*, evidenciando-se a centralidade deste, posto que é entendido como um meio para a satisfação de necessidades e de realização humana – observe-se que o subtítulo “*um Projeto de Inclusão Social através do Trabalho*” lança mão do conceito de trabalho na perspectiva de elemento estruturante de sociabilidade e de cidadania. Neste caso, a cidadania é entendida como o exercício dos direitos civis, políticos e sociais.

Nessa direção é que se inscreve um dos objetivos centrais desta pesquisa: identificar o que há de novo ou diferente nas ações que se dizem integrantes da lógica solidária de inclusão. Ou seja, trazendo à tona a noção de

¹ Com base nas afirmações de Euclides Mance (2000) e Luiz Inácio Gaiger (2000), nem todas essas características estão presentes nas diversas práticas concretas inventariadas como economia solidária.

solidariedade como elemento indispensável para a inclusão – não somente a solidariedade institucional, mas aquela que possa reagregar as pessoas em grupos produtivos, geradores de renda e de melhores condições de vida.

Pensar sobre os reflexos da passagem pela Incubadora Feminina na vida das mulheres egressas e como elas passaram a atribuir novos significados à sua existência como *mulheres, trabalhadoras e cidadãs*, passa, sobretudo, pela caracterização deste Projeto como uma experiência ou, ainda, como um *caso particular do possível*, nos termos de Bachelard (apud BOURDIEU, 1989), haja vista que, atualmente, o campo das estratégias inovadoras criadas por trabalhadores e trabalhadoras que forjam uma lógica solidária de inclusão além de ser heterogêneo e controverso, ainda não dispõe de uma categorização específica, pois a sistematização das práticas vem acontecendo paralelamente à ocorrência das mesmas. Em síntese: o desafio para os pesquisadores da referida temática é que as análises versam e são amparadas por um paradigma que está em construção.

*** O Interesse pela Temática**

O interesse por essa temática vem se dando desde a conclusão da graduação em Ciências Sociais, nesta Universidade, quando apresentei monografia com o tema “*Sistema Integrado de Transportes em Fortaleza: Inovações Tecnológicas e Relações Sociais*”.

Já nessa época me vinha à mente uma inquietação no que diz respeito às transformações no mundo do trabalho, pois, durante a pesquisa de campo pude perceber o claro interesse do órgão gestor do transporte urbano nesta capital (na época chamava-se ETTUSA, hoje é ETUFOR) e das empresas de ônibus, em automatizar o setor através de um equipamento chamado de *gerenciador embarcado de transportes* (GET), que já foi instalado em todos os ônibus da cidade.

Uma das conclusões que a pesquisa apontou é que as relações sociais mediadas por esse tipo de tecnologia, a médio/longo prazo, tornaria a profissão de Cobrador obsoleta, da mesma forma que os caixas automáticos (e outras formas de auto-atendimento, como *internet banking*) desempregaram os bancários. E o que mais me chamava atenção é que as pessoas que seriam diretamente prejudicadas não se davam conta desse fato, que já ocorre em várias cidades brasileiras e, atualmente, aqui em Fortaleza, onde já se vê nos micro-ônibus o motorista assumir a “dupla” função (dirigir e cobrar/receber a passagem).

Atenta a isso, eu me perguntava quais seriam as estratégias que essas pessoas poderiam adotar para tentar se (re)inserir no mercado de trabalho, uma vez que, frente às novas exigências no tocante ao perfil do trabalhador, a grande maioria encontraria sérias dificuldades para conseguir uma nova ocupação.

No mesmo período, participei de um Seminário em que foi apresentada a experiência do Banco Palmas, o Banco Popular da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras. Pude perceber ao longo daquela exposição que era possível pensar em formas diferenciadas de inclusão por meio do trabalho e que não fossem precarizadas ou apenas estratégias de sobrevivência, mas que, ao contrário, apontassem numa direção emancipadora.

Alguns meses depois, já com o intuito de compreender melhor o tema, cursei, como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, a disciplina *Sociologia do Trabalho*, que muito contribuiu na construção de meu projeto de pesquisa. Ao final daquele semestre, após ter participado de processos formativos sobre Desenvolvimento Sustentável e Solidário, fui selecionada para desenvolver ações de formação/qualificação junto ao escritório da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT no estado do Ceará (ADS/CUT/CE)².

Essas ações tiveram como tema a *Economia Solidária e o Desenvolvimento Local* e foram executadas no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Profissional (PNQP) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), abrangendo empreendimentos econômicos solidários em cinco micro-regiões do estado do Ceará: i) a Região Metropolitana de Fortaleza; ii) Região dos Inhamuns; iii) Região do Vale do Jaguaribe; iv) Região do Sertão Central e, v) Região do Cariri.

Algumas experiências estavam sendo desenvolvidas no seio dos movimentos popular e sindical, apoiadas pela *Igreja* (principalmente através das pastorais operárias), pelo *Estado* (por meio dos vários Programas Sociais voltados para pessoas em situação de risco/vulnerabilidade social) e por entidades do setor público não-estatal, ainda com caráter incipiente, mas trazendo à tona o desafio de buscar projetos alternativos que questionem a estrutura sócio-econômica e política vigente.

² Mais informações estão disponíveis na internet pelo: <http://www.ads.org.br>.

Fui destacada para facilitar o curso de Economia Solidária e Desenvolvimento Local (160h/a) junto a um grupo de mulheres em situação de risco social no Conjunto Palmeiras, integrantes da segunda turma da Incubadora Feminina, no período de agosto a dezembro de 2001. Desde então, venho enfrentando o desafio de estudar, elaborar e implementar ações através da experimentação e do fomento a iniciativas de geração de trabalho e renda na perspectiva da cooperação e da autogestão. E foi com base no acompanhamento realizado junto a esses grupos que pude observar que seus membros partiam de necessidades imediatas para rediscutir e atribuir novos significados aos conceitos de trabalho, solidariedade, economia, democracia, desenvolvimento, entre outros, na perspectiva de construção de uma nova forma de viver e de produzir bens.

*** *Delineamento do Percorso Teórico-Metodológico***

Como dito anteriormente, a investigação acerca da *Incubadora Feminina: Um Projeto de Inclusão Social através do Trabalho*, visa a relatar e analisar o processo de “incubação”, entendido aqui como sendo uma experiência em que se pode identificar uma prática diferenciada de promover a inclusão sócio-econômica de *mulheres* que estão em *situação de risco social*.

Para realizar uma tarefa de tal monta, que envolve a análise de processos diferenciados que permeiam a “incubação” – desde as vivências terapêuticas, a qualificação profissional, o acesso a microcrédito, a sensibilização para organização de grupos produtivos – tomei como categoria analítica, o conceito de *socialização*. Isso por entender que a IF remete a um processo de aprendizagem no qual foram transmitidos valores, normas e crenças que, uma vez incorporados, repercutiram de alguma forma na vida das mulheres egressas.

O primeiro passo dado no sentido da consecução dos objetivos da pesquisa foi, através de pesquisa documental, reconstituir o processo de construção do Conjunto Palmeiras, bem como o papel desempenhado pela Associação de Moradores (ASMOCONP), resgatando na literatura sobre os movimentos sociais urbanos, algumas das principais ações encampadas por aquela instituição, dando ênfase ao momento em que ocorre um reordenamento na sua atuação, que passa a ser pautada em estratégias de inclusão solidária.

Logo em seguida, a fim de entender quais os significados produzidos a partir desta experiência, tomei como base os discursos dos agentes que promovem

as ações no âmbito da Incubadora Feminina, nos níveis da concepção da proposta e de sua execução, realizando um cruzamento com a fala de quem vivenciou a experiência como público-alvo: as mulheres egressas.

Neste caso, o recurso metodológico utilizado foi o de recompor as histórias de vida das mulheres egressas – que denominei de *relatos de vida* –, objetivando identificar os significados que a passagem pela Incubadora Feminina assumiu na vida dessas mulheres. Ou seja, se a “incubação” é um processo que promove transformações, indaga-se: o que ocorreu de fato? Como? Quais as principais marcas da vida pós-institucional?

Em síntese: a reconstituição dos relatos de vida das mulheres egressas da IF possuiu uma dupla finalidade: primeiro a de tentar perceber, a partir das narrativas, os reflexos do espaço social em que estiveram inseridas desde o início de suas vidas e que estão associados ao percurso da exclusão social (caracterizada pela situação de risco social e pessoal), bem como as marcas do espaço institucional no interior do qual elas vivenciaram uma experiência cujo objetivo foi promover a inclusão social pelo trabalho numa lógica solidária de inclusão.

É importante registrar que o objetivo da análise local e a opção metodológica da análise de uma experiência, não devem se resumir a um mero recorte geográfico, mas sim à caracterização do potencial *endógeno*³ que cada local pode tornar possível.

Dito isto, e, partindo desse pressuposto, será explicitado a seguir o modo como realizei a *topologia social* (BOURDIEU, 1996, p.169). Ou seja, em busca de entender e relacionar as teias de relações estruturadas a partir das significações que os atores sociais envolvidos no processo de “incubação” – as mulheres egressas da Incubadora Feminina e a coordenação do Projeto – atribuem a um *projeto de inclusão social por meio do trabalho* implementado na lógica da socioeconomia solidária.

Para caracterizar o(s) *perfil(is)* das mulheres que foram “*incubadas*”, procurei captar, por meio de questionários e de entrevistas em profundidade o entendimento que, tanto elas, quanto a equipe de coordenação do projeto têm de *trabalho, risco social, ser mulher, economia solidária etc.*

³ Entende-se o conceito de *desenvolvimento endógeno* como aquele promovido a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais e orientado para o fortalecimento da economia e da sociedade local.

Algumas técnicas de pesquisa foram utilizadas, a saber:

- No início da investigação foi feita pesquisa documental, com vistas a fazer um apanhado geral do material de divulgação produzido pela coordenação do projeto (*folders*, cartilhas etc.), bem como os recursos pedagógicos e metodológicos utilizados, como forma de caracterizar o tipo de intervenção que é realizada, a fim de perceber como se dá a sintonia com os princípios ideais da economia solidária;
- Conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com os profissionais que conceberam e executam a proposta pedagógica do projeto. A análise dessas entrevistas permitiu perceber e caracterizar a metodologia utilizada e o papel que cada profissional desempenha nas ações desenvolvidas pelo Projeto⁴;
- Do mesmo modo, foram entrevistadas 7 (sete) mulheres egressas do Projeto⁵, Através de seus relatos, pude construir o perfil sócio-econômico anterior⁶ e posterior⁷ ao processo de “*incubação*”. Com isso, objetivei, sobretudo, descrever e analisar além dos impactos/resultados deste processo, compor um quadro geral das aspirações/expectativas, bem como identificar quais as principais dificuldades vivenciadas e quais as mudanças ocorridas após o término do processo (em termos das relações com familiares, com a comunidade, estratégias de geração de trabalho e renda, entre outros). Objetivamente, a reconstituição dos relatos de vida se deu através de três recortes temporais, visando a articular as experiências vividas antes, durante e após a “*incubação*”. Algo semelhante a uma “*linha do tempo*”. Entretanto, em alguns casos, as narrativas não

⁴ Entre as entrevistas, gostaria de citar as duas que considero as principais: uma que foi realizada com a Assistente da Incubadora Feminina e a outra com a Coordenadora do Grupo Produtivo de Confeccões, *Palmafashion*.

⁵ O questionário utilizado para coleta dos dados foi concebido juntamente com colegas deste Programa de Pós-Graduação, e do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), em anexo ao final deste texto.

⁶ A cada nova turma ocorre um processo seletivo em que as mulheres passam por entrevista e visita em suas residências. A maioria desses registros (Fichas de Inscrição) foi disponibilizada pela coordenação do Projeto, com exceção da 1ª e 5ª turma, que segundo a coordenação do Projeto, uma pesquisadora de uma universidade levou as fichas e não mais devolveu.

⁷ Foi relatado, em entrevista, que está sendo iniciado o processo de acompanhamento das egressas da Incubadora, a fim de mensurar os impactos do Projeto. No entanto, não tive acesso a este material. Os dados relativos a este momento foram coletados por meio de entrevistas realizadas para fins desta dissertação.

obedeceram a uma ordem cronológica dos fatos, necessitando, para fins da exposição, de um reordenamento, dando-lhe uma seqüência formal.

Uma vez definida a metodologia para coleta e análise dos dados, me deparei com uma dificuldade na definição do universo de mulheres que seriam entrevistadas: o acesso e a forma de abordagem. Isso por entender que, para a composição de uma história de vida com a devida densidade, é necessário estabelecer uma relação de confiança entre o pesquisador e o colaborador/entrevistado e esta não se constrói num curto espaço de tempo. Foi quando decidi localizar as ex-alunas do curso de Economia Solidária e Desenvolvimento Local, facilitado por mim, nos anos 2001/2002.

Para chegar até as entrevistadas, recorri à ASMOCONP/Banco Palmas, que disponibilizou os cadastros das turmas que haviam ocorrido entre 2001 e 2004. Entretanto, as primeiras buscas não foram bem sucedidas, pois muitas delas haviam mudado de endereço. Somente quando realizei a primeira entrevista é que consegui superar essa dificuldade, pois umas foram informando onde as outras estavam morando.

Para fins de exposição, este estudo está dividido em duas partes, intituladas: *As Lógicas da Inclusão Social e O Processo de Construção de Significados Numa Lógica Solidária de Inclusão: A Incubadora Feminina da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras*.

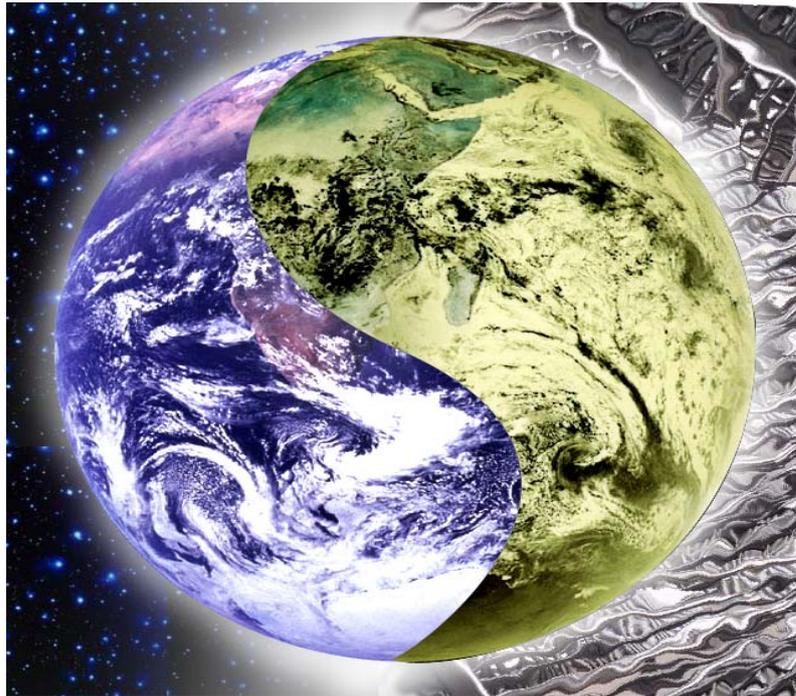
A Parte I, trata do processo histórico de implementação das políticas de inclusão social pelo trabalho, objetivando, sobretudo, identificar os diversos executores dessas políticas e suas respectivas propostas. Um segundo ponto destacado é o resgate do momento em que as mulheres são inseridas no mundo do trabalho e, posteriormente, como elas passam a ser foco e/ou público-alvo prioritário das políticas de inclusão social, especialmente, aquelas gestadas no sentido da geração de trabalho e renda. Esta parte está dividida em dois capítulos, respectivamente: *1. Inclusão Social pelo Trabalho: Indagações sobre uma Possibilidade e 2. Tendências Recentes sobre a Inserção de Mulheres no Mundo do Trabalho*.

Na parte II, onde estão expostos os achados da pesquisa de campo, foi realizada uma análise da Incubadora Feminina, com base no referencial teórico, identificando como, a partir de estruturas e condições históricas específicas e das

experiências vividas individual e/ou coletivamente, as “mulheres incubadas” construíram ou atribuíram novos significados ao trabalho, a ser mulher e à cidadania, ressignificando necessidades, valores e desejos que nortearão sua ação no mundo, de forma a respaldar os princípios ideais da economia solidária. Esta parte está dividida em três capítulos. O capítulo 1, intitulado *Reivindicar e Propor: o Percorso da Lógica de Inclusão Solidária no Conjunto Palmeiras*, foi estruturado em três itens, a saber: 1.1. *O Cenário: A Construção do Conjunto Palmeiras*; 1.2. *A Criação do Banco Palmas*; 1.3. *O Processo de Formação dos Grupos Produtivos na Lógica da Socioeconomia Solidária*. No capítulo 2, intitulado *Sobre a Incubação de Mulheres em situação de risco na perspectiva da Socioeconomia Solidária*, serão apresentados os elementos informativos, descritivos e analíticos acerca da Incubadora Feminina, respectivamente expostos por meio dos itens: 2.1 *A Incubadora Feminina em Foco*; 2.2. *Porque falei de Flores – Relatos de Vida das Mulheres Egressas*; 2.3. *Vidas Entrelaçadas*. E, por último, o capítulo 3 apresenta um cotejo entre a ótica dos executores e das egressas, intitulado *Os Significados oriundos do Processo de Incubação*. Dividido em três itens, pretende abarcar as duas percepções acerca da incubação: 3.1. *Os Significados da Incubação sob a ótica da Entidade Executora* e 3.2. *Os Significados da Incubação sob a ótica das Mulheres Egressas*. O desfecho, chamado de *Incubação e Socialização*, analisa os itens anteriores, retomando a etimologia de ambos os termos, demonstrando os componentes da metodologia de incubação enquanto um processo de (re)socialização – ou socialização secundária, nos termos de Berger e Luckman (1985, p175).

E, por último, as considerações finais, que chamei de *O Novo Sempre Vem*, apresenta a discussão sobre os elementos constitutivos das práticas de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da socioeconomia solidária e de que forma as experiências que estão em desenvolvimento apontam para uma o desenvolvimento de uma nova lógica de inclusão.

PARTE I



AS LÓGICAS DA INCLUSÃO SOCIAL

CAPÍTULO 1: INDAGAÇÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO

1.1. Preâmbulo

Este capítulo traça um panorama geral da questão social contemporânea, tomando como foco as políticas de inclusão social pelo trabalho implementadas nas últimas décadas no Brasil, identificando e analisando os novos contornos assumidos por tais práticas, as quais objetivam forjar uma lógica solidária de inclusão. Em suma: se há uma nova configuração da “questão social”, quais são as novas respostas possíveis? Como elas agregam elementos de mudanças e de permanências?

De início, é mister resgatar que políticas de inclusão social por meio do trabalho vêm sendo historicamente desenvolvidas pelos poderes públicos federal, estadual e municipal no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1980 (Martins, 2002). Em geral, são políticas de cunho assistencialista que visam amortecer os impactos da primeira onda de “desenvolvimento” industrial no país. Além destes executores, destacam-se também a Igreja e o recém-constituído terceiro setor, que é caracterizado, sobremaneira, pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs), abarcando aquelas entidades pertencentes ao setor público não-estatal.⁸

Em muitos casos, algumas iniciativas originam relações sociais baseadas numa solidariedade restrita. Observe-se, por exemplo, as políticas de combate aos efeitos da seca, implementadas, sobretudo, na Região Nordeste do país. A esta modalidade de “política de inclusão” poderíamos atribuir a característica de “dom unilateral”, conforme denominação utilizada por pesquisadores vinculados ao Movimento Anti-Utilitarista nas Ciências Sociais, cuja sigla na língua francesa é M.A.U.S.S. Para este grupo de pesquisadores o “dom unilateral” é aquele que fortalece relações de desigualdade, haja vista não estar calcado na tríplice obrigação de dar-receber-retribuir, como postula o antropólogo Marcel Mauss, no clássico “Ensaio sobre a Dádiva”. (MAUSS, 2003).

⁸ Ressalte-se nessa direção as principais iniciativas dos movimentos de trabalhadores, a saber: *Movimento Sindical*: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), Central de Comercialização Solidária (UNISOL) e Sistema Nacional de Cooperativas de Crédito da Economia Solidária (ECOSOL); *Movimento das Empresas de Autogestão*: Associação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Autogestão (ANTEAG); Além de *Universidades*, por meio da criação das Incubadoras de Cooperativas Populares e da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO).

É importante deixar claro que essa avaliação não está direcionada para todas as políticas de assistência e/ou proteção social. As políticas de previdência social, por exemplo, englobam uma série de direitos que, ainda que limitados, foram adquiridos com esforço e luta da classe trabalhadora e, portanto, não se enquadram nesse perfil.

Partindo do princípio de que há uma heterogeneidade das ações de inclusão social por meio do trabalho é que surge o interesse no debate sobre suas várias lógicas, a fim de melhor compreender as diretrizes das políticas contemporâneas, as quais têm inserido o tema da socioeconomia solidária, como uma das estratégias de superação do assistencialismo⁹, o que, pelo menos no tocante à concepção, confere novos significados às referidas políticas.

Não se trata aqui de um estudo comparativo entre “lógicas” diferenciadas, o que certamente daria mais riqueza à análise. O presente estudo toma uma experiência previamente definida por seus executores como sendo uma ação integrante da lógica solidária de inclusão. Interessa-me, portanto, compreender “como” tal ação se realiza e quais os significados construídos e/ou reconstruídos em torno da mesma.

Para elucidar este objetivo, os conceitos de inclusão e exclusão social apresentam-se como instrumentos analíticos indispensáveis e de primeira linha. Ou seja, a análise parte do entendimento de que, de um lado, tais conceitos são “politicamente” organizados segundo as condições sociais, políticas e ideológicas dos grupos que atuam no âmbito do planejamento e da gestão pública, bem como pela sociedade civil, através dos movimentos e organizações integrantes do setor público não estatal – mais conhecido como terceiro setor –; e que, de outro lado, são vivenciados pelos sujeitos categorizados como “excluídos”, mediante os princípios, códigos e sentenças que estes sujeitos vão, pouco a pouco, definindo e incorporando a partir de suas experiências concretas.

⁹ Nessa direção, veja-se, por exemplo, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada no seio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em junho de 2003, sob a responsabilidade do Prof. Paul Singer, economista e professor da Universidade de São Paulo.

1.2. Os Conceitos de Inclusão e Exclusão Social

Para fins deste estudo, os conceitos de *inclusão* e *exclusão social* são entendidos de forma relacional, sendo esta última compreendida como um processo que pode levar à fragmentação das relações de tal modo que se pode chegar à ruptura da *coesão social*, ou, nos termos de Émile Durkheim, ao rompimento dos laços de solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1999).

A disseminação do conceito de *exclusão social* é relativamente recente no Brasil, fazendo-se necessário traçar um breve histórico sobre esse termo, que coloca o tema em evidência a partir dos anos 1980, no bojo da crise de demanda do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*).

Na perspectiva dos grupos excluídos, esta crise manifestou-se no estado de “vulnerabilidade social”. Robert Castel (1995) é quem melhor nos ilumina, quando analisa o atrelamento da crise do *Estado-Providência* à mundialização do capital, às crises econômicas e às revoluções tecnológicas que provocaram impactos significativos na organização do trabalho, causando, entre outros desdobramentos, o surgimento dos “novos pobres”. Esta categoria surge na França, no final dos anos 1970, para denominar os *excluídos do mundo do trabalho*, pois, em geral, eles se tornam excluídos da sociedade.

Com base nas premissas de caráter histórico e conceitual acima, constata-se algumas pistas às indagações iniciais: “*como o trabalho passa a ser a principal referência para a inclusão?*” Além disso, convém perceber e interpretar o alinhamento destas à concepção teórico-metodológica da Incubadora Feminina, cujo subtítulo afirma tratar-se de “*um projeto de inclusão social através do trabalho*”, voltado para mulheres em situação de *risco social*, isto é: *excluídas*.

7Há aqui o entendimento - corroborando com o escopo da proposta da Incubadora Feminina – de que a exclusão é um fenômeno que está diretamente ligado ao trabalho – ou, melhor dizendo, à falta dele – e à inacessibilidade às políticas de proteção social.

O conceito de proteção social se legitima em meados do século XX e abarca a seguridade social, o asseguramento ou garantias à seguridade e políticas sociais. Explicitando: a primeira constitui um sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais, cuja ocorrência afeta de forma negativa as condições de vida dos cidadãos. Já o asseguramento identifica-se com

as regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como um direito E, por último, as políticas sociais são uma espécie de política pública que visa a concretizar o direito à seguridade social, por meio de um conjunto de medidas, instituições, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros. A proteção social é, assim como a política social, parte integrante do conceito de proteção¹⁰, por isso a designação de *políticas de proteção social*¹¹. Entre estas, as que são voltadas para a inclusão social por intermédio do trabalho estão no cerne da análise a seguir.

1.3. As Mudanças no Mundo do Trabalho e as Políticas de Inclusão Social: Aspectos da (Re)Configuração da Questão Social no Brasil

A desestruturação do mundo do trabalho é um fenômeno que vem ocorrendo mundialmente, desencadeando uma série de problemas tanto nos países classificados como “desenvolvidos”, quanto naqueles em que a promessa de desenvolvimento não chegou sequer a ser cumprida. Com base nessa constatação, pergunta-se: de que forma as transformações no mundo do trabalho interferem na questão social? Quais as características da nova questão social? Se esta última está diretamente relacionada ao desemprego, o que diferencia o desemprego atual em relação ao que houve nas primeiras décadas do século XX?

A maioria dos autores que discute o tema das mudanças no mundo do trabalho, geralmente toma como ponto de partida as modificações ocorridas no sistema capitalista, a partir dos anos 1970, sobretudo, no modo de produção e acumulação de riquezas. Nesse aspecto é que foram desenvolvidos vários conceitos, a saber: *acumulação flexível*, *reestruturação produtiva*, *terceirização*, entre outros. O fato é que há consenso no sentido de perceber a interferência de tais fenômenos na (re)configuração da questão social, haja vista que as repercussões têm sido apontadas como negativas e estruturais.

Um dos principais indicadores da desestruturação ocorrida é o comportamento das taxas e da estrutura de desemprego. Não é uma questão de simples aumento do número de desempregados, mas também, no sentido da “qualidade” dos empregos ou ocupações. Nos termos de Serge Paugam (2003),

¹⁰ Vale ressaltar que a proteção social não deve ser entendida como sinônimo de tutela.

¹¹ No Brasil, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) é o principal executor desta política.

trata-se do aparecimento da “desqualificação social” e da “nova pobreza” Isto é, além da elevação das taxas de desemprego aberto e do desemprego de longa duração, aqueles que estão “inseridos” também passam a ser atingidos, pois vivenciam relações precárias em seus locais de trabalho. Em síntese: para ele, trata-se de um processo de exclusão cada vez mais abrangente, dinâmico e multidimensional, isso porque continuamente, um número significativo de indivíduos é empurrado para fora da esfera produtiva, implicando não só no aumento do pauperismo, mas da discriminação, da desigualdade social etc.

É bem verdade que a argumentação de Paugam é pautada no caso francês e discorre sobre a lógica do programa de renda mínima de inserção, o chamado RMI, cujo público-alvo são as pessoas vulneráveis à pobreza ou “inaptas” para o trabalho, seja por se encontrarem desempregadas (em caráter momentâneo), ou por estarem em situação de rua (mendicância), etc. Sua tese analisa as diferentes formas pelas quais o Estado trata os contingentes vulneráveis à pobreza e ao desemprego e, principalmente, ao estigma de ser atendido pelo sistema de seguridade.

Em se tratando do enfrentamento da questão social brasileira, é perceptível o fato de que o Estado também atuou na mediação da relação entre sociedade e mercado, e que essa lógica de intervenção estava baseada num movimento que ocorria em outros países, em que se articulavam elementos do keynesianismo, clientelismo e corporativismo.

De acordo com Sônia Draibe (1990), data dos anos 1930 o início do processo de intervenção estatal no enfrentamento das questões sociais. Foi nesse contexto que se deu a constituição do sistema de proteção social brasileiro, quando foi criado o Instituto de Aposentadorias e Pensões e a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), em que o estado passa a regular as relações de compra e venda da força de trabalho.

Na seqüência, o período pós-segunda Guerra Mundial, de 1945-64, é marcado essencialmente por governos populistas, em que as estratégias de antecipação às demandas e pressões sociais imprimiram um padrão seletivo, heterogêneo e fragmentado às políticas.

Para a autora, com a instauração do regime ditatorial, em 1964, foram identificados os fundos e recursos que apoiaram financeiramente as políticas sociais,

bem como os principais mecanismos de operação e as regras de inclusão/exclusão social, o que se assemelhou às políticas do Estado de Bem Estar Social europeu.

As políticas sociais no Brasil foram desenvolvidas com base no modelo contributivo, não dando respostas efetivas às demandas sociais, haja vista que os baixos salários implicavam contribuições restritas, afetando negativamente a qualidade dos serviços prestados. Acrescentando-se, ainda, a elevada concentração de renda expressa nos altos índices de miséria, subemprego e desemprego da população. Tais particularidades tenderam a assistencializar os programas sociais, ratificando o *status quo*: "... o sistema brasileiro desenvolveu um esquema assistencial denso, sobreposto e/ou paralelo ao núcleo securitário, dirigidos a grupos específicos, ditos "de risco" – e, portanto, teoricamente residuais – mas que termina por se referir à maior parte da população, assalariada ou não (DRAIBE, 1990).

Outra característica dos programas assistenciais é que eles tinham como público-alvo tanto os inaptos para o trabalho por alguma razão (invalidez, doença, etc.), mas também eram destinados à suplementação da renda da classe assalariada, cujos rendimentos não permitiam uma sobrevivência digna. Esse foi um dos fatores que contribuiu para que as políticas sociais adquirissem características clientelistas, assistencialistas e corporativistas, pautando-se em relações de favor; funcionais à pobreza e à desigualdade de renda.

Muitos foram os obstáculos que barraram a constituição de um sistema de proteção social e trabalhista. Entre eles, a visão de que a questão social seria uma "questão de polícia", expressão do conservadorismo das elites e da incipiente cultura democrática no país.

Olhando para o período mais recente, que compreende os anos 1990, foram identificadas algumas mudanças com relação à ampliação das instituições executoras das políticas de inclusão social pelo trabalho. Um caso exemplar é a constituição do chamado terceiro setor, formado por entidades oriundas da "sociedade civil organizada" para fazer a mediação entre o Estado e as demandas efetivas da sociedade. O que muitas vezes é interpretado como um dos reflexos da intensificação do processo de mudanças no mundo do trabalho, que estabeleceu um novo contexto sócio-econômico e político, caracterizado, principalmente pelo desemprego estrutural, financeirização da economia e implantação do estado mínimo neoliberal.

Diante dos efeitos maléficos ocasionados pelas mudanças no mundo do trabalho, cabe indagar como poderia ser definida a *exclusão/inclusão social* na atualidade?

Um ponto de partida interessante é perceber a exclusão como um “processo” que reconfigura a relação dos indivíduos com a economia e com o social, provocando a inclusão de uns paralelamente à exclusão de outros. Portanto, não se trata de uma denominação fortuita de cunho exclusivamente econômico, geralmente associado à noção de pobreza, sendo necessário considerar os outros fatores que intervêm na marginalização das pessoas.

De acordo com Santos (2003), em se tratando dos países latino-americanos, a *exclusão social* está diretamente relacionada às noções de pobreza, marginalidade, indigência, desigualdade, dependência, entre outras, sendo que a *pobreza* é definida como: “uma situação que impede o indivíduo satisfazer uma ou mais necessidades básicas e participar plenamente da vida social. *É um fenômeno essencialmente econômico* com dimensões sociais, políticas e culturais, que se associa a escassa participação e se expressa no subconsumo.” (PNUD, 1999, p.33 apud SANTOS, 2003, p.160 – grifos não contidos no original).

Na seqüência dessa linha de pensamento, esse autor reitera que mesmo quando instituições como o Banco Mundial consideram que “a pobreza é ainda mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação”, a centralidade do caráter econômico permanece evidente, contudo, as necessidades podem ser de ordem material (nutrição, saúde, educação etc.) ou imaterial (afeto, auto-estima, participação, liberdade etc.).

Como já dito anteriormente, a noção de exclusão no Brasil vem à tona a partir da segunda metade dos anos 1980, estando diretamente ligada às desigualdades sociais e tematiza o debate político e acadêmico acerca dos *excluídos* – nova denominação para os mendigos, pedintes, marginais, vagabundos, entre outros. Essa recategorização objetiva refletir sobre as novas formas de pobreza e a necessidade de fugir dos velhos estereótipos. No entanto, Neyára Araújo (2000) chama a atenção para as dificuldades desta denominação:

Não só a aumento da complexidade social, mas, sobretudo uma postura anticolonialista não permite mais que o cientista social se

ponha tão à vontade diante do que chamou de “populações primitivas”, no período clássico, ou, mais recentemente, de “populações marginais”. Agora já se fala em “populações excluídas”. Tantas denominações revelam que a tarefa científica de classificação não é tão pacífica como parece. (ARAÚJO, 2000, p.30).

No tocante às limitações do conceito de exclusão, José de Souza Martins (2002) também chama a atenção para o fato de que se costuma atribuir o termo exclusão para designar o conjunto de dificuldades e problemas de uma inclusão precária, instável e marginal. Dessa forma, relega-se para segundo plano a discussão sobre a “nova desigualdade social¹²”, caracterizada pela inclusão marginal – “formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de inclusão”. E conclui: “Rigorosamente falando, só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica” (MARTINS, 1997, p.27).

Para o autor, o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, calcado na eficácia econômica, compromete a estrutura do corpo social, originando exclusões perversas, que conferem novos significados à questão social, caracterizada, sobremaneira, pela vulnerabilidade do trabalho e pelo desmantelamento da sociedade salarial, regida pela articulação entre trabalho, direitos e proteção social.

A partir dos anos 1990, muitos são os elementos que compõem o quadro de efeitos nocivos oriundos das transformações no modo de produção capitalista, diretamente relacionados ao acirramento da reestruturação produtiva. Entre eles: as novas formas de organização do trabalho (*just in time, kan ban* etc.); a relação salarial fordista, baseada no emprego assalariado padrão – contrato por tempo indeterminado e mediado por negociações coletivas, dedicação exclusiva (o chamado *full time*) – foi substituída por formas “atípicas” de emprego. Embora, no meu entender, o termo que melhor designa tais formas não é “emprego”, mas ocupação, pois, em geral, o emprego está associado à formalização do contrato de trabalho via carteira de trabalho e previdência social (CTPS). Com relação à caracterização das formas “atípicas”, recorro a João Batista Pamplona (2001):

¹² A expressão é usada para designar a nova pobreza: “A antiga pobreza oferecia ao pobre a perspectiva de ascensão social, seja através de uma vida austera e árdua, ou através da escolarização dos filhos. A nova pobreza já não oferece esta alternativa. Hoje se generalizou a consciência de quem trabalha para os outros não tem a menor chance de receber sua parte do bolo mais adiante. O próprio trabalho vai sendo lentamente desmoralizado como meio principal de integração positiva na sociedade atual” (MARTINS, 2002, p.18-19).

...dentre as formas atípicas de emprego estão os empregos temporários (contratos com tempo determinado e com prazo inferior ao normal), os empregos *part time* (neles se trabalha menos horas do que a jornada de trabalho padrão, integral, referente aos empregos *full time*), o trabalho em domicílio, a subcontratação ou a terceirização, o trabalho independente ou o auto-emprego. (PAMPLONA, 2001, p.53)

Para o autor, estas formas atípicas de emprego são associadas à crescente precarização do trabalho, visualizada, sobretudo, pela flexibilização das relações de trabalho, que objetiva reduzir as despesas com mão-de-obra, contornar acordos coletivos, etc. Ainda de acordo com o pensamento do autor, os mais atingidos são os trabalhadores menos qualificados. Todavia, a contratação temporária externalizada, ou terceirização, também pode atingir a mão-de-obra qualificada. Para este tipo de trabalhador as empresas têm adotado incentivos para que eles se demitam, formem suas microempresas e passem a prestar serviços ao antigo empregador. Essa tendência vem sendo concretizada através dos Planos de Demissão Voluntária (PDVs), por exemplo¹³.

Observando este quadro, fica evidente o abalo da condição salarial, principal traço do perfil dos “incluídos”. Ao se referir à sociedade francesa, Robert Castel (1998) afirma que a nova forma de expressão da questão social pode ser melhor compreendida quando analisamos os fatores que influenciaram o processo que ele designa como “desfiliação”, a saber: “a) desestabilização dos estáveis; b) instalação da precariedade; c) déficit crescente dos postos de trabalho.”

A desfiliação é definida como um processo social em que as disparidades das condições de vida dos indivíduos são elevadas, provocando perdas contínuas e sem possibilidade de reversão. Nas palavras do autor:

Falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas constituir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social [...] não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas; antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas etc (CASTEL, 1998, p.26).

¹³ Sobre o assunto ver livro *Metáforas do Brasil*, de autoria de Léa Carvalho Rodrigues, que trata do PDV implantado no Banco do Brasil, na década de 1990.

O autor argumenta que a “nova questão social” *não* pode ser reduzida à exclusão social. Ele prefere falar em precarização, vulnerabilização, marginalização, mas não em exclusão. O reducionismo consiste no fato de que o processo abrange não só os que estão à margem, mas também os sujeitos integrados, que se tornaram vulneráveis.

Outro autor que discute o conceito de exclusão social relacionando-a ao trabalho é Pierre Rosanvalon (1998 apud Castel). Para ele, trata-se de um processo que faz parte de uma complexidade forjada pela precarização da condição salarial. Sua tese afirma que a inserção social por meio do emprego, de forma isolada, não será capaz de dar respostas à questão. Somente quando o direito à inserção, assim como o direito ao trabalho forem tratados como direitos sociais e os laços de solidariedade forem reconstituídos é que poderá se falar em “inclusão social”.

1.4. A Busca de Novos Caminhos para a inclusão Social

Tomando como base as contribuições dos autores anteriormente mencionados e voltando novamente o olhar para o caso brasileiro, observa-se que há uma série de iniciativas em andamento e que vêm tentando pensar em novos rumos para a inclusão social, agregando a economia solidária como força motriz.

Entre as iniciativas que compõem este painel, pode-se citar, no âmbito da esfera governamental, a que foi protagonizada pelo governo municipal da cidade de São Paulo, cuja síntese originou o livro intitulado Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, organizado pelo então secretário, o economista Márcio Pochman (POCHMANN, 2002).

A inovação da proposta, segundo este autor, reside no fato de que o conjunto das políticas desenvolvidas buscou criar um corpo de proteção social que, além de transferir renda às camadas mais frágeis da população, também crie as condições para que os indivíduos saiam da situação de pobreza e risco social. Para tanto, foram operacionalizados programas em três linhas, a saber:

- i) *Programas Redistributivos*, que visam reduzir as carências imediatas da população, por meio da transferência de renda
- ii) *Programas Emancipatórios*, que objetivam dar condições e instrumentos para a geração de trabalho e renda, através da capacitação profissional,

do fornecimento de crédito e apoio às iniciativas associativistas e cooperativadas. E, por último,

iii) *Programas de Apoio ao Desenvolvimento Local*, que estimulam a ampliação de postos de trabalho e de ocupação autônoma, dinamizando o mercado de trabalho local.

É importante registrar que fazem parte do cenário atual, outras tantas práticas de inclusão social por intermédio do trabalho que são implementadas por entidades do setor público não estatal, integrantes do campo denominado de economia solidária.

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil¹⁴, recém publicado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), verificou-se que existem 1.120 (um mil cento e vinte) entidades – ou EAFs – sendo que 51% estão localizadas na Região Nordeste do país. Destas, há uma predominância de Organizações Não Governamentais (ONGs), com natureza jurídica de associação, perfazendo quase a metade dos casos, 46%. Logo em seguida, vêm as Fundações, com 13%, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), com 12%. Do total, há destaque para aquelas que possuem vínculo com instituições religiosas, como a Cáritas e o Instituto Marista da Solidariedade (IMS), num percentual de 24%; e, em seguida, com o movimento sindical, como é o caso da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS/CUT) e a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), com 11,7%.

Em geral, estas entidades atuam na formação/capacitação (39,5%); articulação e mobilização (34,7%); em menor escala, vêm: financiamento (11,71%), a assistência técnica e gerencial (10,45%), pesquisa e desenvolvimento (8,39%) e incubação (6,70%).

Em termos quantitativos, foram identificados aproximadamente 15 mil (mais precisamente 14.954) empreendimentos econômicos solidários (EES),

¹⁴ O Atlas da Economia Solidária no Brasil é uma publicação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego. Ele é o resultado do primeiro *Mapeamento da Economia Solidária*, pesquisa pioneira no mundo, cujo objetivo foi identificar e caracterizar as formas de organização do trabalho nos empreendimentos que atuam na lógica da socioeconomia solidária. Esses e os demais dados contidos no documento citado irão constituir um banco de dados eletrônico que estará à disposição do público em geral. Será o Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), que sistematizará o perfil das experiências existentes no Brasil – o Atlas é, ainda, uma primeira apresentação das informações coletadas.

localizados em 2.274 municípios brasileiros. Destes, a maior concentração também ocorre na Região Nordeste (44%), enquanto nas demais regiões encontram-se: 13%, no Norte; 14% no Sudeste; 12% na região Centro Oeste e 17% na Região Sul.

Ao voltarmos o olhar para o “objeto” desta pesquisa, a Incubadora Feminina – Um Projeto de Inclusão Social através do Trabalho, o conceito de inclusão expresso na concepção do projeto atribui centralidade ao trabalho, sendo que o significado deste último está relacionado a formas alternativas de geração de renda e cidadania na perspectiva da socioeconomia solidária, forjando uma lógica solidária de inclusão.

Significa dizer que as mulheres em situação de risco que passam pelo processo de incubação são sensibilizadas a organizar pequenos empreendimentos produtivos, a partir de suas habilidades, a fim de que possam garantir uma renda mínima e, com isso, melhorar suas condições de *sobrevivência*.¹⁵ Mas de que forma isso se constitui num novo caminho para a inclusão social? Ou, se está diante da reprodução do discurso do “empreendedorismo”, tão difundido nos últimos tempos?

Ao se observar uma das principais definições contidas nas estratégias consideradas inovadoras no enfrentamento da nova questão social percebe-se que a articulação entre trabalho e solidariedade com vistas à construção de um novo modelo de desenvolvimento e no fomento a uma lógica solidária de inclusão, atribui significativa importância ao trabalho autogestionário. Mas como pensar no trabalho como um elemento integrador numa sociedade com altos índices de desemprego e onde o debate em torno da inserção está atrelado à noção de competição, pois não há espaço para todos? É possível (re)significar o trabalho, a fim de que ele possa subsumir a característica de “emprego”, “subemprego” ou “estratégias de sobrevivência” e (re)adquirir o caráter de elemento estruturante de uma sociabilidade afirmativa de valores democráticos e da cidadania, resgatando o sentido do trabalho como característica ontológica do ser humano?

Para os executores da IF, a exclusão de pessoas do mundo do trabalho é um dos principais problemas sociais da contemporaneidade, que deve ser

¹⁵ É importante realçar que o termo *sobrevivência* é utilizado por refletir as contradições criadas pelas transformações históricas que o trabalho vem passando e as possibilidades, bem como as dificuldades que estas geram. Alguns autores – Pamplona (2001) – preferem denominar de “auto-emprego”, por tratar-se de iniciativas autônomas dos trabalhadores que foram destituídos de seus postos de trabalho. Ambas integram o chamado “setor informal”, pois, via de regra, são iniciativas caracterizadas pela autonomia, independência etc.

enfrentado por meio de políticas públicas focalizadas, implementadas em conformidade com as reais demandas da sociedade. O cerne da argumentação consiste na tese de que a eficácia de todo e qualquer projeto de inclusão social passa pela articulação de um arranjo institucional que envolva o poder público – no caso, a Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), as organizações da cooperação internacional (OXFAM) e da sociedade civil organizada (ADS/CUT, NEGIF, ASMOCONP) – todos os agentes envolvidos devem participar de todo o processo, a fim de garantir que seja encurtada a distância entre quem concebe, quem executa e quem é beneficiário/beneficiado.

O desafio que se impõe quando se trata da inclusão por intermédio do trabalho é que deve se levar em conta que, “do dito ao feito há um grande trecho”, como diz um velho provérbio espanhol. Isso porque, tradicionalmente, o impacto da inserção era/é sentido no momento em que os indivíduos (re)ingressam na esfera produtiva e conseguem obter renda, seja através do mercado formal ou informal. Para que isso se torne possível, vários fatores são determinantes. Entre eles: o acesso ao crédito, a capacitação etc. Esse é um dos aspectos em que percebo o esforço de (re)significação contido na proposta da Incubadora Feminina.

Por se tratar de um projeto voltado exclusivamente para “mulheres em situação de risco social”, o capítulo seguinte refletirá sobre o modo como se deu o processo de inserção de mulheres no mundo do trabalho.

CAPÍTULO 2. TENDÊNCIAS RECENTES SOBRE A INCLUSÃO DE MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO

2.1. Sobre a Inserção das Mulheres no Mundo do Trabalho

Atualmente, a participação das mulheres no mundo do trabalho é uma realidade que salta aos olhos. No entanto, a discussão sobre este fato é perpassada por várias vertentes de pensamento, mas que apresentam fundamentos comuns: todos ressaltam a imbricação entre produção e reprodução, entre trabalho profissional e trabalho doméstico e, em particular, a importância das relações familiares e das relações entre homens e mulheres na eficácia produtiva.

Sabe-se que o papel desempenhado pelas mulheres ao longo da História da humanidade foi essencial para que a vida fosse preservada. Embora o papel do homem “caçador” e “provedor” seja colocado em primeiro plano em relação ao trabalho de “coletar alimentos” desempenhado pelas mulheres, Rolka (2004) afirma que esta atividade, desenvolvida quase que exclusivamente pelas mulheres, garantiu a sobrevivência de nossos ancestrais, pois, para facilitar esse trabalho é que foram desenvolvidas as primeiras ferramentas, a fim de adquirir, preparar e preservar os alimentos¹⁶. Conforme narra, quando da revolução agrícola, ocorrida por volta do ano 12.000 a.C, momento em que os seres humanos passaram de coletores e caçadores a agricultores, as mulheres desempenharam um importante papel nessa transição, pois, através dos tempos, elas cultivaram plantas e desenvolveram novos alimentos¹⁷.

Esse preâmbulo objetivou apenas situar e reafirmar que a problemática do trabalho feminino não está exclusivamente ligada à conjuntura do mercado de trabalho capitalista, embora, ao longo da história, e, sobretudo, atualmente, grande parte das análises tome esse período como ponto de partida.

Vários fatores devem ser considerados para entender como se deu o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Para Cecília Toledo (2004) um

¹⁶ Com o uso de paus e sílex, para cavar e retirar raízes, as mulheres foram inventando alguns equipamentos que ainda hoje são utilizados, como a moenda e o pilão, para moer grãos e sementes.

¹⁷ O legado dessas primeiras mulheres foi preservado pela história transmitida oralmente e algumas biografias estão disponíveis. Sobre o assunto, ver livro *100 Mulheres que Mudaram o Mundo*, escrito por Gail Meyer Rolka, em 2004.

primeiro fator a ser considerado é o processo de industrialização. A autora se baseia em Karl Marx e afirma que o divisor de águas que leva a mulher da esfera doméstica para o espaço público ocorre a partir da transição da manufatura para a grande indústria. As transformações ocorridas no modo de produção capitalista a partir da inserção de novas tecnologias nos processos de trabalho criaram as condições propícias para a incorporação do trabalho feminino. Tal fato, associado à franca expansão capitalista potencializou a inserção da mão-de-obra das mulheres e das crianças. Estas últimas, mal começavam a andar já estavam no chão das fábricas.

Daquele momento em diante (século XIX) ocorreram muitas lutas e conquistas com relação aos direitos trabalhistas, entretanto, para Helena Hirata (2002) e Cecília Toledo (2004) estes avanços foram insuficientes quando se observa a dupla exploração da força de trabalho feminina, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo. Observe-se, por exemplo, que um dos principais efeitos da participação das mulheres no mercado de trabalho é a mudança nos modelos de família, onde as mulheres passaram a desempenhar duplo papel, tanto como gestora do lar como o de trabalhadora, o que tem implicações não só na vida cotidiana privada, mas também no ambiente de trabalho.

Nessa perspectiva, Helena Hirata (2002), em seu último livro intitulado *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um Olhar Voltado para a Sociedade e para a Empresa*, apresenta o resultado de vinte anos de pesquisas comparativas realizadas no Brasil, na França e no Japão, abordando as questões centrais da sociologia do trabalho: tecnologia, organização do trabalho e políticas de gestão de mão-de-obra.

A autora se debruça sobre duas teorias antagônicas da divisão sexual do trabalho: uma como “vínculo social” e a outra como “relação social”. A hipótese central é de que o tempo das mulheres na divisão sexual do trabalho não é o mesmo tempo das mudanças nas relações sociais de sexo/gênero. Estas últimas são mais resistentes às mudanças, que acabam ocorrendo e sendo impulsionadas por meio dos movimentos sociais de mulheres, principalmente, o movimento feminista.

A primeira se baseia nos conceitos de solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, parceria e divisão de papéis. Já a segunda, remete mais aos termos divisão do trabalho, contradição, antagonismo, dominação, opressão e a uma teoria geral das relações sociais.

Nas análises que consideram a idéia da *complementaridade* entre homens e mulheres, o modelo tradicional de família é bem aceito, pois nele, o papel

das mulheres no espaço doméstico é visto como uma especialização dos papéis sexuais. Num segundo aspecto, em que se considera a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, toma-se como pressuposto que ocorre uma articulação entre as atividades familiares e domésticas com a vida profissional. Conforme observa Laufer (apud Hirata, 1993, p.134), trata-se de uma condição necessária para a igualdade de chances entre homens e mulheres, especialmente, na área profissional. A possibilidade de uma nova divisão de papéis se realizaria não mais à custa das mulheres, mas em benefício comum dos homens e das mulheres. Todavia, a defasagem entre modelo e realidade das práticas sociais é demonstrada quando se detecta que a tarefa de conciliação da vida familiar com a vida profissional cabe quase exclusivamente às mulheres.

A conceitualização da divisão sexual em termos de relação social baseia-se, contrariamente, na idéia de que há uma relação antagônica entre homens e mulheres. Nela, a dimensão da opressão e da dominação estão sempre contidas. Neste caso, a autora cita Kergoat (1995), e sua argumentação de que divisão sexual do trabalho é indissociável das relações entre homens e mulheres. Para ela estas relações são de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas, constituindo-se numa crítica aos paradigmas sociológicos que não levam em conta a “sexualização do social”.

Considerando o debate em torno das duas perspectivas expostas, a autora faz a indagação que dá nome ao título do livro: “assiste-se hoje à emergência de uma nova divisão sexual do trabalho?” (HIRATA, 2002, p.24).

Na sua visão, há um novo paradigma de divisão sexual do trabalho profissional, na medida em que vem ocorrendo um aumento considerável das taxas de atividade feminina nos últimos 30 anos, no mundo inteiro. Entretanto, se for levado em consideração não só o trabalho profissional, mas também o trabalho doméstico, ou ainda, não só o trabalho assalariado, mas aquele não-assalariado, não-remunerado e informal, a resposta afirmativa já não é tão simples.

Se, de um lado há uma tendência recente – nos últimos 10 anos – um contingente minoritário, mas significativo, de mulheres que fazem parte de categorias de executivos e profissões que exigem o grau superior; por outro, há um grande número de mulheres que vivem em situações de trabalho vulneráveis, precárias, não-valorizadas socialmente e mal remuneradas.

Ainda de acordo com Hirata (2002, p.24), um novo paradigma da divisão sexual do trabalho não requer apenas uma nova divisão sexual do trabalho profissional, mas também do trabalho doméstico. E neste último, as mudanças são bem mais lentas.

No Brasil, assim como em outros países, como na França, ocorreram modificações na divisão do trabalho doméstico, pelo menos em se tratando dos centros urbanos. Isso devido à inserção das mulheres no mercado de trabalho e à sua participação em atividades profissionais fora do domicílio. Porém, essas mudanças possuem um caráter ainda tópico e não atingem o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam sendo atribuídas às mulheres.

Na fundamentação de sua tese, Hirata afirma que a pesquisa oficial de Uso do Tempo do Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos da França (INSEE), realizada em 1986 e 1999, mostrou que a mudança nesse campo foi imperceptível: em 1999 os homens dedicavam 10 minutos a mais do seu tempo diário ao trabalho doméstico do que em 1986.

Portanto, em se tratando das complexas relações entre gênero e trabalho, pode-se afirmar que estão aliados elementos de permanências e mudanças. Entender como se processam esses fenômenos e analisar as relações entre assalariamento, e formas “alternativas” de inclusão de mulheres são desafios que estão postos para fins desta pesquisa. Interessa-me, portanto, compreender melhor tais práticas, enfocando as relações de gênero como tema transversal.

2.2. Mudanças e Permanências nas Relações entre as Esferas de Reprodução da Vida e de Produção de Mercadorias

Com base nas pesquisas anteriormente citadas, que refletem sobre as relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres no mundo do trabalho hoje e uma vez que este estudo trata de um projeto de inclusão social voltado exclusivamente para mulheres, cabe analisar as relações entre a esfera de reprodução da vida, aqui entendida como o lugar em que se dá o trabalho doméstico e aquela relativa ao trabalho capitalista, produtor de mercadorias.

Para Cristina Carrasco (2003), a diferenciação existente entre ambas formas de trabalho tem estreita relação com a que Hannah Arendt (1998) estabelece entre labor e trabalho. Para aquela autora, é notória a analogia entre os dois conceitos, sendo o labor associado ao trabalho desenvolvido no espaço doméstico e o trabalho, àquele desempenhado no espaço público. Assim, o *labor* estaria relacionado à satisfação de necessidades básicas da vida, correspondendo àquelas atividades cujos produtos se esgotam em sua realização, e, por isso, geralmente, são desvalorizadas. E o *trabalho*, ao contrário, assumiria um caráter mais objetivo e duradouro, pois produz bens e serviços, sendo, portanto, uma atividade valorizada e reconhecida.

Vale questionar se tal análise não se apresenta de forma reducionista. Veja-se o que diz a própria Arendt:

O *labor* é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

.....
O *trabalho* é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. [...] O trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. (...) A condição humana do trabalho é a mundanidade. (ARENDR, 1999, p.15 – grifos não contidos no original).

Embora de acordo com a distinção proposta por Arendt, o labor esteja associado às atividades que garantem a satisfação das necessidades vitais dos seres humanos, parece claro que o labor estabelece nexos entre a esfera econômica, de produção de mercadorias, e o ambiente doméstico, na medida em que é neste

último que se produz a base essencial da produção da vida no sentido amplo, e não somente a força de trabalho.

Para Carrasco (2003), que faz uma leitura de cunho feminista, historicamente, os sistemas econômicos têm dependido da esfera doméstica, mantendo uma estrutura familiar que lhes permitiu garantir a necessária oferta de força de trabalho por meio do trabalho (geralmente não remunerado) das mulheres. No entanto, os sistemas econômicos apresentam-se como autônomos, ocultando, assim, a atividade doméstica como base essencial para a produção da vida e da força de trabalho. Ou seja, ocorre uma “invisibilidade” das atividades desenvolvidas no lar.

Paralelamente à análise do trabalho de cuidados e do esforço em desvendar as razões de sua invisibilidade, as mulheres vão experimentando mudanças em suas vidas cotidianas, as quais vêm causando uma reviravolta na estrutura familiar e na sociedade.

A autora realça também que durante parte do século XX o modelo familiar calcado especialmente sob o “homem-provedor de renda” e a “mulher-dona-de-casa” estava alinhado ao modelo fordista de emprego, o qual é caracterizado por uma ideologia familiar concretizada no matrimônio tradicional e na divisão de trabalhos e papéis entre os cônjuges. Isso fez parte do contrato social estabelecido, segundo o qual às mulheres cabiam as tarefas de cuidados do marido e dos filhos (ser mãe e esposa), para que os homens pudessem se dedicar ao trabalho ou à atividade pública. Por isso, pode-se dizer que o casamento era considerado uma forma de “inclusão” para as mulheres, pois era uma maneira de garantir suas condições de sobrevivência.

As mudanças em curso desde o final do século XX, tanto no que tange à participação das mulheres no mercado de trabalho como as alterações no modelo familiar começam a ter mais visibilidade. Todavia, a incorporação do trabalho das mulheres ao mercado não implica o abandono do trabalho familiar no âmbito doméstico – pois elas ou continuam tendo que realizar essa atividade, ou, quando muito, pagam uma outra mulher para fazê-lo. Tampouco significa que esteja ocorrendo o reconhecimento e valorização de seu trabalho – seja ele formal ou informal. Ao contrário, no geral, elas continuam recebendo remunerações menores do que as dos homens (mesmo desempenhando a mesma função), além de serem

submetidas a uma maior sobrecarga de trabalho. É o que afirma a última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD).

Por isso, temas como a participação das mulheres na política, no mercado de trabalho, entre outros espaços, vêm sendo amplamente discutidos pelos movimentos feministas e de trabalhadores¹⁸, por núcleos de pesquisa, nas universidades¹⁹ e nas diversas esferas de governo²⁰, na intenção de qualificar as reflexões a respeito do tema, como é o caso da integração de mulheres nas políticas de inclusão social pelo trabalho.

2.3. A participação das mulheres nas Políticas de Inclusão Social pelo Trabalho: da Vulnerabilidade à Autonomia

Uma primeira observação a ser feita sobre a participação das mulheres nas políticas de inclusão social pelo trabalho na perspectiva da economia solidária é que se trata de uma tendência recente, resultado dos impactos dos ajustes estruturais implementados pelas políticas neoliberais, que atingiram, sobretudo, as camadas menos integradas economicamente, ou seja, a população considerada “vulnerável”. Mas, por que as mulheres são consideradas como população vulnerável? Ou, em situação de risco social e pessoal?

De acordo com informações do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)²¹, as mulheres representam 70% da população mundial considerada como pobre pelo PNUD²² (1,3 bilhão de pessoas). O número de mulheres que vivem em *pobreza absoluta* nas regiões rurais aumentou 50% nas duas últimas décadas. Nos países em desenvolvimento, o número de mulheres analfabetas é 60% superior ao dos homens, a *taxa de escolarização* das meninas,

¹⁸ Foram criadas comissões de mulheres no interior do movimento sindical urbano e rural: Comissão Nacional de Mulheres da CUT (CNMT), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), além da Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁹ Recentemente (2006), o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, na Universidade Federal da Bahia (UFBA) criou o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Além deste, há o Núcleo de Estudos da Mulher e das Relações de Gênero, da Universidade de São Paulo, entre outros.

²⁰ Pode-se mencionar a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal e, no âmbito municipal, a Coordenadoria Especial da Mulher de Fortaleza.

²¹ Estas informações estão disponíveis, via internet, pelo endereço eletrônico da *United Nations Development for Women*: www.unifem.undp.org/ec_pov.htm.

²² O PNUD é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

mesmo nos primeiros anos do ensino fundamental, é 13% inferior à dos meninos. Com relação aos *salários*, as mulheres recebem, em média, o correspondente a 75% do valor dos salários pagos aos homens (UNIFEM, 2000).

No caso do Brasil, conforme os dados divulgados no Boletim DIEESE – Edição Especial, sobre a Situação das Mulheres em Mercados de Trabalho Metropolitanos, a ocupação do espaço feminino no mercado de trabalho fez com que as mulheres, hoje, representem uma parcela superior a 45% da População Economicamente Ativa (PEA). Em termos numéricos, o contingente de mulheres que se encontra no mercado de trabalho, seja na condição de ocupadas ou desempregadas é de quase 8 milhões.

Levando-se em consideração que as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho atingem ambos os sexos, as diferenciações com relação à escolaridade e rendimentos entre homens e mulheres encontram-se na mesma linha. Para aquelas que trabalham como assalariadas, em média, seus rendimentos correspondem a 79% a 86% daquilo que recebe a mão-de-obra masculina. E, mesmo quando apresentam maior nível de escolaridade, essa diferença permanece.

É o que confirmam os dados levantados junto às seis regiões metropolitanas brasileiras, onde a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) foi realizada conforme Tabelas 1 e 2, a seguir:

TABELA – 1
Rendimento Médio Real (em R\$) dos Ocupados e dos Assalariados por Sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2002

REGIÕES METROPOLITANAS E DISTRITO FEDERAL	OCUPADOS R\$			ASSALARIADOS R\$		
	MULHERES	HOMENS	%	MULHERES	HOMENS	%
	B	A	B/A	D	C	D/C
Belo Horizonte	492	763	64,5	585	721	81,1
Distrito Federal	886	1.304	67,9	1.100	1.314	83,7
Porto Alegre	576	834	69,1	639	792	80,7
Recife	396	601	65,9	521	616	84,6
Salvador	446	688	64,8	575	671	85,7
São Paulo	677	1.058	64,0	796	1.005	79,2

Fonte: Boletim DIEESE – Edição Especial – a Situação das Mulheres em Mercados de Trabalho Metropolitanos – Março de 2003 (grifos nos Estados da Região NE não contidos no original).

A maior disparidade ocorre nos mercados de trabalho de São Paulo e Porto Alegre, sendo a menor discrepância verificada em Salvador. No entanto, há

que se destacar que as duas capitais do Nordeste (Recife e Salvador) registram os menores rendimentos para os dois sexos.

Ainda conforme informações do DIEESE, a parcela de mulheres que está em busca de uma vaga no mercado de trabalho ou que está ocupada ainda é bem inferior que a dos homens, apesar de apresentar crescimento contínuo.

Em 2001, 48,9% de 71 milhões de mulheres em idade ativa faziam parte da força de trabalho. Todavia, a taxa de participação dos homens reduziu-se de 73,3%, em 1999 para 72,8% em 2001. Conforme essa análise, a maior presença de mulheres na PEA está aliada ao recuo da participação masculina. Essas informações, além de fornecerem elementos para pensar sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho na atualidade, demonstram a importância de considerar os papéis femininos e masculinos na elaboração de políticas de combate à pobreza.

TABELA – 2
Distribuição da PEA por Sexo segundo Nível de Instrução
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – Janeiro de 2002

REGIÕES METROPOLI- TANAS DISTRITO FEDERAL	Analfa beto	Ens Fund. Incomp	Ens Fund. Comp	Ens Médio Incomp	Ens Médio Comp	Ensino Superior Incomp e Completo	TOTAL (%)
Belo Horizonte							100,0
MULHERES	1,8	33,8	11,0	7,8	29,3	16,1	
HOMENS	1,6	39,8	14,2	8,9	22,6	12,6	
Distrito Federal							100,0
MULHERES	1,9	26,4	9,7	9,3	29,6	23,1	
HOMENS	2,6	30,9	11,3	9,4	24,7	21,1	
Porto Alegre							100,0
MULHERES	1,3	33,8	12,7	8,1	24,4	19,7	
HOMENS	1,3	40,1	14,6	7,4	21,1	15,5	
Recife							100,0
MULHERES	5,4	31,8	8,8	9,2	30,5	14,2	
HOMENS	6,4	41,9	11,0	8,7	22,2	9,8	
Salvador							100,0
MULHERES	3,0	30,5	8,8	9,5	33,5	14,7	
HOMENS	2,9	39,1	11,5	8,9	26,2	11,2	
São Paulo							100,0
MULHERES	3,1	33,1	11,8	8,7	26,2	16,9	
HOMENS	3,9	38,0	13,6	8,4	21,4	14,4	

Fonte: Boletim DIEESE – Edição Especial – a Situação das Mulheres em Mercados de Trabalho Metropolitanos – Março de 2003.

Embora não tendo sido a população mais atingida em termos numéricos pelo fenômeno do desemprego – pois, em números absolutos o contingente de

mulheres que compõe a PEA é inferior ao dos homens – as mulheres sofrem suas conseqüências indiretas, uma vez que ocorre um acúmulo dos encargos domésticos e econômicos e elas geralmente reagem a essa pressão tentando suprir as necessidades do lar por meio de alguma atividade geradora de renda que possa dar sustentação à família.

O indicador a seguir demonstra que, ao contrário do que ocorria até meados do século XX, as mulheres estão tentando *conciliar* o exercício de uma profissão com o trabalho doméstico. Durante a chamada fase fértil (dos 25 a 39 anos) são registradas as maiores taxas de participação feminina. Ou seja, o casamento ou o nascimento de filhos não mais está afastando as mulheres do emprego. A Tabela 3 ilustra essa informação:

TABELA – 3
Taxa de Participação por Sexo segundo Faixa Etária
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2001

REGIÕES METROPOLITANAS E DISTRITO FEDERAL	MULHERES			HOMENS		
	16 a 24	25 a 39	40 anos ou Mais	16 a 24	25 a 39	40 anos ou Mais
Belo Horizonte	62,2	71,2	40,8	73,3	92,5	66,2
Distrito Federal	65,8	78,5	47,3	73,2	95,0	72,4
Porto Alegre	63,1	71,4	41,8	74,5	93,4	68,6
Recife	53,2	65,1	35,8	66,1	90,3	64,6
Salvador	62,9	77,0	46,4	71,4	93,9	70,9
São Paulo	70,0	72,9	43,8	82,2	94,6	71,4

Fonte: Boletim DIEESE – Edição Especial – a Situação das Mulheres em Mercados de Trabalho Metropolitanos – Março de 2003.

Nessa direção, dados ainda mais atuais, da última PNAD realizada em 2004 e divulgados no início de abril deste ano, afirmam que aproximadamente 30% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres.

Diante do fato de que, de um lado, cada vez mais, as mulheres vêm assumindo o papel de “chefes de família”, o que pode ser considerado como indicador de uma autonomia conquistada; de outro, elas também têm se constituído num público-alvo prioritário das políticas de assistência social e de inclusão social pelo trabalho, desde aquelas que atuam no sentido da “transferência de renda”²³

²³ No caso de Fortaleza, pode ser citado o Projeto Família Cidadã, implementado pela Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI), da Prefeitura Municipal de Fortaleza, cujo valor da bolsa é de R\$77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos). Saliente-se, nesse sentido, que

àquelas que articulam a produção (em pequena escala), capacitação profissional e microcrédito, como é o caso da Incubadora Feminina.

Diante dessas constatações, são mapeadas algumas pistas que apontam no sentido da indagação feita por Isabelle Guérin (2003) “*por que e como as mulheres são sempre as primeiras atrizes das práticas de economia solidária?*”

Para a autora, o acúmulo de saberes e práticas das mulheres advém do fato de que elas estiveram presentes na organização dos movimentos cooperativista e associativista, desde o século XIX. Nessa época, as práticas associativas encabeçadas pelas mulheres tinham inspiração cristã e geralmente tinham por objetivo responder às necessidades das populações pobres, dos doentes, mendigos, analfabetos, entre outros. Desse modo, elas contribuíram para a criação de centros de assistência e para a invenção de profissões ligadas ao trabalho social, como o serviço social.

Ao se referir ao momento atual, a inquietação da autora se dá no sentido da caracterização das iniciativas de economia solidária das quais as mulheres estão participando. Ela resgata o debate em torno do fato de que a maioria das atividades produtivas desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários, em geral, mantém as mulheres no espaço doméstico, o que, para ela, significa ratificar a condição de invisibilidade das mulheres no espaço público.

Na sua avaliação, as bases de uma economia que tem a solidariedade como um princípio fundamental deve fomentar o reconhecimento do trabalho feminino, especialmente, o trabalho doméstico e não remunerado. Dessa forma, a relação entre as esferas produtiva e de reprodução da vida estariam sendo remodeladas, originando outra forma de desenvolvimento.

Reafirmando a importância do movimento de mulheres Boaventura de Souza Santos (2002) afirma que foi graças ao ativismo das feministas que o problema da exclusão de mulheres dos programas de desenvolvimento convencionais passou a ser uma fonte de dinamismo nas propostas de desenvolvimento alternativo e que isso vem ocorrendo desde meados dos anos 1970, por intermédio do *Women in Development* (WID) – “mulheres em desenvolvimento”, cujo objetivo consiste em:

as dez mulheres integrantes da 1ª turma da Incubadora Feminina (2001) ingressaram neste Programa.

...conseguir o reconhecimento do trabalho feminino no desenvolvimento econômico e promover a incorporação das mulheres nos processos de desenvolvimento, através de políticas públicas que aliviem a dupla carga do trabalho doméstico e assalariado (SOUSA SANTOS, 2002).

Essa foi a tônica do debate ocorrido no estado do Ceará, durante o I Encontro Internacional de Socioeconomia Solidária, quando tive a oportunidade de contribuir na sistematização do Grupo de Trabalho que discutiu o tema: A Socioeconomia Solidária e a Participação das Mulheres.

Uma das principais discussões se deu a partir da constatação dos tipos de atividades desempenhadas pelas mulheres nos empreendimentos. Em sua maioria, elas estão ligadas às ações desenvolvidas no espaço doméstico, como a prestação de serviços de limpeza em ambientes (faxina, lavagem de roupas etc.), culinária, corte e costura, entre outros, o que contribui para que as mulheres permaneçam restritas ao espaço doméstico e continuem “invisíveis”, isto é, sem condições objetivas de adentrar no espaço público.

Outro ponto é o modo como as mulheres têm ocupado a gestão dos pequenos empreendimentos que atuam no campo da socioeconomia solidária. A seguir, alguns dados ilustram a forma como essa participação tem ocorrido.

Dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil apontam que, em termos nacionais, a participação dos homens nos EES é superior a das mulheres; respectivamente, 64% e 36%. No entanto, há uma relação diferenciada quando o parâmetro se refere ao porte do empreendimento e a participação feminina. Neste caso, as mulheres predominam nos EES com menos de 10 sócios (63% do total pesquisado), enquanto os homens, nos EES que possuem mais de 20 pessoas (60% nos EES de 21 a 50 sócios e 66% nos EES com mais de 50 sócios).

Ainda conforme o Atlas, há cerca de 2.300 (dois mil e trezentos) empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres – o que corresponde a 16% - e cerca de 1.500 que são geridos exclusivamente por homens (11%); e os demais (73%) são empreendimentos “mistos”, formados por homens e mulheres.

Diante do exposto, pode-se considerar que tais formas “alternativas” de inclusão de mulheres por meio do trabalho são iniciativas híbridas²⁴, sobretudo,

²⁴ O termo híbrido é aqui utilizado no sentido de categorizar as iniciativas que agregam elementos que ensaiam um novo ordenamento sócio-econômico e político, bem como aquelas que se encontram no âmbito das estratégias de sobrevivência, convencionalmente designada

aquelas que incorporam o eixo do microcrédito ou das finanças solidárias, e que podem ser interpretadas e analisadas de múltiplas formas – pelo menos é o que demonstram as experiências em andamento em vários países do mundo.

Assim, as exigências sócio-econômicas aliadas aos novos arranjos familiares e às relações de gênero traçam um novo perfil sócio-político-cultural no qual atividades seculares como cuidar, reproduzir e alimentar oscilam entre a continuidade das antigas e limitadoras estrutura e a assimilação de novos significados, conferindo visibilidade aos sujeitos, reconhecendo habilidades, reafirmando direitos e ressignificando valores. Nessa perspectiva, Isabelle Guérin (2003, p.73) sugere que se quisermos avançar rumo a uma sociedade mais justa e democrática, o lugar da família e das obrigações familiares, assim como a articulação entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil merecem também ser repensados.

por ocupações que geram rendimentos que (mal) proporcionam a satisfação de necessidades básicas do indivíduo ou de seu grupo familiar.

PARTE II



**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS
NUMA LÓGICA SOLIDÁRIA DE INCLUSÃO:
A EXPERIENCIA DA INCUBADORA FEMININA DA
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO PALMEIRAS**

CAPÍTULO 1: Reivindicar e Propor: o percurso da Lógica Solidária de Inclusão no Conjunto Palmeiras

Este capítulo apresentará de forma detalhada os elementos informativos, descritivos e as primeiras considerações analíticas acerca da *Incubadora Feminina – Um Projeto de Inclusão Social Através do Trabalho*, identificando sua vinculação à história social do bairro. Ou seja, por meio do resgate da "*história social da emergência do problema*" (BOURDIEU, 1989), objetiva-se compreender os principais fatores que propiciaram a ocorrência desse fenômeno social.

A divisão dos itens obedece a uma lógica cronológica dos acontecimentos, em que as ações desenvolvidas pela entidade executora da Incubadora Feminina assumem rumos diferenciados, pautados no princípio da luta por melhores condições de vida. Por isso a utilização dos termos "reivindicar", para caracterizar a primeira fase, marcada pela pujança dos movimentos comunitários; e, "propor", para denominar o momento em que a lógica solidária de inclusão passa a ser "inaugurada".

1.1. O Cenário: A Construção do Conjunto Palmeiras e a ação institucional da Associação de Moradores (ASMOCNP)

"Olhando para o Conjunto Palmeiras hoje e lembrando do Palmeiras do passado eu fico pasma com tudo o que nós construímos. Quando eu falo nós, eu me refiro às Associações, movimentos de Igrejas, ao povo em geral. (...). Sem dúvida é importante saber se organizar e buscar parcerias."

*Depoimento de uma Líder Comunitária.
Cartilha Memórias de Nossas Lutas.*

O Conjunto Palmeiras completa nesse ano de 2006 trinta e três anos de existência. É um bairro popular que está localizado na periferia da cidade de Fortaleza, há cerca de 20 quilômetros do centro comercial da cidade e que possui, atualmente, uma população de cerca de 30 mil habitantes.

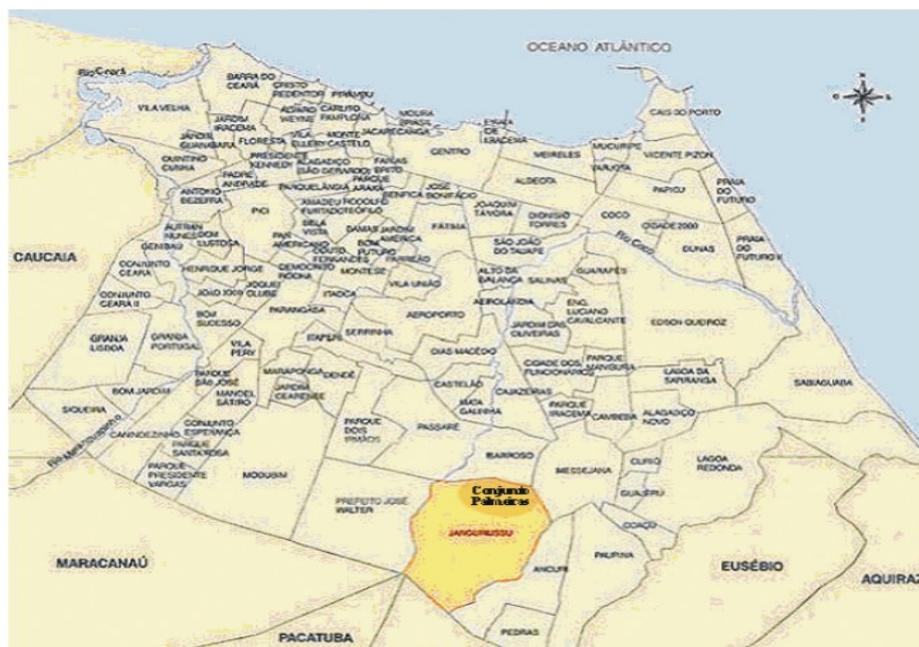


Figura Nº04 – Mapa da Cidade de Fortaleza (localização do Conjunto Palmeiras no detalhe).
Fonte: página ASMOCONP na internet

Conforme dados do Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado (PDCI), cerca de 80% dos habitantes possui renda mensal inferior a dois salários mínimos e 90% cursaram, no máximo, o ensino fundamental (PDCI, 1998)²⁵.

No início da década de 1970 a Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF) loteou uma área de cerca de 118 hectares, localizada no sul da cidade, a fim de abrigar a população que estava sendo desalojada e remanejada da área litorânea por motivo de implantação de obras urbanas. Foram assentadas, inicialmente, mil e quinhentas famílias oriundas das seguintes áreas: região do Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas, Favela Verdes Mares e também da Favela do Lagamar, situada à margem do Rio Cocó (que em 1974 passou por uma grande cheia). Essa área, onde foi construído o Conjunto Palmeiras, não dispunha de infra-estrutura urbana (arruamento, água, energia, saneamento, transporte, entre outros serviços públicos).

Em 1976, o Projeto Rondon²⁶ chegou ao bairro para iniciar o levantamento das condições de vida da população, e, ainda de acordo com o PDCI, foi a partir

²⁵ Este documento foi elaborado no âmbito do Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para População de Baixa Renda (PRORENDA), executado pelo Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura, a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) e as Organizações Comunitárias do Bairro.

²⁶ Ligado ao trabalho de extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC).

desse processo, marcado por reuniões e mobilização da comunidade, que, ainda sob a tutela do poder público municipal, surgiu a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) e sua diretoria provisória foi instalada. Cinco anos depois, em 1981, é que a Associação se consolida e que o processo de desenvolvimento do bairro passa a se dar de forma mais acelerada.



Figura Nº05 – Foto da sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras

Fonte: página da ASMOCONP na internet

É importante destacar como característica fundamental desse processo a coalizão de forças que é expressa na organização do movimento comunitário, no sentido do fortalecimento da democracia, da participação e da solidariedade. Esse traço é recuperado através da memória da construção do Conjunto Palmeiras, o que permite compreender quais foram as principais estratégias de resistência e luta por melhores condições de vida²⁷.

Outro destaque é o caráter da ação do movimento popular nessa época (dos anos 1970-80), cujas bandeiras de luta eram erguidas de forma vigorosa, obtendo visibilidade pública. O fato de se viver num regime ditatorial acirrava o antagonismo entre o movimento e a “ordem instituída” e isso fundamentava claramente a definição das estratégias e táticas a serem adotadas. Essa ação encontrava confluência entre os vários atores que compõem esse cenário, a saber: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os Partidos de Esquerda, a Rádio Comunitária Santo Dias, os partidos políticos de esquerda, entre outros.

²⁷ Ver documento *Memórias de Nossas Lutas*, produzido pelas Lideranças locais.

Conforme dados da coletânea intitulada *Palmeiras – Registros de Cidadania*, organizada por Geísa Mattos, Kelma Lopes de Matos e Sandra Maria de Carvalho (2002), a década de 1980 e início de 1990 foram marcadas por fortes mobilizações que trouxeram como resultados concretos a conquista dos serviços básicos para o bairro, bem como o acúmulo com relação à gestão compartilhada de projetos (co-gestão), como o que construiu o Canal de Drenagem e o Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDCI), instrumento que diagnosticou os problemas e traçou um planejamento estratégico, que seria implantado ao longo de 10 anos.

No bojo dessa transição histórica (anos 1990), o movimento de bairros das periferias das grandes cidades vivenciou um período marcado pela tensão entre a autonomia e a perspectiva da institucionalização. Em Fortaleza, não foi diferente. Explicando: o fim da ditadura veio acompanhado da necessidade de redefinição da ação política, como base em novos enfoques e novas formas de organização relacionadas à nova conjuntura. O cerne da luta do movimento passou a ser a participação na implementação de políticas públicas. Ou seja, passou-se de uma relação reivindicativa para um convívio no qual deveria ocorrer a negociação, a proposição e o estabelecimento de parcerias. Nessa direção, a afirmação de Elza Braga (2002) no livro *Vivências, Lutas e Memórias* é emblemática: “Os moradores dos bairros populares, através dos seus processos organizativos, afirmam-se como sujeitos que lutam pela construção da cidadania e, ao mesmo tempo, buscam interferir na gestão da cidade local (BRAGA, 2002).”

Essa mudança nas relações entre governo e movimento popular implicou uma série de desdobramentos positivos e negativos, pois, se por um lado, estava sendo experimentada uma nova forma de diálogo entre os cidadãos e o governo, por outro, houve desarticulação na organização dos bairros, pois as lideranças ficaram confusas quanto às novas estratégias de luta e mobilização.²⁸

Essa conjuntura, inaugurada em 1986, é instaurada a partir do mandato municipal da prefeita Maria Luiza Fontenele, do Partido dos Trabalhadores (PT), cuja ênfase na participação popular levou várias lideranças da comunidade a assumirem a direção dos equipamentos urbanos de referência no bairro, como o Centro Social Urbano (CSU) e a Unidade de Profissionalização e Atendimento ao Menor (UPAM).

²⁸ Esse processo se assemelha à “crise de identidade” vivida contemporaneamente pelos movimentos sociais quando da eleição de Luis Inácio Lula da Silva para a presidência da república. Como estabelecer canais de diálogo sem perder a autonomia?

Tal fato possibilitou a abertura de um canal de interlocução entre as organizações comunitárias e a esfera governamental, o que até então era algo impensável.

Nesse período, as lideranças participaram ativamente do planejamento e execução de vários projetos implementados no Conjunto Palmeiras, possibilitando novos aprendizados, sobretudo, no que tange à gestão de recursos públicos. Outro destaque é que nesse período ocorreu a primeira eleição direta da ASMOCONP. Anteriormente, as eleições eram supervisionadas pela FSSF e as lideranças eram escolhidas em conformidade com os interesses do poder público.

Ainda de acordo com relatos de lideranças locais e documentos existentes, a preservação da autonomia dos movimentos populares passou a ser uma das discussões mais latentes desta época, pois, mesmo após o término do mandato de Maria Luiza Fontenele, houve continuidade na busca de manter a aproximação com estes atores sociais.

Na tentativa de identificar quais as novas estratégias e canais de participação e negociação a serem perseguidos, em 1997 a ASMOCONP, juntamente com a UAGOCONP²⁹, realizaram um Seminário chamado “Habitando o Inabitável”, em que foram constatados vários problemas estruturais, entre os quais um teve destaque: a urbanização do bairro ocasionou sua inacessibilidade aos moradores, na medida em que eles não conseguiam pagar os custos (IPTU, Cagece, Coelce etc.). Nesse sentido, a principal resolução foi que deveria ser elaborado um projeto de *geração de trabalho e renda* que viabilizasse a melhoria das condições de vida da população e possibilitasse a permanência no bairro.

Os anais deste seminário afirmam que na avaliação dos participantes pensar em formas de enfrentamento do processo de exclusão e desigualdade social, passava pela idéia de criar formas alternativas de sobrevivência, com base no acúmulo das experiências vividas no processo de organização e desenvolvimento urbano do bairro.

A opção da comunidade foi desenvolver um Projeto que fosse além do plano da reivindicação e que potencializasse as iniciativas já existentes no bairro, articulando as esferas da produção e do consumo por meio da democratização do

²⁹ A União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras foi criada em 1991, a fim de unificar os esforços dos grupos locais, que estavam desenvolvendo ações desarticuladas e isoladas. Objetivou-se também preservar a autonomia na relação entre Estado e Movimento Social. A UAGOCONP atuou como uma Federação local, à semelhança do que ocorreu com a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF).

acesso ao crédito, enfatizando a solidariedade como princípio organizador de uma economia pautada no social, em que as pessoas, ao se ajudarem mutuamente, pudessem, juntas, adquirir a capacidade de satisfazer as necessidades umas das outras (ASMOCONP/UAGOCONP, 1991).

A exemplo do que estava acontecendo em outros bairros e periferias das grandes cidades, o movimento social passou a discutir e apoiar formas de organização de empreendimentos econômicos, na linha da geração de trabalho e renda, com base na cooperação, na autogestão e na solidariedade. Isto é, forjando uma lógica solidária de inclusão.

Por isso a denominação de “socioeconomia solidária”, pois tais formas de “inclusão” surgem como uma tentativa de (re)entrelaçar o social e o econômico, retomando o sentido da economia como o “cuidado com a casa”. Quem nos oferece essa chave de leitura é Karl Polanyi (2000). Conforme seus escritos, até o final do século XVIII o sistema econômico estava imerso no sistema social. Com a consolidação do sistema capitalista, ocorre a separação e respectiva autonomização da economia, como um sistema que aparece com base na auto-regulação, ou, nos seus termos, no mercado auto-regulado, onde as relações entre as pessoas são relegadas ao segundo plano. Por isso, a solidariedade aparece como elemento constitutivo da nova forma de viver a economia, resgatando o sentido do mercado como o lugar das trocas e também das interrelações entre as pessoas, lugar em que se trocam também sentimentos e afetividades.

Outro autor que também corrobora com essa argumentação é o sociólogo chileno Luiz Razetto (1993). Para ele,

A socioeconomia solidária significa um modo especial de fazer a economia – de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e de se desenvolver -, o qual apresenta um conjunto de características próprias que podem ser consideradas alternativas com respeito aos modos econômicos capitalista e estatista (RAZETTO, 1993, p.39).

1.2. A Criação do Banco Palmas

“Em uma iniciativa pioneira no Brasil, foi criado, em janeiro de 1998, o Banco Palmas, instalado numa pequena sala na sede da Associação de Moradores e administrado por líderes comunitários (BANCO PALMAS, 1999).”



Figura Nº06 – Foto do Balcão de Atendimento Banco Palmas
Fonte: foto da Autora

O Projeto de geração de trabalho e renda tomou a forma de um Banco Popular, o Banco Palmas, inaugurado em janeiro de 1998, o qual tem como princípio a inclusão social da comunidade local. Para tanto, foram desenvolvidos produtos específicos para a concessão de microcréditos que fossem compatíveis com a realidade do bairro, englobando as esferas da produção, da comercialização e do consumo, a saber: Cartão de Crédito *Palmacard*; Clubes de Trocas com Moeda Social (*Palmares* e *Palmarins*); Moeda Social Circulante (*Palmas*); Feiras e Loja Solidária (hoje Central Palmas de Comercialização).

O Banco Palmas é um Projeto da ASMOCONP que articula um Sistema Integrado de Microcréditos; e, à semelhança de outras iniciativas como o *Grameen*

*Bank*³⁰, tem como filosofia romper com o círculo vicioso da pobreza. Veja-se a seguir sua definição institucional: “O Banco Palmas constitui-se em um sistema financeiro integrado, que atua de forma estratégica nos quatro pontos da cadeia produtiva do ciclo econômico sustentável, quais sejam: capital solidário, produção sustentável, consumo ético e comércio justo” (BANCO PALMAS, 2001).

É importante lembrar que o Banco iniciou suas atividades com uma carteira de dois mil reais e com apenas vinte e cinco clientes. Esses recursos foram concedidos por meio de empréstimo a fundo perdido mediado por uma ONG local chamada *Cearah Periferia*.³¹ As ações do Banco se desenvolveram de forma tímida, envolvendo poucas pessoas:

O Banco abriu num dia e no outro não tinha mais um centavo pra emprestar. Cinco clientes foram selecionados para receber os primeiros empréstimos. (...) Com o resto do dinheiro, o Banco concedeu 20 cartões *Palmacard*. Inicialmente, poucas pessoas no bairro acreditavam na idéia. Apenas quatro comerciantes do bairro aceitaram vender pelo cartão (BANCO PALMAS, 2001).

A estratégia da ASMOCONP criando um Banco comunitário com o objetivo de sensibilizar os moradores do bairro é considerada inovadora pelos movimentos populares. No entanto, ao observar a conjuntura global do momento, percebe-se que esse processo estava em ebulição em vários outros países e com propostas ambíguas e ambivalentes³². Assim, deve-se traçar a exemplaridade deste fenômeno, captando sua dinâmica sob vários aspectos.

Conforme a argumentação de Sousa Santos (2003) agrega-se a essas iniciativas todo um contexto que possibilitou um número crescente de programas de apoio econômico às camadas populares prestando serviços financeiros de pequena

³⁰ Criado na década de 1970, o *Grameen Bank* iniciou suas atividades com 46 mulheres e um fundo rotativo de 25 dólares, que, atualmente, atinge um público de 4 milhões de beneficiários e movimenta recursos da ordem de 600 milhões de dólares (YUNNUS, 2003).

³¹ O Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos é uma das ONGs que tem atuação pioneira e reconhecida no estado. Saliente-se que a Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular foi uma experiência encabeçada por ela e que contribuiu para a formação de lideranças comunitárias, oportunizando o enriquecimento da práxis dos movimentos populares.

³² Nas palavras de BAUMAN apud DEMO: “A realidade se diz *ambígua* quando possui estrutura difusa, não linear, caótica, apresentando-se como autêntica unidade de contrários. (...) A realidade se diz *ambivalente* quando sua dinâmica manifesta direções opostas no mesmo todo. O termo *ambíguo* designa traços da estrutura da realidade, enquanto o termo *ambivalente* aponta para modos de vir a ser.” (BAUMAN, 1999; 2001 apud DEMO, 2002, p. 20-21 – grifos não contidos no texto original).

escala, popularmente conhecidos como microcréditos. Tais programas, cujos objetivos já foram descritos anteriormente, vêm sendo constituídos intensamente em vários países, transformando-se, inclusive, numa das bandeiras do Banco Mundial na luta contra a pobreza e a exclusão social. O autor considera que esse é um fenômeno de dois gumes:

Por um lado, os microcréditos em muitos casos providenciam meios de subsistência indispensáveis que têm efeito direto sobre o nível de vida dos seus beneficiários e que, com freqüência, são acompanhados de programas de educação e desenvolvimento comunitário. Contudo, por outro lado, alguns defensores do microcrédito e algumas organizações que implementam este tipo de programa (Wright, 2000), encaram os créditos como fins em si mesmos e rejeitam enfaticamente qualquer tentativa de associar a prestação de serviços financeiros aos pobres com projetos de construção de poder comunitário (SOUSA SANTOS, 2003).

Ainda em concordância com o autor, uma concepção utilitarista dos programas de microcrédito aponta na direção da inserção marginal e precária no sistema capitalista, alinhando-se com as tendências das políticas neoliberais. Em direção oposta, a linha de atuação do Banco Palmas foi construída tomando como prioridade a criação de instrumentos de concessão de microcréditos aliada à mobilização dos produtores, comerciantes e consumidores, com vistas à promoção do intercâmbio de produtos e serviços entre membros da comunidade, com base em sistemas alternativos de mediação de valor do trabalho, calcados na *reciprocidade*.

São exemplos destas práticas o Cartão de Crédito *Palmacard* (com limites que variam entre R\$20,00 e R\$100,00), os *Clubes de Troca com Moeda Social* (duas moedas sociais: *Palmares* e *Palmarins*) e a adoção de uma outra moeda social chamada *Palmas*, que é um circulante local instituído desde 2002 e que circula paralelamente ao real (moeda vigente), a despeito das orientações do Banco Central do Brasil: “O Banco Central pode não gostar, mas nós temos o direito de termos nossa própria moeda, que nada mais é do que um pacto de cooperação entre os moradores do Conjunto Palmeiras”, afirma o Coordenador do Banco Palmas, Joaquim de Melo Neto Segundo.



Figura Nº07 – Cartão de Crédito PalmaCard (Tamanho Original)
 Fonte: Arquivo da autora



Figura Nº08 – Moeda Social Palmares (tamanho original)
 Fonte: Arquivo da autora



Figura Nº09 – Moeda Social Palmarins (tamanho original)
 Fonte: Arquivo da autora



Figura Nº 10 – Moeda Circulante Local Palmas
Fonte: Arquivo da autora

Com relação à moeda circulante local, o *palmas*, é necessário deter um pouco mais de atenção, pois ela é parte integrante de uma metodologia desenvolvida no âmbito de uma rede maior: o Movimento Monetário Mosaico (MOMOMO). Esse movimento tem como objetivo a construção de experiências que desmistifiquem os mecanismos de fluxos monetários, criando outras lógicas monetárias de apropriação dos fluxos de capitais do sistema vigente. Em longo prazo, o sistema pretende construir um novo sistema financeiro mundial, recuperando o saber acumulado pela sociedade e ressignificando processos sociais e econômicos modelados pela alienação.

No caso do Conjunto Palmeiras, a implantação se deu da seguinte forma:

Lastreado por uma verba de 50 mil reais doada por uma ONG holandesa para a construção da Escola de Socioeconomia Solidária (PALMATECH), o Banco Palmas imprimiu uma nova moeda com valor atrelado ao real. A construção da Escola foi paga com essa moeda – o *palmas* – e os recursos foram direcionados para reforçar a carteira do Banco. Em vez de termos 50 mil circulando na comunidade, teremos 100 mil, explica Joaquim de Melo Neto (REVISTA SEBRAE, nov-dez 2002, p. 73).

A esse processo, o Movimento Monetário Mosaico denominou de Metodologia Fomento, cujo foco é instaurar o instrumento do microcrédito desenvolvendo a estrutura financeira e social, ampliando o poder aquisitivo e dirigindo-o ao mercado local: “o principal objetivo do FOMENTO é deter a fuga do dinheiro, prover as empresas locais com crédito e com uma demanda aquisitiva e

realizar um aumento equilibrado entre a economia formal, a estrutura local e a economia local” (MOMOMO, 2002).

Com base nas informações anteriores, pude observar que os circuitos de trocas estabelecidos na comunidade, à semelhança de tantos outros que estão em desenvolvimento em outros países do mundo³³ constituem-se num objeto de análise de diferentes campos do conhecimento, sendo que todos ressaltam a reciprocidade como característica básica. As relações estabelecidas entre os entes misturam a necessidade (ou o interesse no sentido individual), a solidariedade, o conflito, a cooperação, entre outros, reaproximando o econômico do social e do político, tão dissociados nos últimos tempos.

1.3. O Processo de Formação dos Grupos Produtivos/Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na Lógica da Socioeconomia Solidária

De acordo com a publicação *Banco Palmas – Uma Prática de Socioeconomia* (2001), a partir de 1999, o Banco Palmas passou a agregar produtores/as do mesmo ramo de atividades em grupos setoriais. A seguir, quadro-síntese dos grupos existentes, detalhando o ano de criação, o número de trabalhadores/as envolvidos/as e suas respectivas atividades:

TABELA - 4
GRUPOS PRODUTIVOS ACOMPANHADOS PELO BANCO PALMAS (1999-2004)

GRUPO PRODUTIVO	RAMO DE ATIVIDADE	ANO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE TRABALHADORES/AS ENVOLVIDOS/AS
PALMAFASHION	Vestuário	1999	20
PALMART	Artesanato	1999	10
PALMALIMPE	Produtos de Limpeza	2002	06
PALMORICÓ	Criação de Galinha Caipira	2003	10
PALMAS LIMPEZA DE AMBIENTES	Prestação de serviços de limpeza em ambientes	2003	08
PALMANATUS	Beneficiamento de Plantas Medicinais	2004	10
TOTAL	06 (seis)	5 anos	63

Fonte: Pesquisa de Campo/2005.

Os dados do quadro demonstram que ao longo de seus oito anos de existência houve um acúmulo de experiência no sentido do fomento a estratégias

³³ São exemplos de circuitos de trocas realizados por outros países, os *Local Employment and Trading System* (LETs) e os *Sistèmes d'Échanges Locaux* (SELS).

alternativas de inclusão. No entanto, é relevante salientar que, em geral, os grupos passam por deficiências no que tange à qualidade dos produtos, equipamentos, capital de giro, regularidade e escoamento da produção. Além disso, observei que existe uma intensa rotatividade das pessoas que integram os grupos, sobretudo, as mulheres egressas da Incubadora. Em geral, quando elas conseguem outras oportunidades de trabalho no mercado formal ou quando os rendimentos gerados pelos grupos não respondem às suas necessidades básicas de sobrevivência. Estes são alguns dos limites das experiências, os quais estão diretamente relacionados à forma como se dá a relação entre o empreendimento/grupo produtivo e o mercado convencional, pois são lógicas distintas que se conflitam.

Entre os seis Grupos Produtivos, cinco deles foram inicialmente organizados por mulheres que passaram pela Incubadora Feminina, sendo que todos permanecem na informalidade. A exceção é a Palmalimpe, que é gerida por jovens³⁴ e organizada sob a forma de microempresa.



Figura 11 – Sede da Palmalimpe – Vistas Externa, Interna e Produtos
Fonte: Foto da autora e página da ASMOCONP na internet, respectivamente.

O Banco Palmas desenvolve outros Projetos³⁵ e iniciativas, a saber: o Laboratório de Agricultura Urbana; a Rede de Trocas Solidárias de Produtos e

³⁴ Os jovens integrantes da Palmalimpe são egressos de outras capacitações e movimentos realizados pelo Banco Palmas e ASMOCONP, por meio da Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária, principalmente a Formação de Consultores Comunitários.

³⁵ Recentemente, foi instalado na sede da ASMOCONP, um quichê do *Banco Popular do Brasil*. No entanto, como se trata de uma iniciativa do Governo Federal, na qual a Associação e o Banco Palmas são parceiros na execução, optei por não dedicar um item específico para isto. O mesmo ocorre com relação ao *Balcão de Empregos*, que também funciona na sede da Associação, através de um convênio com o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT). A parceria consiste na intermediação entre oferta e procura por trabalho. Para tanto, são disponibilizados um funcionário e um computador com um sistema operacional em que estão listadas as vagas ofertadas por empresas.

Serviços; a Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária (Palmatech); o Instituto Banco Palmas e a Incubadora Feminina – esta última terá atenção especial no capítulo seguinte, já que é foco deste estudo. Em sua maioria, tais projetos objetivam criar condições para a sustentabilidade dos empreendimentos já existentes na comunidade, por meio de uma articulação em rede.

* O Laboratório de Agricultura Urbana

É um projeto desenvolvido na linha da segurança alimentar, desde 2002, e que tem como foco a difusão da agricultura orgânica junto à comunidade. Ele funciona num pequeno terreno localizado ao lado da ASMOCONP.

A concepção metodológica do Laboratório orienta que as pessoas possam se organizar individualmente ou em grupo para produzir legumes, hortaliças, plantas medicinais, entre outros, preferencialmente nos quintais de suas residências, a fim de garantirem a sua segurança alimentar e, comercializar, em caso de produção excedente.



Figura Nº12 – Laboratório de Agricultura Urbana
Fonte: página da ASMOCONP na internet e foto da autora, respectivamente.

O resultado esperado é a geração de trabalho e renda a partir dos meios de produção que se tem acesso na própria comunidade, potencializando atividades desenvolvidas no âmbito da economia doméstica. Para tanto, são realizadas oficinas de capacitação sobre uso e conservação do solo, produção e manipulação de plantas medicinais entre outras.

Agregam-se a essa iniciativa o *Palmorico*, que apóia a criação de galinhas caipiras e a *PalmaNatus*, que atua na produção de medicamentos e cosméticos à base de plantas medicinais.



Figura Nº13 – Palmoricó
 Fonte: Foto da autora



Figura Nº14 – Palmanatus horto medicinal e no detalhe a placa de identificação
 Fonte: Fotos da autora

*** A Rede de Trocas Solidárias de Produtos e Serviços**

A Rede de Trocas Solidárias se estabelece entre produtores e prestadores de serviços de vários ramos. O objetivo principal dessa ação é: “a conscientização de que não é preciso apenas dinheiro para fazer um trabalho, e sim, a solidariedade mútua, na hora da necessidade. (...) A troca acontece da seguinte maneira: um pedreiro troca meio dia de trabalho por meio dia de trabalho em computação. Alguém faz as unhas de outra pessoa em troca de um corte de cabelos” (BANCO PALMAS, 2001).

De acordo com os relatos das mulheres egressas da Incubadora, as trocas ainda são práticas descontínuas e são momentos em que um número reduzido de pessoas participam. Por isso, em geral, a Rede é vivenciada nos momentos de capacitação, onde os participantes são sensibilizados a desenvolver outras formas de satisfazer suas necessidades, desmistificando a “ideologia do dinheiro” e com base nas “trocas”, onde são intercambiados produtos e serviços, cujo objetivo é, também, o de fortalecimento dos vínculos entre as pessoas, resgatando a noção de mercado como espaço onde as relações estabelecidas entre os agentes têm como foco as pessoas e não a mera apropriação e acumulação de produtos, como preconiza o capitalismo.

* Loja Solidária – Central Palmas de Comercialização

É um espaço onde os produtores que tiveram acesso às linhas de financiamento concedidas pelo Banco Palmas podem comercializar seus produtos.



Figura 15 – Central Palmas de Comercialização (Loja Solidária)
Fonte: Fotos da autora

Lá também são expostos os produtos confeccionados durante os processos de capacitação que as mulheres da Incubadora Feminina participam.

Geralmente, são produtos artesanais oriundos das Oficinas de Aproveitamento de Retalhos (“fuxico”) – sobretudo, bolsas e blusas; bem como roupas masculinas, femininas e infantis, produzidas no curso de Corte e Costura.



Figura Nº 16 – Espaço interno da loja solidária
Fonte: Fotos da autora

Atualmente, a Loja funciona numa sala localizada ao lado da Associação e, recentemente, foi reinaugurada com o nome de *Central Palmas de Comercialização*, pois também estão sendo vendidos produtos da agricultura familiar – feijão, mel, rapadura etc. – advindos dos assentamentos da reforma agrária localizados nos municípios em que o Instituto Banco Palmas tem inserção, como Santana do Acaraú e Palmácia.

* **Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária (Palmatech)**

A Escola Palmatech foi criada com o objetivo de sistematizar as metodologias desenvolvidas pelo Banco Palmas, realizando a sua difusão. Atualmente, ela oferece cursos, oficinas e palestras nos temas relativos à formação e gestão de empreendimentos econômicos solidários, consumo ético e solidário, entre outros, voltados ao público local.

Entre as ações de maior impacto e que envolveu outros bairros da cidade, pode-se citar os *ABCs de Socioeconomia Solidária*, que foram realizados em parceria com outras entidades da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária e teve como objetivo difundir a temática. E, a nível local, a execução do Projeto Flor de Mandacaru, em parceria com a Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste, que atuou no sentido de promover a elevação de escolaridade dos jovens da comunidade.

*** Instituto Banco Palmas**

Nos últimos anos, o Banco Palmas despontou e vem se consolidando como uma entidade de referência na questão relativa às finanças solidárias. Diante disso, as lideranças desta entidade idealizaram o Instituto Banco Palmas (IBP).

Criado em 2004, o IBP tem como objetivo replicar as metodologias de crédito dos Bancos Comunitários e moedas sociais circulantes locais, fortalecendo o debate sobre as microfinanças e finanças solidárias como instrumento de geração de renda para a população mais pobre.

O Instituto funciona como uma espécie de consultoria, onde o acúmulo da metodologia de criação de bancos comunitários possibilitou o recebimento de incentivos de financiadores nacionais e internacionais, permitindo uma maior estabilidade das ações encampadas pela ASMOCONP e Banco Palmas.

Entre os principais projetos em desenvolvimento está o *Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários*, fruto de uma parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Este Projeto toma como referência as práticas de finanças solidárias, a fim de consolidar a metodologia em outros municípios e estados do Brasil, tendo como público prioritário as famílias que participam dos programas de distribuição de renda (especialmente, o Programa Bolsa Família³⁶).

Durante o ano de 2005, estão em fase de implantação dez Projetos-piloto localizados nos municípios do estado do Ceará, a saber: Beberibe, Itapipoca, Maracanaú, Maranguape, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Quixadá, São Gonçalo do

³⁶ Mais informações estão disponíveis na página do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no www.mds.gov.br.

Amarante e Trairi. A meta é que nos próximos três anos (2006-2008) existam 100 (cem) Bancos Comunitários no país, beneficiando diretamente 150 mil produtores.



Figura Nº 17 – Publicações diversas do Instituto Banco Palmas
Fonte: Foto da autora

Os resultados quantitativos dessas iniciativas pertencentes à lógica solidária de inclusão ainda são tímidos e os impactos um tanto contingentes, mas demonstram que estão sendo gestadas estratégias diferenciadas de enfrentamento da pobreza e da exclusão social, estabelecendo novas formas de sociabilidade. Tais formas alternativas de sociabilidade, por se contraporem às convencionais, não são hegemônicas e estão assentadas no paradigma da emancipação. No dizer de Boaventura de Sousa Santos (2000), são “experimentações sociais de formas de sociabilidade alternativas”.

Embora o Banco Palmas seja um projeto ancorado no microcrédito, em conformidade com os dados do quadro descritivo exposto, ele não se restringe ao aspecto estritamente econômico, mas sim articula em torno do crédito a produção e a comercialização e o consumo, incluindo também as dimensões ambientais, culturais e sociais (vide as Iniciativas voltadas para a agricultura urbana, a Incubadora Feminina e os demais projetos encampados pela juventude).

CAPÍTULO 2: Sobre a “Incubação” de Mulheres em Situação de Risco Social e Pessoal na Perspectiva da Socioeconomia Solidária

Este capítulo apresentará a forma como são desenvolvidas as ações da Incubadora Feminina, identificando, com base no quadro empírico, os possíveis “diferenciais” e “inovações” da inclusão social por meio do trabalho na perspectiva da socioeconomia solidária.

Para tanto, tomei como base a concepção teórico-metodológica do projeto, notadamente captada a partir do discurso e dos materiais de divulgação da entidade executora e, num segundo momento, as impressões das mulheres egressas – contidas nos relatos de vida, nos quais as mulheres narram suas trajetórias de vida, enfatizando o momento em que passaram pela Incubadora Feminina. Por último, a parte analítica é exposta a partir de dois eixos: a sistematização dos relatos de vida, que denominei de Vidas Entrelaçadas e Incubação e Socialização.

É importante realçar que não se trata de uma “avaliação de impacto” no sentido estrito do termo, mas de um exercício reflexivo de compreender quais foram as mudanças que a passagem pelo processo de “incubação” produziu nas vidas das mulheres egressas.

2.1. A Incubadora Feminina em Foco

2.1.1. Entre o Novo e o Velho: Escopo do Projeto

A *Incubadora Feminina* foi criada em 20 de fevereiro de 2001, na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCNP) e apresenta em sua concepção teórico-metodológica um suposto “diferencial”³⁷, evidenciado nos materiais de divulgação institucional e no discurso da coordenação:

A maior parte dos clientes que chega ao Banco [Palmas] são *mulheres* e, muitas vezes, fragilizadas por problemas com maridos, famílias desajustadas. (...) Então surgiu a idéia de montar uma *incubadora* onde por seis meses elas recebessem apoio em várias áreas [psicológica, médica, odontológica, capacitação profissional, etc.] e, recuperadas emocionalmente, conseguissem trabalhar. Após o período de incubação, o grupo vai ter acesso a crédito ou ser

³⁷ Destacando o fato de o processo de incubação mesclar os elementos objetivos e subjetivos da vida das mulheres, bem como a articulação produtiva no sentido da socioeconomia solidária.

inserido nas atividades produtivas do projeto [rede de solidariedade] (O POVO, 21.02.2001 – grifos não contidos no original).

Inicialmente, em entrevista, levantei duas questões relativas à definição do público-alvo do Projeto, com vistas a identificar o modo como as mulheres foram selecionadas para participar do mesmo. Em resposta, a atual “Assistente”³⁸ da Incubadora Feminina, que também atua como líder comunitária no Conjunto Palmeiras, retratou a questão social manifesta e o perfil das *mulheres em situação de risco* que são público prioritário do processo de incubação:

...A maior parte dos empregos é mais para os homens e além de não ter tido chance de ter acesso à educação, à profissionalização, elas [as mulheres] são excluídas, na verdade. Elas têm que cuidar dos filhos, cuidar da mãe, têm de cuidar de todo mundo. Então é tão difícil pra essas mulheres conseguirem um trabalho. E a maioria delas são chefes de família. Então, por essa razão a gente prioriza as mulheres. A maioria delas são mulheres que foram espancadas pelo marido, violentadas tanto sexualmente como verbalmente, como em todos os sentidos. Mulheres abandonadas pelo marido, pela família [...]. mulheres sem nenhuma profissão, muitas nem sequer sabem ler ou escrever. Então o risco social e pessoal é muito isso [...]. São mulheres usuárias de drogas, algumas delas [...] ou têm família em que os filhos usam drogas. (Assistente da Incubadora Feminina).

Conforme a visão citada observa-se que a dimensão de *ser mulher* ainda está diretamente atrelada àquela que “cuida”, que “ampara”, e, mesmo assumindo o papel de “chefe de família”, no sentido de prover as condições materiais de sobrevivência, a ela estão imputadas todas as atribuições da vida doméstica. A forma como sua argumentação é construída parece colocar as mulheres como “vítimas” da condição feminina, corroborando com uma visão reducionista e que até certo ponto pode ser perigosa para quem está inserida num processo pedagógico. Contudo, ao fazer a relação entre as mulheres e o risco social, ela amplia o horizonte de análise reportando-se ao conceito de *exclusão*, materializado no pouco acesso à educação, aos postos de trabalho, e às situações de violência doméstica vivenciadas no cotidiano.

Ainda de acordo com o discurso institucional, o perfil de “risco social e pessoal” atribuído às mulheres atendidas pela Incubadora Feminina evidencia as dificuldades de inclusão social deste segmento populacional se dão em função de

³⁸ Termo designado pela própria informante e pelas pessoas que atuam na Coordenação do Projeto. Ela é responsável pela execução das atividades cotidianas da Incubadora.

uma série de fatores, que vão desde a pouca disponibilidade de tempo das mulheres para buscar uma qualificação ou mesmo de pleitear uma oportunidade de trabalho. Além disto, sair de casa implica uma série de custos e recursos que na maioria das vezes elas não têm acesso, como o pagamento da tarifa de ônibus ou mesmo uma pessoa para cuidar de seus filhos enquanto estão fora de casa. E, mesmo quando uma mulher consegue alguma ocupação, em geral, a renda obtida é mínima (principalmente se comparada a dos homens, que é, conforme pesquisas da UNIFEM, em média, 30% maior). No caso da experiência estudada, agrega-se outro aspecto que é o da *violência doméstica*, que tem uma forte interferência na auto-estima. Trata-se, portanto, de um público que vive uma situação bastante específica no quadro da exclusão social.

A essa situação específica foi atribuída a noção de *risco social* ou *vulnerabilidade social*, que geralmente está associada a pessoas vulneráveis econômica e socialmente, definindo-se o grau de vulnerabilidade em razão direta da combinação das seguintes condições ou atributos: “*pessoas com escolaridade inferior ao ensino fundamental, chefes de família, especialmente mulheres e jovens, portadores de necessidades especiais*”³⁹ (PEQ/CE 2000, p. 13).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2002), o uso do termo risco social, entendido como vulnerabilidade de indivíduos ou grupos está presente em diversos estudos sociais (Moser, 1996 e 1997 e 1998; CEPAL, 2000a; Filgueiras 2001; Busso, 2001 e Vignoli 2001), sendo que as aproximações analíticas entre risco social e vulnerabilidade social datam apenas dos últimos anos, período em que se levou a cabo maior reflexão a respeito das limitações dos estudos sobre a pobreza e sobre os escassos resultados das políticas associadas a eles, sobretudo, na América Latina.

Nesses termos, vulnerabilidade social é definida como:

O resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores (UNESCO, 2002).

³⁹ Vide item relativo ao *Risco Social* contido no Guia de Orientação – Como Trabalhar com o Plano Estadual de Qualificação PEQ/CE 2000.

Tais enfoques da pobreza – apesar de servirem à identificação dos setores mais desprovidos da população, geralmente atendidos pelas políticas sociais – não deram conta das complexas raízes desse fenômeno, já que se baseavam apenas no uso de indicadores de renda ou carências que delimitam a insatisfação de necessidades básicas.

Ainda conforme a pesquisa publicada pela UNESCO (2002), os primeiros trabalhos ancorados na fundamentação do conceito de risco social foram motivados pela preocupação de abordar de forma mais integral não somente o fenômeno da pobreza, mas também as diversas modalidades de desvantagem social. Tais obras se destinaram a observar os riscos de mobilidade social descendente e as configurações vulneráveis que não se restringiam àquelas populações que se encontravam abaixo da linha de pobreza, mas a toda população em geral. Desse modo, partiam do reconhecimento do fenômeno do bem-estar social de uma maneira dinâmica, bem como das múltiplas causas e dimensões associadas a esse processo.

Um aspecto importante dessa definição decorre da sua utilidade para compreender como e por que diferentes atores sociais se mostram mais suscetíveis a processos que atentam contra sua possibilidade de ascender a maiores níveis de bem-estar. Ela permite analisar o caso de grupos sociais, aos quais são atribuídas grandes potencialidades – como é o caso das mulheres e jovens –, mas que, contraditoriamente, permanecem reclusos a um cenário de inseguranças, instabilidades e marginalidade.

Nesse sentido, o enfoque de vulnerabilidade social constitui ferramenta válida para compreender a situação das mulheres, especialmente aquelas que integram as camadas populares, e da sua relação com as políticas de inclusão social pelo trabalho, já que, apesar de atualmente serem consideradas as principais atrizes destas iniciativas, as estatísticas apresentam uma realidade bem menos otimista.

Conforme a entidade executora da IF, a fim de desenvolver ações que tenham impacto na modificação do perfil de risco social, há um esforço no sentido de trabalhar na perspectiva de “integralidade da mulher”, com base na *construção da cidadania e da identidade feminina*, aliado à elaboração de *uma estratégia de geração de renda* que possa assegurar a sustentabilidade pessoal e familiar das mulheres ao final do processo.

...a gente trabalha a integralidade da mulher, desde a questão da segurança alimentar, mas também a questão da utilização das plantas medicinais, a prevenção do câncer, a escola das crianças. Claro que a gente tem dificuldade grande de fazer isso com muito mais qualidade porque os serviços públicos são precários, mas a gente consegue a prevenção do câncer no Posto de Saúde. A gente leva elas pra lá no dia certo sem ter que ir pra fila de madrugada. A gente fala com a coordenação e ela abre um dia pra gente pesar e medir, em grupo. Uma vez por mês elas têm o acompanhamento do peso e estatura pra que possa ser feito o acompanhamento da massa corpórea delas e quem faz isso é a economista doméstica. (Assistente da Incubadora Feminina).

A noção de integralidade está contida nas publicações que falam sobre as fases da incubação, que abarcam vários temas e abordagens, a saber:

- **Saúde:** São realizadas consultas e exames nos postos de saúde da comunidade. As mulheres são acompanhadas semanalmente pela economista doméstica do Núcleo de Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família da UFC (NEGIF). Nesse momento, são mapeadas as informações com relação a ganho ou perda de peso, pressão arterial, entre outros. Quando necessário, são definidas dietas diferenciadas para aquelas que precisam de reforço alimentar ou diminuição nos níveis de gordura e/ou açúcar. Em alguns casos, ocorre adoção de medicamentos (sobretudo, junto àquelas que apresentam quadro de dependência química, problemas nervosos, convulsões etc). Destaca-se também o trabalho de cuidado com o corpo e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS).
- **Segurança Alimentar:** Objetiva realizar atividades no Laboratório de Agricultura Urbana, a fim de garantir o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade suficientes. Para tanto, as mulheres participam de capacitações para que possam construir e cuidar de canteiros, hortos medicinais e galinheiros nos quintais de suas casas. O trabalho de cuidado com o Laboratório é feito por meio de rodízio entre as mulheres, nos períodos da manhã e final da tarde. Além disso, é relevante lembrar que durante o período de incubação, as mulheres participantes fazem três refeições diárias – desjejum, almoço e lanche – na Incubadora, conforme cardápio concebido pela economista doméstica que acompanha o processo – integrante do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Família (NEGIF/UFC);

- **Psicologia e Terapia Ocupacional:** A abordagem é feita por meio de Oficinas e técnicas de relaxamento que, no geral, têm como objetivo o resgate da auto-estima e a construção do perfil individual e grupal das mulheres. Essa fase é de incumbência da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI).
- **Capacitação Profissional:** Uma vez identificados os perfis das mulheres, são também mapeadas suas habilidades, a fim de potencializá-las. Após a identificação, as Oficinas são realizadas, tendo como prioridade o fortalecimento daquelas atividades que já vêm sendo desenvolvidas pelos Grupos Produtivos (Palmart, Palmafashion, PalmaNatus etc.).⁴⁰ Nesta fase, são estabelecidas parcerias com instituições que possam facilitar o processo formativo ou injetar recursos para tal. Entre elas: a Comunidade Ecumênica de Serviços (CESE/Bahia); o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); entre outras entidades da Cooperação Internacional, como OXFAM e DED.
- **Organização dos Grupos Produtivos:** Ocorre paralelamente à fase da capacitação profissional. Conforme as demandas identificadas, os grupos são formados e/ou fortalecidos. Nesse sentido, também são firmadas parcerias com entidades que atuam na lógica da socioeconomia solidária. Entre elas, a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS) e a Incubadora de Cooperativas Populares da UFC. É importante considerar que o *microcrédito* é uma ferramenta fundamental nesta fase. Em geral, ele é destinado à aquisição de matéria-prima para o primeiro ciclo produtivo, e varia de R\$20,00 (vinte reais) a R\$100,00 (cem reais). No entanto, para que se possa ter acesso às linhas de crédito produtivo ou para consumo é necessário também ser associado à ASMOCONP.

⁴⁰ Neste item, a argumentação da entidade executora é de que as atividades produtivas citadas são priorizadas em virtude de já se dispor de máquinas, equipamentos e também dos saberes já acumulados.



Figura Nº18 – Momento de construção de painéis
Fonte: Foto da autora



Figura Nº19 – Momento de apresentação de painéis
Fonte: Foto da autora



Figura Nº20 – Capacitação Profissional em corte e costura
Fonte: página ASMOCONP na internet



Figura Nº21 – Dinâmica construindo redes de solidariedade
Fonte: Foto da autora



Figura 22 – Dinâmica cooperação e solidariedade
Fonte: Foto da autora



Figura 23 – Dinâmica Dança das cadeiras
Fonte: Foto da autora



Figura 24 – Comemoração das aniversariantes do mês – Turma II da Incubadora Feminina
Fonte: Foto da autora



Figura 25 – Encerramento do Curso de Economia Solidária e Desenvolvimento Local
Fonte: Foto da autora

2.1.2. As Fases da Incubação

Conforme os registros da entidade executora, a inserção nas atividades produtivas e sua relação com as demais esferas da vida social é condição indispensável para a inclusão social por intermédio do trabalho no âmbito da Incubadora Feminina. E isso parece ensaiar um rompimento, pelo menos em termos de concepção, com o corriqueiro reducionismo economicista do conceito de *inserção social*. Isto posto, é necessário entender as intenções e a forma como se dá o processo de *incubação*.

O processo está dividido em três estágios:

- **Estágio I:** nos três primeiros meses de incubação as mulheres recebem, de forma intensiva, alimentação balanceada, acompanhamento nutricional e controle do peso, oficinas sobre cidadania, gênero, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, importância da alimentação equilibrada e hábitos alimentares saudáveis, higiene pessoal, do ambiente e dos alimentos, além de noções de socioeconomia solidária e gestão empreendedora, capacitação profissional, atendimento médico, assistência psicológica para recuperarem a auto-estima e recompor suas vidas. Neste estágio, os filhos das mulheres incubadas são encaminhados para as escolas e/ou creches do bairro.
- **Estágio II:** Neste momento são priorizadas as seguintes atividades: atividade produtiva no Ateliê da Incubadora com direito a 50% das vendas realizadas, atividade no Laboratório de Agricultura Urbana, onde aprendem a desenvolver seus componentes que futuramente serão aplicados nos quintais de suas residências. Elaboração de uma estratégia econômica que garanta a sustentabilidade econômica fora da Incubadora.
- **Estágio III:** Concluído o período de seis meses, termina o processo de incubação. Cada mulher poderá acessar o Banco Palmas para pôr em prática o seu plano de negócios, engajando-se em alguns projetos produtivos do Banco, procurar o Balcão de Empregos e Serviços Solidários que também representa uma alternativa para esse público e implantar o projeto de agricultura urbana em suas casas. Todas as mulheres receberão acompanhamento técnico, por mais seis meses (Cartilha Incubadora Feminina – Vol II da Série Banco Palmas, uma prática de socioeconomia solidária, 2001).

De acordo com informações da coordenação do Projeto, já anteriormente citadas, os grupos produtivos ou empreendimentos econômicos solidários (EES) são formados de acordo com a aptidão das mulheres (identificadas durante as Oficinas Técnico-Pedagógicas), com o destaque que durante os seis meses de incubação elas têm acesso ao atendimento de suas necessidades básicas de *saúde* e

alimentação, até mesmo porque a *segurança alimentar* é também um de seus focos. Ao final do processo, o Banco Palmas disponibiliza apoio técnico e financeiro, bem como o acesso à rede de parceiros, que é fundamental, seja para formação e/ou fortalecimento de empreendimentos individuais ou coletivos. Para a Assistente da IF, os empreendimentos que existem dentro da Associação representam, na prática, a possibilidade de inclusão.

A gente mostra os exemplos pra elas... porque aqui nós temos grupos de jovens e de mulheres que também estavam na mesma situação delas, mas que acreditaram e que está dando certo. Por isso que é importante o galpão de produção estar ali do lado. A Palmalimpe estar ali do lado; a Palmart também. Então dessa maneira a gente consegue fazer com que elas entendam que elas também são capazes. (Assistente da Incubadora Feminina).

Na última fase da incubação as mulheres são orientadas a dar prioridade à produção de roupas para a grife popular – a *PalmaFashion* - como estratégia para aumentar a comercialização dos produtos, podendo também optar por se integrar aos demais grupos, a saber: *PalmArt* – que produz peças artesanais diversas, especialmente em “*fuxico*” e crochê; *Palmas Limpeza de Ambientes*, grupo recém constituído que presta serviços de limpeza (faxina, lavagem de roupas etc.); o *Palmoricó*⁴¹ – grupo ligado a atividades agropecuárias, no caso, a criação de aves; ou ainda, a *Palma Natus*, que manipula ervas medicinais e produz xaropes, sabonetes, xampus, entre outros produtos.

Segundo as orientações da equipe de coordenação da Incubadora Feminina, os produtos feitos pelas mulheres são comercializados com o apoio da ASMOCONP/Banco Palmas nas *Feiras Solidárias* que ocorrem quinzenalmente, aos sábados, na sede da Associação de Moradores, na *Loja Solidária – Central Palmas de Comercialização*, que funciona permanentemente no mesmo local e nos diversos eventos que ocorrem fora da comunidade.

Os recursos arrecadados com as vendas são divididos de forma *igualitária*: a metade vai para a mulher que produziu e o restante é destinado à manutenção da Incubadora, com a perspectiva de que, em longo prazo, o Projeto

⁴¹ Este grupo setorial integra as ações desenvolvidas através do *Laboratório de Agricultura Urbana*, que se localiza na sede da ASMOCONP. Lá as pessoas aprendem o manejo com a agricultura orgânica na produção de hortaliças, frutas, plantas medicinais etc, bem como a criação de aves. Ao final da capacitação, recebem um microcrédito do Banco Palmas para que possam desenvolver nos quintais de suas residências o que aprenderam.

possa adquirir auto-sustentação. Todavia, no que se refere à inserção produtiva, observei que a sustentabilidade econômica dos empreendimentos é frágil e que os impactos em termos de geração de renda são mínimos.

A maioria das mulheres que passa pela Incubadora é sensibilizada para a formação de grupos, uma vez que a sobrevivência dos empreendimentos, bem como a troca de experiências, fortalece as iniciativas. A solidariedade, nesse aspecto, se constitui numa premissa básica para a sobrevivência dos *empreendimentos econômicos solidários*.

A gente trabalha a questão do cooperativismo, da solidariedade... da economia solidária... que sozinha, tá o que está acontecendo com o individualismo: a exclusão! E a gente resgata muito aqui essa noção de solidariedade; que é possível trabalhar em equipe e que é mais viável e que duas juntas não quebra tão fácil, se for dez, se for vinte, a gente consegue fazer com que os problemas não sejam tão grandes. (Assistente da Incubadora Feminina).

Ainda de acordo com a fala da assistente da IF, foi iniciado o processo de acompanhamento pós-incubação, realizado através de visitas às residências das mulheres egressas.

A gente fez um levantamento de como era que estava a situação delas. A gente tentou identificar através de informações, através de visitas, como estavam realmente; porque isso é importante pra gente também. Até mesmo pra os projetos futuros que serão financiados a gente precisa ter essa noção. E aí a gente identificou um grande número de pessoas que já estão ocupadas, trabalhando. Ou de forma formal ou de forma informal. Essa foi a primeira vez que a gente tentou fazer esse resgate de como é que elas estão e o que estão fazendo. Então, muitas estão cuidando dos filhos, algumas estão trabalhando de costureira, e muitas estão na área de limpeza em ambientes. Tem também umas que estão trabalhando na área de artesanato e alimentação. Elas produzem e vendem na Feira, que acontece de quinze em quinze dias. (...) Tem algumas delas que estão aqui na Palmafashion; umas quatro ou cinco na Palmart... e sete na Palmas Limpeza de Ambientes (Assistente da Incubadora Feminina).

Foi destacado também que a realização desse trabalho só é possível pela ampla rede de parceiros e financiadores que foi estabelecida ao longo dos cinco anos de existência do Projeto.⁴² As principais parcerias são com o poder público, universidades e a sociedade civil: a) Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da

⁴² Até o momento, o número de mulheres atendidas pelo projeto foi de, aproximadamente, 70 (setenta), em seis turmas executadas.

Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI)⁴³; b) Núcleo de Pesquisa sobre Gênero, Idade e Família da UFC (NEGIF); c) Comunidade Ecumênica de Serviços (CESE/Bahia); d) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e) Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS), entre outras entidades da Cooperação Internacional, como OXFAM e DED.

A visão de futuro da entidade é expandir a Incubadora, ampliando o número de vagas ofertadas, possibilitando que um número maior de mulheres possa passar pela incubação.

A gente poderia trabalhar com uma turma pela manhã e outra de tarde... Já pensou como seria interessante a gente trabalhar assim... porque mulher é o que não falta, não é verdade? E em situação de risco pessoal e social também, em comunidades como a nossa. (...) Então a gente espera expandir esse curso e que a gente possa atender mais mulheres... Se em cada local, além dos projetos do Governo, fizesse uma estratégia como essa, de pegar mulheres em situação de “risco total” e incluir elas, seria uma melhoria para a sociedade em todos os aspectos, porque aí você está melhorando a família, e se melhorar a família, melhora praticamente tudo. (Assistente da Incubadora Feminina).

⁴³ Segundo informações do Coordenador do Banco Palmas, Joaquim de Melo Segundo, em entrevista realizada dia 19 de março de 2005, atualmente, este financiamento é de R\$1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) mensais, que são destinados à alimentação das mulheres.

2.2. Porque falei de Flores – Relatos de Vida das Mulheres Egressas da Incubadora Feminina

Gracias a la Vida

*Graças à Vida
Que me deu tanto
Deu-me o riso
E deu-me o pranto.
Assim eu diferencio
Felicidade de tristeza
Os dois elementos que
Compõem meu canto.
E o canto de vocês
Que é o mesmo canto
E o canto de todos
Que é meu próprio canto.*

*Poesia de **Violeta Parra**
(traduzida do espanhol).*

Serão apresentados, a seguir, os relatos de vida de sete mulheres egressas da Incubadora Feminina. Durante as entrevistas pedi que elas se identificassem como flores, a fim de resguardar suas identidades e também para retratar o simbolismo existente no processo de transformação pelo qual passaram durante a incubação. São elas: Bonina, Girassol, Hortência, Jasmim, Margarida, Rosa D'Ália e Tulipa.

A idéia inicial contida no *caput* que anuncia este item foi parafrasear a canção de Geraldo Vandré – *Pra não dizer que não falei das flores* – cujo refrão, tão entoado na época dos Festivais dizia: “caminhando e cantando e seguindo a canção. Somos todos iguais, braços dados, ou não...”. Pensei nisso porque há elementos comuns em todos os discursos: um passado de muitas dificuldades, mas uma grande esperança no futuro. Já o texto da epígrafe, também fruto de uma música, resume bem o conjunto da ópera, pois eu mesma me vi como mulher-flor, vitória-régia, envolvida e tocada pelas histórias de vida das *flores*.

As falas são baseadas nas memórias das mulheres entrevistadas, enfocando os principais acontecimentos vividos desde a infância, passando pela juventude e maturidade, dando ênfase ao momento em que passaram pela Incubadora Feminina e como estão vivendo atualmente.

É importante registrar que, na maioria dos casos, o roteiro de entrevistas foi utilizado apenas ocasionalmente, quando os relatos se distanciavam dos objetivos da pesquisa. Em geral, todas as *flores* se mostraram dispostas a contar suas vidas livremente, com riqueza de detalhes, de forma que a minha intervenção foi mínima.

Creio que o fato de tê-las conhecido anteriormente – quando facilitei o curso de economia solidária e desenvolvimento local, em 2001 – permitiu com que a aproximação e o registro das entrevistas, mesmo com o uso do gravador, se desse de forma bastante tranqüila, mesmo nos momentos em que suas memórias fizeram com que as emoções fossem afloradas.

É relevante salientar que pelo fato da pesquisa possuir um enfoque essencialmente qualitativo, busquei identificar perfis diferenciados em termos de idade, participação nos grupos produtivos organizados na perspectiva da socioeconomia solidária, situação ocupacional atual, relação estabelecida com a ASMOCNP e Banco Palmas antes e depois da incubação, exposição à violência doméstica e atuação junto aos movimentos sociais na comunidade.



*Fig. 26 - Bonina
Atelier Digital*

2.2.1. Relato de Vida – Bonina

Bonina nasceu na Fazenda Progresso, situada nas proximidades do município de Crateús, região conhecida como sertão dos Inhamuns, no estado do Ceará, em 06 de junho de 1951. Ali viveu sua infância, como a maioria das meninas da zona rural, desde as primeiras lembranças, marcada pelas rotinas de trabalho. Hoje, aos 54 anos de idade, encontra-se às idas e vindas para a cidade onde nasceu, a fim de tentar enquadrar-se numa aposentadoria como trabalhadora rural.

Eu não tive infância, porque eu bem pequenininha já ia trabalhar apanhando oiticica pra vender aquelas latas de oiticica. Quer dizer: eu não tinha tempo de brincar, nunca tive uma boneca. Com seis anos de idade eu já tava debaixo dos pés de oiticica pra poder comprar as coisas pra mim e pros meus irmãos. Quando não, era apanhando feijão na roça, quando era no tempo da colheita, ou plantando...

Conta que viveu boa parte da vida naquele lugar. Foi lá que estudou, casou-se e criou os filhos. Relata a dificuldade para ter acesso à escola e que não pôde dar continuidade aos estudos porque depois do casamento o marido não permitiu que ela estudasse. Mesmo assim, ainda conseguiu cursar até a 4ª série do ensino fundamental: “Eu nasci e me criei lá [em Crateús]... estudava lá vizinho e a dificuldade era grande, porque tinha que ir de cavalo e andava não sei quantas léguas todo dia, da mei dia pra tarde [ao meio dia]. Ainda fiz até a 4ª [série], mas aí casei e não estudei mais.”

Ela foi criada pela avó materna, pois, foi “enjeitada” pelos pais. Com o passar do tempo, foi descobrindo as razões que levaram os seus genitores a essa atitude, razões estas que estavam ligadas aos costumes da família. Até os 15 anos de idade ela tinha certeza de que a mãe havia morrido, quando, na verdade, ela estava bem próxima.

Quando eu nasci, eu nasci mulher e minha mãe tinha oito filho homem e porque eu era mulher ela não quis eu e me deu pra minha Vó [...] Hoje ela me adora, é louca por mim, mas quando eu vim saber que ela era minha mãe eu já tinha 15 anos. Eu pensava que ela era minha irmã, porque minha Vó não dizia nada pra mim porque achava que eu não devia saber. [...] Quando eu fui ter menino - eu tive a minha primeira menina prematura e quase morro... aí foram me levar pra UTI, mas minha consciência estava escutando tudo e eu ouvi quando elas disseram lá no hospital:

- A tua filha vai morrer e não vai saber que tu é mãe dela. Aí ela [a mãe biológica] disse: - Mas a senhora nunca deixou eu contar...
Aí quando eu fiquei boa, um dia ela [a mãe biológica] tava penteando os meus cabelos aí eu disse que tinha ouvido o que ela tinha dito pra Mãezinha [a avó] lá no corredor do hospital. Aí ela começou a chorar e meu pai também. E foram me explicar porque tinham feito aquilo.

Ainda no começo da adolescência, Bonina casou-se com um homem escolhido pelo pai, mediante negociações de cunho econômico, como era muito comum, na época. Tornou-se mãe aos quinze anos de idade, quando passou a vivenciar, “silenciosamente”, estupros conjugais constantes, além de outras formas de agressão e violência doméstica.

Eu praticamente não namorei, porque naquele tempo os namoro era só com os oi [olhos]. Ninguém chegava perto de ninguém. Namorar mesmo eu só namorei com esse... quer dizer, nem com ele, porque foi um casamento arranjado pelo meu pai... às vezes eu fico pensando como é que será a gente casar amando? Deve ser muito bom, mas eu não posso dizer isso. [...] eles fizeram um negócio e depois fizeram uma festona e eu assinei um papel... e passei um mês virgem. Fiquei um mês correndo com medo dele: porque eu não namorava com ele, eu não gostava dele como homem... foi uma luta, até que... ele conseguiu... Foi como um animal... um animal... eu fui operada de perine com 22 anos, eu já fiquei com uma rotura. Eu tive esses filhos e botava o útero pra fora. E no lugar d’eu gostar dele eu fui ficando foi com nojo. Porque um homem tem que ter um carinho com a mulher, não é como um animal...

De sua experiência conjugal, ressalta, sobretudo, a vida sexual conflituosa e violenta. O marido a agredia violentamente sempre que iam manter relações sexuais: “Ele me batia por tudo – eu grávida, de resguardo... se eu não fizesse o coisa lá [sexo]... aí pronto! Era peia.. e eu não tinha coragem de dizer a ninguém, porque eu tinha vergonha e tinha medo que minha família matasse ele e eu ia ficar com remorso.”

O casamento arranjado não perdurou para a vida toda. Bonina separou-se e alguns anos depois conheceu o amor verdadeiro. Porém, a condução de sua existência, mais uma vez, foi dada em função de pressões exteriores à sua própria vontade. Desta vez, foram os filhos que a deixaram sem escolha.

Eu criei tudinho [os filhos] graças a Deus! Estou separada já faz 26 anos e hoje nós somos amigos. Eu fui mãe com 15 anos e o meu mais novo nasceu em 1992 [hoje tem 13 anos de idade]. Eu tive ele com o grande amor da minha vida. Foi o seguinte: ele era meu primo

e a gente já tinha sido namorado quando era criança. Foi o grande amor da minha vida e é, só que eu não quero! Porque meus filhos não aceitariam me dividir com ninguém aí mandaram eu escolher e eu escolhi eles... sempre sofrendo... Mas eu tô realizada porque eu ganhei um presente maravilhoso que é meu filho, que é minha companhia, porque os netos tão tudo mais as mãe e ele não; é o meu. Eu tô realizada.

A vida no campo também lhe proporcionou a vivência de um primeiro ingresso na esfera pública, tendo participado de uma experiência com organização comunitária no interior de Crateús. Em suas reminiscências, parece querer fazer uma comparação, que não chega a explicitar, entre o lugar e os tempos de então e as circunstâncias que experimentou depois.

Eu fui líder comunitária numa comunidade em Crateús. Agora hoje tá tudo diferente: hoje é com os índios que o povo trabalha lá. A comunidade que eu trabalhava não existe mais nada. Até uma farmacinha caseira comunitária que a gente tinha... os sócios... eu organizei os sócios pra eles doarem uma minchariazinha e tinha um banco que nós depositava. Aí, por exemplo: se adoecesse um, a gente pagava um carro de Crateús pra Fortaleza com esse dinheiro, sabe? Só que prestava conta no dia da reunião: a receita foi de tanto e nós tiramos tanto. Era tudo assim. Tinha muita confiança.

Migrou para Fortaleza em 1986, vindo morar na casa de um tio, no bairro Vila União, próximo ao Terminal Rodoviário Eng^o João Tomé, e lá ficou com os cinco filhos, até conseguir um trabalho.

Eu tava separada e tava procurando dar uma vida melhor pros meus filhos – aquilo que eu não tive... Eu tinha 5 filhos, só não tinha o mais novo. [...] Eu fui trabalhar na Rodoviária, limpando o chão. Depois a mulher me deu um emprego de caixa – nas folga da outra [funcionária] que era empregada de carteira assinada. Aí eu tirava as folga dela dia de sábado e domingo... Eu nunca tive carteira assinada, eu só tirava as folga da outra. Com esse dinheiro que eu ganhava eu pagava aluguel de casa e conseguia comer mais os meus filhos.

No ano seguinte, mudou-se para o Conjunto Palmeiras, onde vive até hoje. Ali Bonina teve o seu sexto filho, com o primo, amor de sua vida. Ali também conheceu o estado de depressão e entrou para a Incubadora Feminina, numa fase em que, segundo ela, estava “no fundo do poço”. Diz que “saiu curada”, indo agora buscar em Crateús a aposentadoria devida à sua vida de mulher do campo, corrida

de suas origens, em busca de dar aos filhos aquilo que não tivera – uma vida melhor.

Ela se ressentia em ter que ir embora do Conjunto Palmeiras, diz que apesar de ser um bairro “pobre”, gosta de morar lá, sobretudo, porque construiu relações de amizade com “as amigas do grupo de oração, da Igreja [católica]” e com “as meninas da Incubadora”. Ela fala das várias transformações pelas quais o bairro tem passado, bem como as dificuldades e algumas ações que teve a oportunidade de participar.

Quando eu cheguei aqui não tinha Sanear [sistema de esgotamento sanitário], não era calçado [não tinha pavimentação]... era só a ruma de buraco...e nós atolado na lama. Nós morava numa casa alugada – o meu filho só veio comprar essa casa tá com 5 anos. [...] Quando eu vim morar aqui eu fui agente de saúde – nas primeiras campanhas que tiveram contra a dengue. Mas aí depois eu não trabalhei mais. [...] Aí hoje quem sustenta mesmo a casa é a minha filha [que está desempregada e recebendo o seguro desemprego]. [...] Hoje tá bem melhor, porque tem ônibus, asfalto... Participei de umas escolinhas que tinha de uma Associação que tinha e que até fechou. Eu era ajudante de professor... participei de várias coisas, mas nunca muito seguro, nunca muito tempo.

Mesmo tendo participado de algumas iniciativas comunitárias no bairro, ela afirma que não manteve contato com a Associação de Moradores (ASMOCONP) antes de ingressar na Incubadora Feminina e que somente ouvia falar na televisão, sobre os Projetos que estavam acontecendo. Ela ficou sabendo que estavam selecionando mulheres para participar da IF através de uma amiga que morava próximo da sua casa.

Quem me disse foi a Tulipa. Aí ela falou que iam dar meia bolsa [na verdade, tratava-se da integração das mulheres ao Projeto Família Cidadã, implementado pela FUNCI]... Aí eu disse: ah, pois então vamos... vão dar dinheiro?.. Do jeito que eu tô precisando.... aí fizemos uma entrevista e fomos chamadas.

De início, ela não compreendeu claramente a proposta da Incubadora, mas, quando foi feita analogia com a incubadora de bebês recém-nascidos, percebeu o sentido do projeto.

Nós fomos chamada pra uma entrevista e eles explicaram a Incubadora. “Ainda hoje eu não sei se entendi muito bem esse

negócio de incubar... Incubar o quê? Nós?... por causa do risco?. O que eu entendi é que era isso, porque eu já tinha ouvido falar de incubadora de crianças que nasce doentinha e vão pra lá pra ganhar peso. Muita gente ali não tinha o que comer e única alimentação era aquela da Incubadora... eu acho que é isso, né? Era pra mulher que apanhava do marido, como tinha várias... Muitas ali não tinha nem o que botar no fogo pra comer.

O estado de vulnerabilidade emocional que Bonina estava vivenciando quando do ingresso na Incubadora foi um dos principais fatores que garantiu o seu ingresso no referido Projeto. Outra característica que compôs o perfil de risco social foi o fato de estar assumindo o papel de “mulher chefe de família”.

Quando eu cheguei ali eu era uma mulher muito doente. Eu tava doidinha, doidinha, doidinha... com depressão. Eu tava pra me matar... eu vivia chorando...eu não queria conversar com ninguém. E eu saí dali curada! [...] Eu sou chefe de família desde pequena, porque eu criei meus irmãos, vim morar mais perto de colégio e eles moravam tudinho mais eu. [os oito filhos da mãe biológica]. Quando vim pra cá [Fortaleza] criei os filhos sozinha.

O curso de confecção de peças íntimas, do qual participou durante o período em que estava na IF foi um dos pontos avaliados como positivo. Foi por meio deste saber adquirido que hoje ela consegue compor o orçamento familiar. Como ponto negativo, ela menciona a falta de apoio financeiro por parte da entidade executora.

A incubadora teve os pontos positivos e negativos. Conhecer você, a C. [Professora do NEGIF/UFC], a S. [economista doméstica e, na época, atuava na execução da Incubadora] ... foi uma maravilha. Quando a gente se vê se beija e se abraça... e conhecer as meninas do nosso grupo... saber que não é só nós que tem problema... que umas tem problema maior do que o nosso... Teve também os cursos que a gente fez: de corte e costura, de arranjos com meia [arranjos florais feitos com meias de seda], aprendemos a fazer calcinha [Confecção de Peças Íntimas]... teve também aquele outro curso com você, pela ADS... de economia solidária. Só não foi bom na parte do apoio financeiro, mas no grupo era bom demais. Ali nós era igual: não tinha negócio de diferença de idade, nem de nada. A gente tirava brincadeira umas com as outras, pulava, dançava, dizia imoralidade, achava graça [ria]... e nós era igual...às vez a gente saía com um problemão aí quando chegava lá se acabava...

Positivo foi o que a gente aprendeu...o que a gente conheceu. Nós tivemos uma nova vida... é... uma transformação... porque até mesmo de saúde eu tive uma grande transformação. E o negativo é

aquilo que eu lhe falei... mas também não tem nada bom sem falta [...] o pessoal que deram os cursos pra nós... esses ajudaram a gente demais, deram carinho, apoio, muito, muito. Mas foi eles que levaram o pessoal pra lá, né? [...] Às vezes a gente vai triste num lugar aí encontra uma daquelas mulheres que foi do nosso grupo... aí começa a conversar e aí você diz: aonde eu encontrei isso aí foi lá no grupo. E aprendemos muita coisa mesmo.

A experiência vivida na coordenação dos grupos produtivos também foi citada como elemento positivo. Ela lamenta que as duas iniciativas, que tiveram um início promissor, tenham sido mal sucedidas e imputa à “falta de compromisso do grupo” pelo fracasso.

Antes de participar da Incubadora eu já tinha vivido uma experiência com organização de grupos, no interior. [...] acho que foi por isso que elas me elegeram pra ficar na coordenação do grupo. Tiramos um pequeno crédito no Banco Palmas pra comprar a matéria-prima pra produzir rosas artesanais com meias [de seda], mas tivemos uma dificuldade enorme pra vender e tirar pelo menos o dinheiro do empréstimo. Foi quando pensamos em formar um grupo que produzisse alguma coisa que tivesse uma melhor saída. Aí decidimos vender comida na Feira. A Feira era todos os sábados, e até que estava vendendo bem, mas nem todas queriam se responsabilizar em ajudar a fazer as coisas, ou ficar na barraca vendendo, mas na hora de repartir o lucro todo mundo queria. [As demais integrantes do grupo diziam]: Ah, eu não posso vir porque meu marido tá em casa; eu não tenho com quem deixar meus meninos; todo mundo tinha uma desculpa e isso fez com que o grupo se enfraquecesse.

Ao lembrar o apoio recebido do Banco Palmas, através da concessão de um microcrédito que possibilitou o início das atividades do grupo, refletiu e redirecionou suas críticas acerca do insucesso da experiência, lembrando, inclusive, que não foi possível honrar plenamente o compromisso assumido.

Eu fiz o empréstimo no meu nome sem ser associada. Na época, a M.[analista de crédito do Banco Palmas e dirigente da ASMOCOP] disse que não dava certo, mas aí não sei quem telefonou pra lá e disse que era pra liberar o dinheiro pra nós. Eu não sei se foi o J [coordenador do Banco Palmas]... Pegamos um empréstimo de R\$60,00 [sessenta reais] no Banco Palmas e fomos fazer as flores de meia que a Margarida tinha aprendido e ensinou pra nós. [...] Depois fomos fazer comida pra vender na Feira, todo sábado. [...] Foi muito importante esse apoio que eles deram a nós... e ainda ficou uma prestação de vinte reais que nós não pagamos.

Após resgatar este fato, ela atenuou as críticas ao trabalho desenvolvido pelos executores da IF, esboçando, inclusive, uma autocrítica, quando ela se incluiu como co-responsável pelo mau andamento das atividades do grupo produtivo:

A experiência foi uma fraqueza de nós mesmas porque uma desvaneceu e outra desvaneceu e nós não procuramos botar outras no lugar, que tivesse coragem de enfrentar. Com certeza nós não tava preparada pra enfrentar. A gente não só pode falar dos outros, a gente tem que falar da gente também, o negativo da gente. Porque até na hora de pagar o negócio lá [o microcrédito no Banco Palmas]... eu peguei no meu nome, mas todo mundo sabia que era pro grupo. [...] No caso do nosso grupo faltou confiança em nós mesma! Perseverança. Não tava dando pra nós tirar uma renda por enquanto. O dinheiro só dava pra comprar o material pra trabalhar. Aí tava sobrando pouca coisa. Aí as meninas esmoreceram tudo. Nós não tava segura... isso aí não tem nada a ver com a Associação.

À semelhança do que ocorre em vários outros grupos produtivos ligados à economia solidária, o acesso ao crédito⁴⁴ se constitui num dos principais entraves ao seu desenvolvimento. E, quando não se está preparado para tomar o crédito, muitas vezes a possibilidade de gerar trabalho e renda, gera endividamento e uma série de conflitos, como os que foram anteriormente narrados. Foi o que se passou com Bonina, que, não mais freqüenta a Associação de Moradores depois que saiu da Incubadora.

Eu nunca mais fui convidada [para participar de atividades de caráter permanente, como cursos/oficinas etc. promovidas pela ASMOCONP]. A não ser quando vem os repórter, que elas sabe que eu falo muito bem dos projetos e que eu não vou dizer uma coisa negativa... até porque eu tive muita coisa positiva lá.

Nesse trecho de sua fala, ela demonstra a relação conflituosa instaurada; contudo, menciona também o sentimento de “gratidão” à entidade executora da IF. E, mesmo diante dos problemas ocorridos na tentativa de organização dos grupos produtivos, ela acredita que através do seu trabalho poderá realizar muitos sonhos, como o de montar uma pequena confecção de calcinhas (habilidade esta que foi desenvolvida na Incubadora).

⁴⁴ O termo mais utilizado para designar esse tipo de crédito, voltado para populações ditas excluídas, é “finanças solidárias”, haja vista que existem muitas especificidades tanto no que tange ao acesso como na gestão dos recursos, até que eles possam ser reembolsados para a instituição que concedeu.

Atualmente, sua inserção produtiva se dá através da produção e da venda de calcinhas infantis, o que garante uma renda de aproximadamente um salário mínimo, incluindo os rendimentos de uma filha que estava, à época, recebendo seguro-desemprego e um benefício do Governo Federal chamado de Bolsa Escola, no valor de R\$15,00 (quinze reais) mensais.

Para Bonina, o significado do trabalho está diretamente atrelado ao meio para se conseguir renda e, com isso, ter acesso a bens de consumo, possibilitando a melhoria na qualidade de vida: *“todo mundo sonha em melhorar de vida... ter uma casa pra morar sem pagar aluguel, comer bem, vestir... É por isso que o trabalho é muito importante, porque sem ele a gente sofre muito”*.



*Fig. 27 - Girassol
Atelier Digital*

2.2.2. Relato de Vida – Girassol

Nascida em 1976, no município de Pedra Branca, interior do estado do Ceará, *Girassol* veio morar em Fortaleza aos seis anos de idade, juntamente com os pais e dois irmãos. Logo que chegaram à capital ficaram hospedados na casa de uma tia, no Conjunto Palmeiras e lá ficaram até que o pai conseguisse um trabalho que pudesse garantir o sustento da família.

Na época, início dos anos 1980, a prefeitura estava assentando as famílias no local, ainda de forma precária, e, por intermédio de sua tia, conseguiram um terreno para construir a casa que moram. Ela lembra que a mãe foi várias vezes à prefeitura e que, com muito esforço, viabilizaram o espaço, onde o pai ergueu um “*barraquinho de taipa*”:

Quando nós chegamos no [Conjunto] Palmeiras era tudo alagado. Meu pai construiu um barraquinho de taipa, de barro, pra gente. Ele fez só um quartinho lá, um vão, e colocou toda a família lá. E foi difícil pra gente lá, porque era inverno, a gente dormia na chuva, porque era de taipa e a chuva era forte e ele ficava tentando cobrir a gente com uns plásticos pra gente não se molhar.

Ela conta que o bairro não dispunha de infra-estrutura, havia poucas casas, não tinha saneamento básico, nem iluminação pública:

Parecia mais uma favela do que um bairro, mas aí a população foi aumentando, o bairro foi crescendo, fizeram as avenidas, aquela avenida grande – a Val Paraíso. A nossa casa não tinha água encanada, nem iluminação e andava uns quatro quarteirões com um balde na cabeça pra trazer água de outras casas que tinha poço. [...] Não era essa organização que você vê hoje.

O pai trabalhava como servente de pedreiro e ela, os irmãos e a mãe criaram outras estratégias para complementar a renda familiar. Uma delas era a confecção de sacolas de papelão feitas à base de sacos de cimento vazios. A produção era vendida para um mercantil situado nas proximidades. Outra atividade era a produção de hortaliças, no quintal de casa, o que hoje é denominado de agricultura urbana.

Meu pai trazia os sacos de cimento das construções onde ele trabalhava e a gente transformava em sacos para embalar

mercadorias. Tinha um mercantil lá que recebia esses sacos que a gente fazia. E essa era uma forma que a gente encontrou de ajudar na renda. Outra coisa que a gente fazia era vender verdura... a gente fez um canteiro no fundo do quintal e desse canteiro a gente fez uma horta e saía vendendo tomate, pimentão, cebolinha, coentro...

Conheceu o marido na adolescência e logo casou-se, aos dezenove anos. Hoje está com dez anos de casada e é uma das poucas que afirma ter uma convivência harmoniosa. Ela fala ainda, da satisfação em ser mãe.

Eu não namorei muito, só tive três namorados. Sempre fui tímida. Nunca gostei desse negócio de ficar. Sempre gostei de manter o respeito, porque meu pai sempre ensinou isso pra gente. [...] Com o meu marido eu namorei um ano... três anos após nós começamos a morar junto e, seis anos depois, nasceu nosso primeiro filho, o F. E, graças a Deus nós somos muito felizes. [...] Ser mãe é um passo muito satisfatório e é o sonho de quase toda mulher.

Com relação à vida escolar, ela concluiu o ensino médio em 2003 e tentou passar no vestibular, mas, como não o resultado não foi positivo, optou por ir em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho. E conseguiu: desde 2004 ela está trabalhando num Hospital, onde ganha um salário mínimo, como auxiliar de serviços gerais. Quando sai do trabalho, três dias na semana, frequenta um curso de enfermagem e sonha em fazer novamente o vestibular para se graduar na área.

Desde que eu comecei a trabalhar no hospital – eu tô lá desde 2004, graças a Deus! – que eu fui vendo umas amigas minhas que também fizeram o curso de enfermagem e que foram trabalhar lá. [...] Eu me identifico, porque lá atende mais é criança e eu gosto muito de cuidar de criança.

O tom de resignação e de aceitação às adversidades da vida é adotado durante toda a entrevista, sempre utilizando a expressão “graças a Deus”. Essa forma de falar é traço que está associado à sua atuação no movimento da igreja católica, do qual participa desde a adolescência.

Eu sou uma pessoa engajada. Eu amo a minha comunidade e passei a valorizar mais a Igreja. Quando eu conheci a COT [Comunidade Católica Obreiros da Tardinha], eu conheci a igreja e passei a amar a igreja. Eu participei de um grupo no Palmeiras, que era o Teu Chamado. Foi lá que uma pessoa me convidou pra participar de um Seminário de Vida no Espírito Santo. E eu queria mesmo me engajar na catequese. E desde então Deus trabalhou em mim o dom do

chamado e eu permaneci lá até hoje. E lá a gente trabalha de várias formas: trabalha o social, o espiritual... a gente faz trabalho com jovens usuários de droga, com alcoólatras...

A sua atuação no movimento comunitário do bairro se deu por dentro da igreja católica e foi lá que ficou sabendo que a Associação estava realizando um projeto social voltado para mulheres. De início, conta que foi “por curiosidade”, pois a pessoa que fez o convite havia dito que seriam oferecidos cursos profissionalizantes e, como ela estava em busca de qualificação, foi ver de perto do que se tratava.

Eu só tinha ido na Associação uma vez, pro Balcão de Emprego [do SINE]... eu fui mais por curiosidade, pra conhecer, porque eu já tinha ouvido muito falar e depois já fui pra Incubadora. Eu fiquei curiosa pra saber o que era a Incubadora Feminina. E quando eu conheci as pessoas que vieram nos acolher... eu fiquei amando... porque foi algo diferente, inovador que trouxeram pra gente... porque trouxe uma coisa nova pra vida de cada uma, porque cada uma tinha um problema diferente e foi trabalhado tudo isso.

O seu acesso à Incubadora, enquanto mulher em situação de risco social, se deu em função de que seu irmão era usuário de drogas, na época – hoje está em tratamento. Ela conta que a convivência com a drogadição era um dos temas recorrentes trabalhados durante a incubação, pois, muitas mulheres participantes conviviam com esse tipo de problema – “era o marido, o irmão, ou alguém da família e, às vezes, até elas mesmas. Eu lembro que tinha da Dona E, que às vezes chegava embriagada, e a gente acolhia.”

Das fases da “incubação” ela lembra das oficinas terapêuticas e dos cursos profissionalizantes, como o de bijuterias e o de corte e costura.

A gente fazia terapias... relaxamento, - essa parte era com o pessoal da FUNCI. Tinha também os cursos: teve o de corte e costura, o de fuxico. De bijuterias. Pra quem se identificou com aquele tipo de trabalho ali, com certeza, conseguiu dar o passo que queria. [...] Na verdade, eu não me identifiquei muito. No caso do corte e costura, por exemplo, eu não tinha aquele dom, aí eu ficava mais era olhando. Agora o de bijuterias eu me identifiquei. A gente pregava bijuteria nas roupas. Eu gostei muito, porque eu toda vida gostei muito de desenhar. Com o fuxico eu também me identifiquei um pouco... eu fiz até umas bolsinhas...gostei também das rosas de meia [meias de seda] – aquela coisa linda!

Ainda com relação às vivências na Incubadora, ela resgatou o momento da organização do grupo produtivo, considerando que foi um dos pontos cruciais do processo e que, mesmo não tendo sido uma experiência exitosa, trouxe muito aprendizado.

Foi trabalhado esse lado com a gente... pra gente organizar um grupo e ficar trabalhando. Foi depois daquele outro curso que a gente fez com você, pela ADS... de economia solidária. O grupo era eu, a dona Bonina, a Margarida, a dona Tulipa... a gente organizou essa equipe pra fazer as flores de meia. No início a gente tinha uma expectativa muito boa de crescimento, mas não teve aquela organização... nem o capital, pra levar à frente... a dona Bunina ainda pegou um pequeno empréstimo no Banco Palmas, no nome dela, mas não deu pra gente cobrir todas as despesas... pra gente ter o nosso local na feira, a nossa barraquinha, a gente tinha que pagar um valor toda semana. Aí tinha que ter esse valor, mais o valor do empréstimo e ainda os gastos com o material pra gente poder produzir. Aí nós não tivemos como levar à frente. Aí chegou uma certa altura que a gente se desestimulou e acabamos.

Um balanço geral do aprendizado geral adquirido na IF aponta alguns avanços significativos do ponto de vista pessoal e profissional e por isso ela considera que ter participado daquele projeto foi uma grande oportunidade que teve e que procurou aproveitar ao máximo, apesar de alguns conflitos iniciais.

Foi muito bom pra mim ter participado da Incubadora. Foi um trabalho de muita importância, do ponto de vista da convivência com pessoas diferentes e foi uma forma de reeducar as pessoas. E quando eu estava inserida na Incubadora eu me sentia na obrigação de passar aquilo que eu tinha e de receber aquilo que estavam oferecendo pra mim e pras companheiras que estavam lá. Apesar das diferenças, foi muito bom pra mim ter feito parte desse trabalho. Eu não conhecia ninguém e fiquei conhecendo todo mundo. Foi difícil em alguns momentos... a convivência foi um pouco dolorosa, porque às vezes uma não aceitava a opinião da outra e queria brigar e no final uma saía com raiva da outra. Mas isso foi mais no início, quando as pessoas estavam chegando... houve aquele choque, muita mulher e cada uma com um problema diferente e ia conviver ali no mesmo ambiente...com o passar do tempo as pessoas foram se relacionando melhor.

Ela afirma que ter passado pela Incubadora imprimiu marcas que carregará para toda a vida e que se sente uma pessoa “incluída”.

A gente passa a valorizar mais a cidadania... o lado mulher... eu tentei passar pras minhas colegas, que eram mães como eu, como eu achava que devia ser uma boa mãe... o lado humano também... da solidariedade. Eu lembro que a Hortência estava passando necessidade com os filhos e a gente se reuniu pra ajudar... fizemos uma cesta básica e todo mundo ajudou. E isso foi muito satisfatório. [...] no lado do trabalho eu passei a ver com outros olhos... tudo o que foi oferecido ali na incubadora eu levei para o meu trabalho hoje. Tudo: o lado humano, das relações com as pessoas, da convivência. [...] eu me sinto uma pessoa incluída e não só pelo meu trabalho, porque todo trabalho é digno seja ele qual for, mas também porque eu sou feliz...eu tenho uma expectativa na minha vida... quando a pessoa não tem um direcionamento na vida, uma religião, uma espiritualidade, ela é excluída e isso faz a pessoa retroceder, ir pra trás, não levar uma vida digna. [...] pra mim foi uma forma de aprendizado. A gente sempre deve estar aberto pra acolher coisas novas. E a gente deve valorizar o que foi oferecido pra gente.

Ela sonha em ser microempresária e diz que valoriza muito o trabalho e os estudos, porque são caminhos para a melhoria de vida. Para ela, o significado do trabalho está relacionado ao meio para se conseguir renda e poder proporcionar uma vida digna aos filhos.



*Fig. 28 - Hortência
Atelier Digital*

2.2.3. Relato de Vida Hortência

Hortência nasceu no final da década de 1960 e passou a infância num lugar chamado Catuana, distrito de Caucaia, estado do Ceará. Ela, juntamente com os pais e os cinco irmãos, tiravam o sustento da agricultura, da caça e da pesca. À semelhança das crianças nascidas na zona rural, ela narra que não teve oportunidade de brincar e descreve as dificuldades vividas na infância. Dentro da divisão de papéis familiares, a mãe, ela e as irmãs se ocupavam com os cuidados da casa, além de contribuir com a renda familiar lavando roupas, atividade esta que requiritava deslocamentos em busca de reservatórios de água como lagoas e riachos; prática comum entre as mulheres das camadas mais pobres. As brincadeiras da infância foram vividas misturadas com as responsabilidades de trabalho, pois a ajuda por parte dos filhos não pôde ser dispensada.

Eu não tive assim uma maravilha de infância porque, eu lembro que nós éramos muitos... éramos seis crianças, e meus pais, como sempre, foram de família pobre e a gente morava no interior. Em Catuana, Caucaia. Aí a gente morava lá, bem no interior. Meu pai não tinha um emprego e minha mãe também não. Eles sobreviviam: meu pai sobrevivia de pesca, de caças e da roça. Então não era nada fácil! A minha mãe lavava roupa pra aquelas pessoas consideradas as mais ricas... daí eu e minhas outras irmãs, que são um pouquinho mais velhas do que eu, a gente ajudava ela. Ajudava na casa e na roupa também. A gente andava não sei quantas léguas ...uma porção... meu Deus! num jumento, num jegue... eu lembro até hoje, nunca esqueci, ela colocava um negócio que chamava cangalha no meio aí botava um saco de roupa de um lado e do outro e botava eu no meio. Minha irmã que já era uma mocinha, talvez ela tivesse uns treze, quatorze anos por aí, elas iam andando à pé aí a gente andava essas tal de léguas aí, que eu não sei mais quanto... uma légua ...duas léguas ...dentro dos mato, bem longe. Aí nós ia pra essa lagoa, a Lagoa das Flores uma das tais, Lagoa de Genipabu também, aqui na Caucaia. Aí a gente ia e passava o dia inteiro na beira da lagoa ajudando ela a lavar roupa. Ela pnhava tudo pra secar, vinha tudo lavadinho e seco e quando chegava ela passava, e aí ia entregar nas casas. [...] Não tinha muito tempo pra brincar. A gente tinha mais tempo era de ajudar a mãe. Às vezes quando a gente chegava de tardinha ou então no dia seguinte, a gente tinha que pegar água, porque não era como é aqui, a gente tinha que pegar água no rio, no açude pra usar a água de casa, e pra pegar a água do pote para beber e pra cozinhar. A gente pegava a distância de uma légua, que era nas pedreiras, que eu lembro até hoje. Aí eu lembro assim que não foi aquela bela infância... a que os meus filhos tiveram já foi bem diferente.

A família mudou-se para Fortaleza quando ela tinha sete anos de idade. Foi nessa época que começou a estudar. Ela conta que seu pai foi incentivado por um tio a vender a casa em que moravam, em Catuana, e comprar uma casa em Fortaleza. Vieram morar no bairro Quintino Cunha. Entre os fatores que motivaram a migração estava a expectativa de melhorar de vida, de conseguir um trabalho que proporcionasse melhores rendimentos e também o fato de que seu único irmão se envolveu num crime.

Meu tio disse pro meu pai: - vamos pra capital que é melhor, é mais fácil emprego que aqui. Aqui tu morre de trabalhar e não faz nada. Aí também o único irmão homem que eu tinha, que também já chegou a falecer, ele muito jovem, eu acho que ele tinha uns 18 anos mais ou menos, ele fez umas besteiras... uma namorada que ele tinha na época, ele furou a coitada. Não sei o que houve, eu sei que ela acabou furando a moça e por esse motivo ele teve que vir embora pra Fortaleza.

Ainda com relação à chegada na capital, ela falou como se deu a inserção de seus pais no mercado informal, enquanto ela foi solicitada para cuidar dos irmãos mais novos e da casa, já que a mãe teve que trabalhar para compor o orçamento familiar.

Meu pai trabalhava nas ruas vendendo bolo. Mamãe fazia e ele vendia. Aí um amigo conseguiu um emprego pra ele de segurança, na [Empresa] Ceára Segurança. Aí ele ficou trabalhando lá, de vigilante. Aí a minha mãe ficou lavando roupa de novo, fazendo faxina e lavando pras pessoas (...) aí nessa época já era só eu e minha irmã mais nova e o meu irmão mais velho do que eu, que era solteiro. As outras já tava nos seus cantos, casadas. Aí a mamãe saía para trabalhar e me deixava tomando conta da casa, né, e da menina pequena que tinha a idade dessa minha, eu acredito que uns dois aninhos.

As dificuldades em conciliar as brincadeiras e as travessuras de criança com as responsabilidades de casa gerou alguns conflitos, familiares, principalmente com a mãe e o irmão.

Eu tinha a idade do meu menino de nove anos. Mas eu já aprontava, ah eu aprontava mesmo. Ela [a mãe] saía e dizia: você não vai pra rua, você cuida da casa e da sua irmã! ah! nossa, eu vinha entrar em casa de tardezinha, porque eu sabia que já tava perto dela chegar. Eu ficava o tempo todo brincando de arraia, de bila. Era brincadeira só de menino, mas eu não queria brincar de

boneca. Batia e apanhava pra caramba! Até hoje eu tenho uma porção de cicatrizes nos pés, na cabeça... De noite, quando a mãe chegava, normalmente tinha uma vizinha pra reclamar que eu fiz num sei o que... Ai era peia... era porque a menina [sua irmã mais nova] tava suja, porque eu ainda tava arrumando as coisas que era pra já tá tudo pronto e porque alguma vizinha ia reclamar do que eu fiz. De manhã bem cedo ela saía e me dava outra pisa de corda, de corda de náilon que ficava a marca no meu corpo. Dizia que era pra mim não ir pra rua de novo, e eu acabava indo.[...] Meu irmão também gostava sempre de bater em nós, porque ele era muito grosso, muito rebelde... e ele dava muita peada em nós também, principalmente em mim, porque eu era muito danada, mexia nas coisas dele, e eu não fazia as coisas corretas. Aí ele metia a sola.

Esses tipos de castigos faziam parte das regras de educação das famílias, principalmente daquelas mais pobres. E foi nesse convívio familiar que ela cresceu e chegou à adolescência, às vezes assumindo o papel de criança travessa, querendo brincar na rua, hora tendo que assumir as “responsabilidades” de “dona-de-casa” e “mãe” da irmã mais nova. A mistura de papéis, juntamente com os padrões de comportamento da época, em que o casamento era considerado como uma forma de “inclusão” das mulheres foram fatores condicionantes para o casamento prematuro, quando Hortência tinha apenas dezesseis anos. No entanto, conta que namorou muito antes de casar. Ela recorda com saudades essa fase da vida, quando conseguia driblar a marcação ostensiva da mãe com o apoio da irmã mais velha.

Na adolescência, eu saía muito com as minhas amiga - a gente ia se divertir, ia pras festas, mas minha mãe era muito rígida, meu Deus do céu, credo! Não que a minha mãe não fosse uma mãe maravilhosa, é claro que foi, mas ela era muito rígida sabe, coitada, não tem culpa. Não é fácil a maneira dela ter sido criada, a ignorância, a ignorância dela, pessoal, a ignorância do passado em que ela foi criada, que tudo faz mal, que tudo é feio, que tudo é desrespeitoso, que não pode uma mulher fazer isso ou aquilo porque fica falada...todas essas coisas. Mesmo assim namorei muito! Ah! Namorei sim. Escondido, de todo jeito. No colégio, em tudo que era canto. (...) A minha irmã mais velha morava lá na Barra do Ceará, então ela me ajudava muito, porque ela era minha madrinha, minha irmã e madrinha, ela deixava muito eu ir pra lá nos finais de semana, lá eu fazia a festa. Eu amava tá com ela, porque lá eu saía pra praia, logo ela morava pertinho, dava para a gente ir caminhando de pés. aí a gente passava o dia na praia, tomava banho junto com aquela moçada lá da rua. A gente ia na festa de noite, ia na quadra, a gente brincava, a gente se divertia pra caramba no final de semana. Era uma farra, mas isso era até quando chegava a mamãe...

Ela reafirma o gosto pelos estudos e que hoje está arrependida de ter interrompido a vida escolar em função de um casamento. Contudo, há que se salientar que esta “mudança de papéis” – deixar de ser estudante para ser esposa/dona-de-casa – obedecia à lógica da estruturação familiar da época, em que as “moças de família” esperavam pelo “bom partido” e, quando o moço contava com o aval dos pais, o destino era o casamento, pois casar representava uma forma de se encaminhar na vida.

Meus pais não tinha queixa por questão de estudo, porque eu me esforçava bem. Ai eu inventei de levar namorado em casa – se soubesse que ia ser assim não teria levado até hoje. Inventei de namorar de verdade com o meu digníssimo marido, que foi o único de namoro de verdade pra ir em casa. Ai pronto! O nome dele era N., ai minha mãe disse que eu tinha que casar. Eu comecei a namorar com ele com os meus catorze anos de idade e com dezesseis anos a gente casou. Ou eu ia casar ou eu acho que o mundo acabava, porque parece que pros meus pais só existia ele no mundo. [...] Ele era mais velho do que eu seis anos...na época eu tinha dezesseis e ele tinha vinte e dois. Ele trabalhava de mestre de padaria e minha mãe e meu pai gostava muito dele, mas eu não pretendia namorar pra casar.

Os anseios de Hortência confrontaram com aquilo que era considerado como a atitude ideal das mulheres de sua época. Ela demonstrava mais interesse pela escola, sonhava em ter uma profissão, mas não encontrou apoio nos pais e nem posteriormente, no marido.

Eu queria estudar, brincar. Eu não queria casar, mas eu tive que casar. Casei, porque minha mãe fez uma guerra, ela dizia que eu não queria casar porque eu queria ser puta, porque eu queria num sei o quê, porque eu não queria ser nada na vida... e acabei casando. [...] eu tinha sonhos, eu dizia: mãe eu quero estudar! eu quero ser enfermeira. Mas a minha mãe falou assim: você não tá vendo que nunca você vai ser uma enfermeira!!! Porque onde é que eu vou pagar estudo pra você, que é caro? Você quer ser o que não pode. Aí foi me desiludindo... eu fiquei acreditando que era realmente impossível ... Eu queria derrubar o mundo sabe! [...] Depois eu casei. Aí ele me proibiu de estudar, não permitiu mais que eu estudasse porque lugar de mulher casada era em casa.

Hortência casou-se no dia 30 de junho de 1982 e, aproximadamente um ano depois, com 17 anos, teve sua primeira filha. A vida de esposa e mãe trouxe muitos desafios, paralelo ao rápido nascimento dos filhos, ela passou a vivenciar

uma série de conflitos conjugais que tornaram a convivência familiar tensa e, posteriormente, violenta.

Eu casei em 1982 e tive a minha filha no dia 1º de Julho de 1983 e tive meu segundo filho no dia 10 de Junho de 1984. Um atrás do outro. A gente ainda viveu 4 anos, mas eu sofri tanto... Sofria porque ele bebia muito. Até hoje ele bebe, aí ele chegava em casa e brigava, quebrava tudo.

Além dos maus tratos, relata a situação de pobreza em que viviam, dependendo sempre da ajuda dos outros – às vezes de seus pais outras vezes de sua sogra. Conta que “peregrinou” por vários bairros e chegou até a sair do Ceará e ir morar no estado do Maranhão.

Eu nunca tive uma casa própria quando estava casada com ele. Logo que casei eu morava numa casa do lado da casa da mãe dele. A casa era no [bairro] Prefeito José Walter... aí quando eu tava com um mês e pouco de grávida da minha primeira filha ele viajou pro Maranhão, porque ele ficou desempregado e foi para o Maranhão, porque diziam que lá as coisas eram mais fáceis – emprego e tal - aí minha cunhada morava lá, daí ele foi e um mês e alguns dias depois eu fui também pro Maranhão, eu tava com 3 meses de grávida e tive a criança lá. [...] Quando voltamos do Maranhão e viemos morar aqui, viemos morar no Jereissati [Conjunto Habitacional localizado no município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza].

Ela continuou sem trabalhar “fora de casa” e com a vida restrita ao espaço doméstico, cuidando da casa e dos filhos, enquanto o marido, enciumado e dependente químico do álcool, passou a agredi-la física e moralmente.

Eu continuei sem trabalhar, só tendo os filhos. Quando a gente foi morar no Jereissati eu já tinha as duas crianças, aí um tio dele comprou uma casa e deu pra gente morar. Aí a gente foi pro Jereissati. Lá eu sofri pra caramba! Ele ia em casa uma vez por semana, bêbado. Ele ficava trabalhando no [bairro Conj. José Walter, na zona sul da cidade] Zé Walter e não voltava pra casa. Ai quando chegava, bêbado, queria que eu falasse pra ele com quem eu tava dormindo, qual o homem que eu dormia, porque ele não vivia em casa. Era um inferno!. Eu chorava... daí a gente brigava e ele acabava me batendo e ia embora no dia seguinte. Não me deixava nenhum centavo, nenhum tostãozinho, nadinha, nadinha.

Quando seu filho adoeceu, ela não titubeou em mudar-se para a casa de sua mãe, no Conjunto Palmeiras, onde teria o apoio de seus pais. Ela narra o seu

regresso ao bairro em que viveu no final da década de 1970 e lembra que seu pai foi um dos envolvidos no processo de construção do bairro.

Aí quando o menino adoeceu que eu vim pra cá, aí eu disse: -Mãe eu não vou voltar mais pra lá não! Vou ficar por aqui. E aí fiquei na casa do meu pai... Meu marido vinha só fim de semana em casa. Se bem que não era como é agora, era bem difícil. Pra gente vir de ônibus aqui nós tínhamos que descer lá no Motel 3000 [situado na Av. Perimetral, há cerca de 2km], e de lá nós vínhamos de pé de lá pra cá nessa estrada, que hoje é a [Avenida] Castelo de Castro, que antigamente era uma estradinha carroçal. Era assim uma varedinha, mato de um lado e mato de outro, muito perigoso, e a gente vinha a pé de lá até aqui.

[...] Na época, existia aquela casinha de palha onde se reunia as pessoas do bairro [ASMOCONP], inclusive o meu pai ... Ele era um líder comunitário, foi com ele que eu comecei a aprender a liderança comunitária. Todo mundo gostava muito do meu pai. Nós viemos morar aqui nessa quadra que a gente mora, que é a 78... meu pai fez parte do conselho de segurança do bairro, do policiamento. Meu pai fez parte da Associação. Meu pai tava sempre por dentro dessas coisas, porque ele era bem social, bem dentro da sociedade aqui. As pessoas contavam muito com o meu pai. Antes dele ir trabalhar na Ceara Segurança, como eu falei, depois que a gente veio morar aqui, a Dra Raimundinha, que era coordenadora [de um órgão] da prefeitura de Fortaleza empregou o meu pai na prefeitura, do qual ele se tornou fiscal daqui, do Conjunto Palmeiras. Meu pai era fiscal: todas essas casas, esses terrenos, por exemplo, até mesmo o terreno da associação tinha que ser medido, tinha que ser metrado e era o meu pai que fazia esse trabalho com os demais colegas. Tinha um tal de projeto Rondon. Eu não entendia muito bem, mas meu pai entendia de cor e salteado, aí nessa construção do canal de drenagem... tudo ele estava sempre junto. Enfim, da fundação do conjunto Palmeiras, são mais de 30 anos de Palmeiras, e o meu pai estava dentro desses 30 anos. Na época eu não me envolvia ainda nessas coisas de associação.

A expectativa de que a vida ao lado de seus pais fosse melhor não se concretizou, pois, mais uma vez foi pressionada pela mãe e voltou a morar com o marido, numa casa emprestada por um compadre. Foi nesse local que as agressões passaram a se dar de forma mais intensa e ela começou a revidar.

A gente morava na rua do lado [Avenida] Val Paraíso, na casa de um compadre meu que ele me arrumou. Aí o N. chegava bebo sem nenhum centavo no bolso e exigia água, comida, enfim... porque na época [1984] aqui não tinha água, não tinha luz não tinha nada, a gente tinha que comprar água. A gente tinha que comprar água pra beber, nos carro pipa que tinha, numas carroças. E os carros pipa distribuía água, e a gente pegava água pro gasto e pra beber a gente comprava água e aí ele chegava exigindo comida, exigindo

um banhozinho, aí eu vinha pegar aqui no meu pai e quando chegava lá, ele jogava em mim. Dizia que não queria aquela porqueira, me enchia de nomes, de palavrão mesmo sabe, de tudo que é coisa mesmo bem feia mesmo... e eu só chorava [...]. Até então, eu ficava meio triste aí depois, quer saber, eu comecei a revidar... aí ele chegava quebrando as coisas, perguntando se eu tava namorando com quem, num sei o quê. [...]. Uma vez eu também cheguei a cortar ele na virilha, com uma faca. Quando ele vinha pra casa pra dormir, eu não dormia, passava a noite sentada assistindo televisão e fumando cigarro e tomando café. Porque eu não confiava nele, ele vivia querendo me matar. E ele também não confiava em mim. Aí a gente não dormia, ficava aquela situação super chata. Aí ficava a noite inteira. Se ele se mexesse na cama, eu já pulava bem ali. Se eu me mexesse, cochilasse na cadeira, ele já tava se levantando, sabe, uma situação muito difícil.

Até essa época, ela permanecia trabalhando somente em casa, cuidando dos filhos e do filho de uma vizinha, que ia trabalhar e deixava a criança aos seus cuidados. No entanto, como marido não direcionava a renda para o sustento do lar, ela foi em busca de um trabalho que pudesse garantir a sobrevivência dela e dos filhos. Foi quando começou a trabalhar com “política” e decidiu voltar novamente para a casa dos seus pais.

Eu comecei a trabalhar com política. [...] Eu ficava no bairro, pegava anotações de pessoas, eu era um “cabo eleitoral”. Então a gente ficava trabalhando no bairro de casa a casa, porta a porta; aí a gente tirava documento de todo tipo, desde registro de nascimento até a carteira do ministério de trabalho das pessoas, título [de eleitor]. A gente disponibilizava carro pro povo, a gente prestava atendimento médico pro pessoal, a gente levava o povo no médico, as mulheres parindo, homem doente, gente esfaqueada, credo! tudo o que era coisa que precisasse a gente fazia. E ele pagava, semanalmente, cinquenta cruzeiros.

O ingresso no mercado de trabalho foi o fator que contribuiu definitivamente para a separação do casal, pois o marido, enciumado, chegou a agredi-la fisicamente dentro da casa de seus pais.

Aí ele começou a ter ciúme de mim com o motorista, o B. que era meu amigo. Quando eu chegava em casa era um problema. Ele criava uma briga porque dizia que eu tava namorando o B. porque num sei o que, Aí eu sei que a gente acabou se separando, graças a Deus! [...]. Um dia ele me agrediu de faca aqui em casa. Ele queria porque queria, de qualquer forma aquelas coisas à noite [sexo] e a minha mãe ainda tava acordada com o meu pai, e eu não aceitei. Aí por conta disso ele achou que eu não aceitei, que eu não queria manter relações com ele porque eu tinha outro homem. Aí levantou

e ficou brigando, aí falou: arruma as minhas coisas que eu vou embora. Aí eu fui arrumar as coisas deles pra ele ir embora. Aí ele entrou lá na dispensa do meu pai e pegou uma ferramenta de fazer esses buraquinhos de ferrolho em porta, uma ferramenta de cortar madeira ou coisa parecida. De esculpir alguma coisa, parecia uma faca. Aí ele saiu para fora, aí eu vim entregar as coisas, daí ele perguntou pra mim quem eu ia querer. E jogou esse negócio em mim, e eu defendi. E cortou assim, perto do ombro, bem aqui assim [próximo ao pescoço]. Até uma época tinha uma marca [ainda tem]. Aí meu pai levantou e perguntou o que é que tava acontecendo. E aí eu falei: nada!. Mas como eu tava com uma blusinha verde, de lingerie, o sangue ficou descendo. Aí ele saiu pra ir embora e eu entrei pra dentro. Eu fiquei imaginando: ah não, isso não pode! Acabou a gente se separando. Graças a Deus! Aí ele foi viver a vida dele e eu a minha.

Após a separação, ela conta que sua vida melhorou, pois passou a dispor da ajuda dos pais na criação dos seus filhos, passando a ter mais disponibilidade para trabalhar “fora”. Passado o período eleitoral, ela foi morar no Centro da cidade, com umas amigas e começou a trabalhar prestando serviços de faxina e lavagem de roupas.

Quando passava a política, eu voltava a trabalhar fazendo faxina e lavando roupa. Aí eu fui morar no Centro, em um apartamento com umas amigas, com a A., com a R, e trabalhar, né! Só vinha em casa nos finais de semana. [...] Meus filhos ficaram com os meus pais. De imediato, ele [o ex-marido] levou os dois pra casa da mãe dele, mas aí com uns quinze dias, ele mandou minha mãe ir lá, porque a menina chorava muito e pedia muito a minha presença, dava muito trabalho, aí meu pai trouxe os dois, aí pronto. Aí meu pai disse que ele não levava mais ninguém dali de jeito nenhum. Eles [os pais dela] foi que criaram eles [os filhos]. Eu ajudei, é claro, mas eles que criaram.

Enquanto ela continuou trabalhando no Centro da cidade, os dois filhos ficaram sob a guarda de seus pais. Ela conta que “aproveitou” muito bem essa fase, até conhecer o seu segundo marido, com quem viveu durante seis anos e teve mais dois filhos, hoje com nove e sete anos.

Fiquei trabalhando no centro um monte de tempo. E brincando. Nossa, ai eu brinquei. Brinquei o que pude e o que não pude mesmo. De festa, de farra, de praia, de namorar, de fazer tudo o que eu pude fazer nessa vida mesmo. Eu “soltei mesmo a franga” como se diz. Daí eu vinha em casa só pra deixar as coisas pros meninos. Final da tarde, à noite, nós se arrumava e se mandava pras festas. Chegava no outro dia, ia embora, chegava em casa, ia pra praia. Nós farreávamos de segunda a segunda lá no centro. Aí conheci o

pai do E. e do R.. Nessas farras eu conheci o pai dos meninos. Ai me juntei com ele... vivi seis anos... ele um pouquinho mais jovem, uns dois anos mais ou menos. Ele devia ter uns dezenove, vinte.

Antes de casar-se novamente, ainda morando no Centro, ela teve outras experiências de trabalho, com vendas e de atendente de lanchonete. Todavia, conta com uma certa frustração que nunca teve a carteira de trabalho assinada.

A gente trabalhava pra uma detetizadora, com vendas externas, vendendo veneno de bairro em bairro. Tipo esses planos funerários. O rapaz [dono do empreendimento] colocava um monte de mulher numa Kombi e deixava num bairro. A gente trabalhava e no horário da tarde, ele ia pegar. Ai a firma fechou e eu trabalhei de garçoneite numa lanchonete até ela falir também. [...] nenhuma das firmas assinou a minha carteira.

Quando estava com aproximadamente 24 anos de idade, voltou a morar no Conjunto Palmeiras. Estava grávida mais uma vez e deixou de trabalhar por um tempo. No entanto, mesmo com o companheiro trabalhando, diz que não conseguia mais depender financeiramente de marido, e foi em busca de trabalho, desta vez, no aterro sanitário do Jangurusssu. Ela conta detalhadamente como era o trabalho no antigo lixão, onde “casquerava” o dia inteiro.

Daí passou a época quando eu tive o E.. O C.[companheiro] trabalhava em uma distribuidora de bebidas aqui no São Cristóvão. E eu aprendi a não depender de homem, aprendi a não ficar dependendo de ninguém. Ai eu parti pra trabalhar no Jangurusssu. No lixão, na rampa. Tinha uma turma de amigos que trabalhava lá e eu tinha curiosidade e acabei indo trabalhar também. Lá era assim, um lixão mesmo, era aquele montão de lixo e a gente subia em cima, e nós casquerávamos com aqueles negócios de ciscar, um ciscador que só tem dois ganchos. Ai os carros vão derrubando o lixo e você vai casquerando com aqueles ganchos, e vai tirando de lá tudo. Não tem distinção. Você tira o ferro, tira a lata, tira o papel, papelão o plástico. (...) Lá em cima tinha uns rapazes, umas pessoas que compravam. Eram assim, os donos dos depósitos [deposeiros]. Nós trabalhávamos para o C.. Ai lá ele comprava, a gente ia no final da tarde e levava tudo separado: lata, ferro, plástico, cobre, alumínio, vidro, tudo separadinho, nos sacos. Enchia, o rapaz carregava e pesava. (...) Era por quilo e nos passávamos a quantidade do que a gente fez. E se nos quiséssemos pegávamos o dinheiro por dia, por semana ou por quinzena. Do jeito que nos preferíamos. Eu costumava pegar por semana, porque eu ia juntando. Por dia digamos que nós fizemos 5 reais, ou 2, 3, 5 ou 10. Dependia muito da gente. A gente ia deixando na mão dele e a gente recebia no final de semana.

Sua árdua experiência no lixão não durou tanto tempo, pois o seu pai adoeceu e ela foi cuidar dele. A doença agravou-se e não demorou muito para o falecimento. Ao lembrar-se da dor sofrida, mencionou o velho dito popular “uma desgraça chama a outra”, entretanto, reafirmou a capacidade regeneradora do amor, pois nessa época passou por várias perdas (separou-se do companheiro, estava desempregada e com quatro filhos pra criar, a mãe também havia adoecido), mas conseguiu reerguer-se. Alguns meses depois, conheceu o seu terceiro marido, com quem teve um filho.

Meu pai faleceu e isso me abateu muito. Eu fiquei totalmente pra baixo. Assim que meu pai morreu, acabou minha vida... eu não tinha mais marido, já tinha deixado... tava sozinha e com quatro filhos pra criar. Foi quando me envolvi com o pai do E. [seu 5º filho]. Comecei a me envolver muito porque eu estava precisando de amor e aí eu acabei engravidando.

Nessa época, em 2001, ela estava grávida quando foi convidada a participar da segunda turma da Incubadora Feminina:

Quando eu tava grávida, acho que de uns 4 a 5 meses do E., já com um bruta barrigão, [...] Eu recebi um convite pra eu me fazer presente na associação [ASMOCONP], e que era algo do meu interesse. [...] logo eu imaginei que foi por conta de que meu pai foi muito atuante dentro da associação. Enfim, daí eu fui. Fui eu, a Margarida, todo aquele pessoal. Chegando lá, a dona M [dirigente da ASMOCONP] apresentou o projeto da incubadora feminina e perguntou se nós queríamos participar. Ela disse que nessa incubadora feminina enquadraria as mulheres que viviam em risco, que estavam nas áreas de risco. Assim, quais os riscos? mulheres que se envolviam nas drogas, para que pudessem se libertar delas, que eu acredito que na nossa turma tinha gente com dependência química... de álcool, de remédio... pois é, e mulheres chefes de família, como foi o meu caso. Porque eu não tinha companheiro, tava desempregada e tinha uma família grande, com muitos filhos e não tinha quem ajudasse. Ai eu entrei. Ela nos comunicou da incubadora feminina e que se a gente quisesse participar a gente tinha que comparecer no dia seguinte, fazer uma entrevista e esperar a resposta.

Seu relato detalha como se deu o processo de seleção das mulheres que participariam da Incubadora Feminina. Ela, inclusive, julgou que não seria selecionada por conta da gravidez. Conforme conta, foram entrevistadas cerca de trinta mulheres. No entanto, apenas vinte foram selecionadas e iniciaram as atividades.

No dia seguinte todo mundo retornou. Teve só algumas desistências, aí fizemos a entrevista. Na entrevista elas perguntavam quantos anos a gente tinha? Como era a nossa família? quantas pessoas? A renda familiar? O que você faz? Quantas trabalham? Do que vive? Como vive? Quanto tempo você mora aqui? Quanto tempo você é chefe de família? Todas essas coisas. Aí a gente fez a entrevista e tudo. Aí era pra aguardar o chamado em casa. Eu acreditei que não passaria por conta da barriga. Eu já tava com a barriga bem saliente, ... aí eu acho que passou mais ou menos uma semana e a gente foi chamada de novo. A gente compareceu lá, no encerramento do pessoal da 1ª turma da incubadora feminina, do qual fazia parte a D.Jasmim, a S., a Dona E. [...] Na reunião disseram que a incubadora feminina é um local que vai incubar as mulheres que estão necessitadas, num intervalo durante seis meses. Essas mulheres vão ficar incubadas e terão o direito a uma espécie de tratamento geral. Elas vão ter o direito a fazer alguns cursos, um acompanhamento psicológico, acompanhamento médico, enfim, vamos ter uma série de coisas.

Para Hortência, assim como para a maioria das mulheres entrevistadas, não houve clareza com relação ao termo “incubadora feminina”. Embora, sua narrativa aponte para a essência da concepção do projeto:

Não deu pra gente entender muito bem o que era a incubadora feminina. A gente ficou meio assim, olhava uma pra outra e dizia “incubadora”.? Mas não incuba né menino? A gente ouvia falar que quando a criança nascia pré-matura é que ia pra incubadora. A gente ficou assim... Eu acho que ficou essa pergunta na cabeça de todas. O que é incubadora? O que é que nós vamos incubar? Eu acho que ficou na cabeça de todo mundo ... sem a gente entender o que era incubadora feminina.

Ao relatar as atividades realizadas na Incubadora, mencionou os vários parceiros que desenvolveram as Oficinas e como alguns temas foram abordados.

...quando nós começamos, de imediato, veio um grupo de pessoas, os orientadores: veio a assistente social do Centro Social Urbano; veio a psicóloga, a F. e minhas professorinhas da FUNCI [Fund. da Criança e da Família Cidadã]. No dia da aula que vinha o pessoal da FUNCI elas trabalhavam dinâmicas, trabalhavam pinturas, com argila. [...] Elas falavam sobre a vida... como enfrentar os problemas...

Ainda com relação às vivências, ela avalia como aspectos positivos todos os conhecimentos adquiridos e as relações estabelecidas com as pessoas e como negativo o fato de não ter havido o mesmo tratamento entre a primeira e a segunda turma. Aquela havia recebido uma série de incentivos para iniciar a produção. Entre eles, uma bolsa-auxílio de um programa da prefeitura municipal.

Foi muito construtivo pra todas nós. Lá estavam pessoas de todo tipo: era gente com depressão, era dependente químico... e todo mundo se libertou um pouco [...] a gente aprendeu formas diferentes de sobreviver com o nosso trabalho. []. O que foi negativo foi porque as mulheres da primeira incubadora ficaram recebendo uma bolsa, um benefício, por um ano [foram integradas ao Programa Família Cidadã, da FUNCI]; e nós, da segunda turma éramos pra ter recebido e não recebemos. Eu perguntei pro J. [coord. do Banco Palmas] por que nós não tinha recebido e ele me explicou que foi porque mudou a gestão da prefeitura e por isso não tinha dado mais certo e nós ficamos sem receber até hoje.

Ela foi uma das pessoas que se engajou em grupos produtivos e em outros projetos promovidos pela ASMOCONP. E, nesse sentido, ela destaca que chegou, inclusive, a fazer parte do quadro de funcionários e da diretoria da Associação de Moradores, ocupando a pasta de patrimônio. Ela lembra que foi nessa fase em que conheceu outras experiências de economia solidária no Ceará, quando participou dos programas de *Feiras Itinerantes* e de *Compras Coletivas*, durante o ano de 2004. Outro ponto que salientou foi a implantação da moeda circulante local e sua participação nos Clubes de Trocas com Moeda Social.

Eu participei de muita coisa quando eu tava lá. Tive a oportunidade de conhecer outras experiências de economia solidária em Quixadá, em Maranguape... naquele projeto de Compras Coletivas e no de Feiras Itinerantes. [...] Eu participei de Clubes de Troca...no dia que se reunia a gente trocava tudo na moeda social. Por exemplo: se eu sou manicure, eu fazia as unhas da minha colega e ela me pagava na moeda social. Aí, adquirindo a moeda a gente ia comprar as coisas da palmafashion, da palmart. [...] Eu trabalhei um ano e meio no Laboratório de Agricultura Urbana. Era eu e o companheiro N. que tomava de conta: aguava, capinava, plantava cheiro verde, planta medicinal... colhia e vendia nas feiras. [...] eu ganhava pouco, mas eu adorava aquilo...uma parte do salário que a gente recebia na Associação era pago em palmas. O meu era metade e metade: metade em real e metade em palmas. [...] eu comprava tudo com palmas, no mercantil, na farmácia...

Ela lamenta que o grupo de mulheres produtoras tenha sido desfeito e atribui o insucesso à carência de incentivos que subsidiassem as primeiras rodadas de produção, até que o grupo pudesse adquirir auto-sustentação.

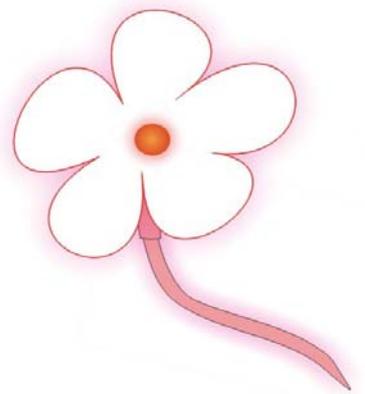
...o grupo não gerava renda para suprir a nossa necessidade. Aí foi se distanciando por conta disso. Não foi por briga. Faltou um projeto que desse sustentação. Nós ainda tentamos formar uma cooperativa,

mas não deu certo, porque faltou acompanhamento. Não dá pra ser solidário daquele jeito...o trabalho era muito e o ganho era pouco. O povo não valorizava o trabalho, queria que a gente vendesse bem baratinho porque [os produtos] era de retalho.

Atualmente, ela trabalha prestando serviços de faxina, o que lhe proporciona uma renda de, aproximadamente, meio salário mínimo, somando-se um benefício social integrante do Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI), no valor de quarenta reais. Para ela, ter passado pela Incubadora modificou vários aspectos da sua vida, destacando os conhecimentos adquiridos, a cidadania e o acesso à profissionalização.

Me ajudou a abrir a minha mente... me ajudou a perceber os meus direitos, porque eu sabia que eu tinha, mas eu tinha medo de lutar por eles. (...) Profissionalmente também, porque eu me aperfeiçoei e graças a Deus, hoje minha vida está bem melhor. A gente aprendeu a desenvolver a solidariedade, que é melhor trabalhar em grupo do que sozinho... não é que nós temos que dar tudo o que nós temos, mas nós podemos ajudar uns aos outros de várias formas: comprar os produtos do bairro, fazer compras junto pra comprar mais barato [programa Compras Coletivas – Compre no Bairro!].

Ela diz que os trabalhos que mais gosta de realizar são lidar com agricultura e com artesanato. Para ela, o significado do trabalho está relacionado a ocupação que gera auto-estima e também é o meio para se conseguir renda e poder proporcionar uma vida digna aos filhos.



*Fig. 29 – Jasmim
Atelier Digital*

2.2.4. Relato de Vida – Jasmim

Jasmim nasceu no interior do estado do Ceará, no município de Pacajus, em 03 de janeiro de 1944. Passou a infância naquele lugar, morando com os pais. À situação de pobreza econômica da família, somavam-se outros aspectos da exclusão social em que se encontravam, como o alcoolismo do pai. A mãe era a principal responsável pelo sustento da casa, lavando roupas: “Quando eu era criança eu passei por muita dificuldade... porque meus pais era pobre, morava no interior... meu pai bebia muito e minha mãe tinha que lavar roupa todo dia pra poder dar de comer a nós.”

A vida melhorou quando o pai deixou de beber e começou a trabalhar por conta própria, de marchante. Ele montou um pequeno açougue, no mercado e, com isso, segundo ela, elevou o padrão de vida da família. Entretanto, o pai se envolveu num conflito e, ameaçado de morte, teve que fugir da cidade levando junto toda a sua família – “anoiteceram e não amanheceram”, como diz um velho ditado popular.

Houve uma briga do meu pai com um homem muito rico lá de onde a gente morava e este homem prometeu de invadir nossa casa e matar meu pai. Aí nós tivemos que abandonar tudo o que nós tinha lá em Pacajus e vir embora. [...] Nós fugimos de madrugada e viemos morar na Messejana, numa casa de um conhecido da gente que deu apoio a nós.

No final dos anos 1970, chegaram em Messejana, quando ainda era distrito de Fortaleza. Lá, seu pai foi trabalhar na casa de José Alencar. Diante das dificuldades, aos nove anos de idade, ela viajou para Vitória da Conquista, na Bahia, para trabalhar como babá. A mulher que a levou negociou com o seu pai que a levaria para estudar e para brincar com seus filhos. Só que ao chegar lá, ela foi responsabilizada pelo serviço doméstico da casa: cozinhou, lavava, passava e ainda cuidava das crianças.

Essa situação perdurou por um ano, até que um dia, conversando com uma vizinha, ela pediu ajuda e conseguiu voltar pra casa. A vizinha a levou para a Rodoviária e, com uma autorização do juizado de menores, conseguiu embarcá-la de volta para o Ceará. Só que o regresso teve uma série de desdobramentos que mudaram o curso da vida de sua família, pois a situação de trabalho infantil em que se encontrava veio à público, o que levou seu pai a ser preso.

O motorista que me trouxe só podia me entregar ao delegado. Aí quando ele foi chamar meu pai pra vir me buscar, aí eu botei meu pai numa situação difícil, porque meu pai disse que ia procurar a mulher e que ia matar ela e a família dela. Quando estava no meio dessa confusão, a mulher chega atrás de mim, aí meu pai foi preso, porque bateu na mulher, no meio da rua. Pra mim foi a maior tristeza que eu já tive na vida. Eu com dez anos de idade tinha botado meu pai na cadeia. Eu me senti a pior pessoa do mundo... eu sinto um grande remorso quando eu falo nisso...[concluiu chorando]. Meu pai, respondeu ao processo e ficou três anos preso. [...] a mulher também respondeu na justiça, o que tinha feito comigo, porque até fome lá eu passei, porque não tinha comida pra mim. Eu só comia se sobrasse. Aí é que eu ia lá pro fundo do quintal, comer numa lata daquelas de doce, porque eu não podia comer no mesmo canto que eles. Foi muita exploração!

Conta que nesse período, o pai passou a sentir-se culpado pelo acontecido e, por isso, voltou a beber, agravando a situação de miséria em que se encontravam. Sua mãe assumiu então a chefia da família e ficou sustentando os nove filhos, lavando roupas. Por isso, os filhos, ainda jovens, tiveram que trabalhar para contribuir com a renda familiar: *“Aí eu com treze anos comecei a trabalhar em casa de família, de empregada doméstica. Aí nesse meu trabalho eu conheci meu marido e logo me casei.”*

O pai a obrigou a casar-se, aos quatorze anos, pois ela havia “se perdido” com o primeiro namoradinho. Diante da pressão, eles resolveram fugir, pois não queriam casar naquela ocasião.

Nós fugimos porque não queria casar. Nós tinha plano de casar, mas nós achava muito novo... primeiro a gente queria terminar nossos estudos, se formar aí depois via se era aquilo mesmo que nós queria... ele tinha quatorze anos e não trabalhava. Mas ai meu pai disse que tinha que casar ou que pudesse ou que não pudesse, nem que fosse pra ele sustentar.

Com 16 de idade ela teve o primeiro filho e conta que o início do casamento foi uma época muito boa, pois viviam felizes: o marido saía para trabalhar, enquanto ela cuidava da casa e do filho pequeno. A mudança começou a acontecer quando do nascimento de seu terceiro filho. O marido passou a agredi-la, alegando que estava sendo traído.

Quando meu marido completou 24 anos aí mudou tudo... ele foi farrear. Eu tava com 23 anos, já tinha um filho e tava esperando outro... aí começou aquele sofrimento todo. [...] eu me enchi de filho, aí quando tive o meu terceiro filho ele começou a me bater...porque tinha ciúme. Ele saía de manhã e só chegava de noite, aí ele achava que eu botava homem dentro de casa quando ele não estava.

Pelos seus relatos, o marido parecia oscilar entre dois extremos: quando estava sóbrio, era carinhoso e amável; mas quando bebia, tornava-se agressivo e violento. A situação ficou insustentável quando os filhos cresceram. Oito filhos do sexo masculino. Ela conta que seu filho mais velho chegou a defendê-la e a bater no pai, pois não conseguiu assistir a mãe apanhar.

O meu filho mais velho bateu nele uma vez pra me defender. Aí eu disse que não dava mais certo e fui dar parte dele na Delegacia da Mulher. E disse a ele que eu queria ficar em casa com meus filhos e que ele fosse embora. [...] isso já faz uns dezesseis anos. Eu acho que eu fui das primeiras mulher que foi dar parte de marido na delegacia.

O fato de ter dado um basta naquela situação à contra gosto do marido fez com que ele tentasse matá-la, por duas vezes. Numa dessas ocasiões ele chegou, inclusive a ser preso.

Ele sabia onde eu trabalhava e apareceu lá no meu serviço quando eu tava saindo... ele andava mais dois homens e encostou em mim e disse que eu fosse andando na frente, calada... quando já ia passando ali pela Ordem Social, eu bati o olho pros soldados e eles entenderam que era um sinal e prenderam eles. [...]. Os dois homens tava armado de faca e iam me levar pra praia. Eu acho que eles iam me matar e depois jogar no mar. Ele [o marido] não tava armado. Ele disse na polícia que só queria conversar comigo e que não ia fazer nada de mais.

Nessa época, meados dos anos 1980, ela já morava no Conjunto Palmeiras e trabalhava, como empregada doméstica (com carteira assinada), na Praia de Iracema.⁴⁵ Ela conta que seu patrão a orientava sobre como proceder naquele tipo de situação e que foi uma pessoa que contribuiu para que ela buscasse seus direitos, pois até mesmo andar na rua havia se tornado motivo de angústia e

⁴⁵ Anteriormente, conta que teve uma outra experiência com trabalho formal, quando trabalhou como costureira numa Confecção chamada Weleda, localizada na rua João Cordeiro, localizada no bairro Aldeota, nesta capital.

medo. Isso fez com que ela desenvolvesse uma patologia, semelhante à síndrome do pânico, o que demandou o início de tratamento com medicações de uso controlado. Só que a relação estabelecida com o patrão foi mal interpretada pela esposa deste, que, por ciúmes, a demitiu.

Desempregada e com oito filhos também desempregados, adoeceu de depressão. E, nesse momento, começou a relação com a Associação de Moradores (ASMOCONP): “foi nessa época que eu tava em casa com depressão que eu tive o apoio da Associação e até hoje eu me dô com as pessoas de lá. [chorando]”

Ela relata que havia conhecido a ASMOCONP anos antes, quando veio morar no Conjunto Palmeiras, nos idos do final da década de 1970. Foi numa época em que ocorreu uma enchente no bairro onde morava, o Lagamar: “Eu vim morar no Palmeiras por causa de uma enchente muito grande que teve no Lagamar... aí nós ficamos sem ter onde morar... aí na época o prefeito Evandro Aires de Moura tava abrindo aqui o Conjunto Palmeiras, aí nós viemos”.

Sua família foi uma das primeiras a chegar no Conjunto Palmeiras, e, conforme seus relatos, as famílias foram abrigadas em condições muito precárias, pois o bairro não dispunha de infra-estrutura urbana. Mais adiante, recorda a movimentação dos moradores no sentido da construção da Associação. Movimento este que ela não participou, pois o marido não permitia.

Quando nós chegamos aqui era só mato... A gente andava num bequinho bem apertadinho assim... a caçamba vinha em tempo de virar.[...] Nós fomos dos primeiros moradores...em setenta e dois [1972] [...]. aqui não tinha casa... nós morava debaixo de umas mangueiras, ali onde hoje é o Sobral [Mercantil] e ainda hoje tem umas mangueiras... pois é... tinha umas lonas pretas e a gente ficava debaixo delas o dia todinho. Aí, como eu tava grávida, desocuparam um alojamento pra mim ir... que era umas casinha feita de taipa, até que terminaram de lotear. O meu lote era o lote nove, lá perto de onde hoje é o Centro Comunitário. Aí nós recebemos e fomos fazer nossa casinha lá... a gente pagava... era bem pouquinho que a gente pagava pra Prefeitura... eu acho que era dez cruzeiros.

Eu me lembro que a Associação [ASMOCONP] era de taipa. Me lembro do povo carregando tijolo e telha pra construir e que passou por muitas mãos, até chegar na mão da M.[Diretora da ASMOCONP], mas eu não era envolvida nessa época, não. A única coisa que eu fiz pela Associação foi me juntar com um grupo de mulher e fomos lá pra Assembléia [Legislativa], com umas faixas na mão, pedindo policial e a construção da Associação. E foi assim que começou a Associação. A M. carregou tijolo na cabeça, bem magrinha... aí foi que o J [Coordenador do Banco Palmas] entrou e

ajudou ela. Nessa época eu não participava porque o meu marido não deixava.

Em 1999, uma vizinha a convidou para participar de um curso de aproveitamento de retalhos, que estava ocorrendo na ASMOCOMP. Foi quando conheceu a Incubadora Feminina.

Aí, como eu vivia em casa só sentada numa cadeira, triste, com depressão, a minha vizinha me chamou para ir fazer esse curso. Aí aprendi a fazer “fuxico” e daí por diante eu fiquei na Associação até hoje... não saí mais... fiquei curada da depressão, fui orientada, tive um atendimento [médico] [...] Fiquei na Incubadora Feminina, que é um projeto pra mulheres que tãõ no alto risco: que apanha do marido, que tá com dificuldade – luz cortada, água cortada – e que não tem homem pra trabalhar mais, que tá acabada... aí ela vai pra Incubadora e a mulher passa por muita experiência: eles ensina, ajuda ela a sair daquela dificuldade.

Naquele momento, situação de risco social na qual se encontrava, enquanto mulher chefe de família, desempregada e pessoa que convivia com o alcoolismo – agora não mais do marido, que havia morrido, mas dos filhos -, garantiu o acesso à Incubadora.

Eu entrei lá sem rumo na vida e saí de lá sendo uma empresária, porque hoje eu tenho a minha pequena empresa, trabalho pra mim mesmo, não trabalho pra ninguém. E ainda ajudo as pessoas que necessitam de ajuda. Eu não ajudo com dinheiro, porque eu não tenho, mas ajudo com palavras, com carinho, que é o mais importante. Às vezes a pessoa tá caído e escuta uma palavra de conforto, aí levanta e segue em frente.

Ela foi uma das integrantes da primeira turma da Incubadora Feminina (2001) e que contribuiu, com o repasse da experiência adquirida, em alguns momentos da segunda turma, sobretudo, em relação à convivência no grupo e na capacitação profissional, ensinando a fazer bolsas artesanais com pequenos retalhos de tecido, utilizando uma técnica chamada de “fuxico”. A partir daqui, pedi que ela narrasse as principais atividades realizadas na Incubadora.

Era dez mulher na primeira incubadora. Eu fui incubada e tive todo atendimento que uma mulher precisava: fiz exame, da cabeça aos pés... e nós tinha três refeições por dia – o café da manhã, o almoço e uma merenda, de tarde. Fiz também treinamento de corte e costura...e ajudei a criar a Palmafashion. A M. [dirigente da

ASMOCONP] viu a dificuldade que tinha das mulher da Incubadora de vender as roupas que tava fazendo, aí ela ajudou nós a criar a Palmafashion. [...] Não tinha lugar e nem máquina pra todo mundo. Aí umas costurava em casa e outras ia pra Associação... aquelas que não aprendeu a costurar ia ficar na lojinha, pra vender as coisas que a gente fazia. E não se acabou. Tá lá até hoje a lojinha.

Ela conta que o nome da grife popular foi definido numa reunião e foi proposto pelo Coordenador do Banco Palmas e que contou com o apoio de todas. Não só as dez mulheres participantes da Incubadora, mas outras costureiras mapeadas pela Associação. Ao todo, ela disse que estavam presentes cerca de trinta mulheres, pois, a estratégia era a de fortalecer o grupo por meio da troca de experiências, entre aquelas que já eram reconhecidamente qualificadas e aquelas que estavam na fase de aprendizagem. Essa simbiose originou o primeiro grupo produtivo que atuaria na lógica solidária de inclusão. Só que as dificuldades não tardaram em chegar. Hoje, estão integradas ao grupo cerca de 15 costureiras, atuando como faccionistas e tirando uma remuneração mensal que varia de meio a um salário mínimo, conforme o trabalho executado.

Em 2003, ela passou a coordenar o grupo de mulheres que produzia artesanato, chamado de Palmart.

Eu fui coordenar a Palmart em 2003. [...] Foi assim: cada pessoa que tivesse feito a sua arte ia vender os produtos lá [na Associação]. Aí eu fui de casa em casa pra conversar com as mulheres e chamar pra trabalhar junta, aí falei com o J [Coordenador do Banco Palmas] e disse que tava com dez mulheres trabalhando. E eu sou a responsável por aquele trabalho ali dentro, até hoje.

Ainda com relação ao período de ‘incubação’, ela avalia como positivo a experiência adquirida nos aspectos da qualificação profissional, da valorização do trabalho e as vivências terapêuticas. E, como principal dificuldade, o fato de ter sido indicada para mediar os conflitos da convivência com o grupo de mulheres da segunda turma da Incubadora. Ela foi designada para facilitar alguns momentos e, por várias vezes, pensou que não fosse conseguir.

Eu aprendi muita coisa... foi lá que eu aprendi a valorizar o que eu faço, o meu trabalho... o artesanato...os meus fuxico...eu me sinto uma pessoa realizada e preparada pra enfrentar qualquer tipo de dificuldade, com certeza. Eu não fico mais parada, nem vou morrer e nem ter depressão. Hoje eu tenho força pra enfrentar. [...] outra coisa

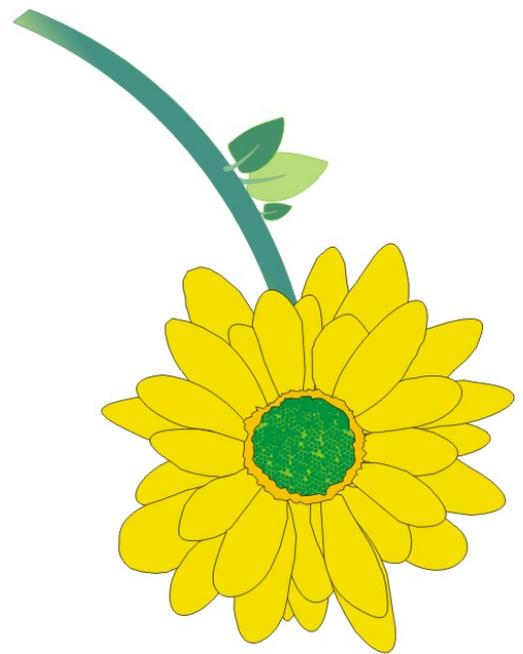
importante foi saber que eu posso ajudar as pessoas, conviver com as pessoas, sem preconceito e saber que pra isso não precisa ter dinheiro, precisa é de amor. [...]. Quando me disseram que eu ia participar da segunda Incubadora e que ia ficar responsável pra aconselhar as mulheres... porque eu tinha passado pela primeira incubadora e tinha que passar a experiência pras outras...isso foi difícil... tinha dia que eu pensava que eu não ia resistir, porque uma dizia uma coisa e a outra dizia outra... e eu ia ter que acalmar essas mulher. Enfrentar, como eu cheguei a enfrentar ali uma com a tesoura em cima da outra dizendo que ia dar [bater] na outra no meio da rua e eu ter que me meter, chamar pra conversar uma e a outra, botar pra pedir desculpa... saber porque uma tava chorando, ou porque chegou triste, porque não quis ficar no grupo hoje e tava num canto só... aí eu ia perguntar o que tava acontecendo, se ela queria desabafar. [...] mas o bom é que eu saí vitoriosa, todo mundo saiu gostando de mim. Hoje em dia todo mundo gosta de mim. Quando tem uma dificuldade elas vem me perguntar.

Ela foi uma das pessoas que se engajou em outros projetos encampados pela ASMOCONP. Nesse sentido, participou de Clubes de Troca com Moeda Social, Projeto Fomento (que criou uma moeda circulante local, chamada palmas), Feiras, Fóruns, entre outras atividades.

Eu participei de muitos Clubes de Troca e eu gostava. Ele é uma coisa tão importante aqui pra nós... muitas vezes eu saía de casa sem ter nada pra dar de comer a meus filhos e voltava com comida. Às vezes eu levava uma bolsa, uma peça da roupa e voltava com o arroz, com o feijão. [...] Funcionava assim: eu levava uma bolsa, por exemplo, aí dizia quanto vale essa bolsa? Aí dizia vale “tanto”, aí eu trocava por aquilo que eu tivesse precisando. [...] os palmares [moeda social] que a gente recebia ali não era mais do Banco [Palmas], era da comunidade. Se eu levasse uma coisa de [no valor de] dez palmares, eu podia trocar por o que eu tivesse precisando, até interar os dez palmares. [...] Eu peguei um empréstimo de duzentos palmas. Foi bom porque é aceito nos mercantis, nas topics [transporte alternativo] e quando precisa trocar por real [moeda corrente] eles também trocam lá no Banco.

Atualmente, ela trabalha revendendo roupas *unissex*, o que lhe garante uma renda de aproximadamente meio salário mínimo. Assim como Rosa d'Ália, ela também atua como voluntária numa Creche Comunitária, no bairro. Ela dedica uma média de cinco horas diárias ao trabalho voluntário, pois, aos 61 anos de idade, ainda é a mantenedora de sua família, que hoje agrega filhos e netos, totalizando treze pessoas. Só o filho mais velho é que faz alguns “bicos” de servente de pedreiro, ocasionalmente, e contribui com a renda familiar.

Ela diz que o trabalho que mais gosta de fazer é costurar, e que sonha em montar uma pequena confecção. Ela teve acesso a um microcrédito produtivo concedido por um órgão ligado ao Governo do Estado. Para ela, o significado do trabalho está associado à satisfação pessoal, é uma atividade geradora de auto-estima e também é o meio para se conseguir renda e poder proporcionar uma vida digna à família: *“Pra mim é como um lazer, um divertimento. Não é um dever, uma obrigação. Eu me sinto muito bem quando estou trabalhando”*.



*Fig. 30 – Margarida
Atelier Digital*

2.2.5. Relato de Vida – Margarida

Margarida nasceu no Conjunto Palmeiras, em 18 de agosto de 1982. Ela está com 23 anos de idade e iniciou seu relato falando da sua infância, lembrando da rua onde morava, com os pais e os três irmãos (dois meninos e uma menina), na Rua Dalva de Oliveira. Já aos seis meses de vida foi para a Creche Comunitária do bairro, de onde saiu aos seis anos, pois os pais trabalhavam fora – a mãe era enfermeira e o pai consertava geladeiras. Relatou também as brincadeiras: gostava de brincar de bonecas com um vizinho que tinha a mesma idade. Brincava também no Canal de Drenagem (obra que passava em frente à sua casa e que atravessa quase todo o Conjunto Palmeiras):

A gente corria dentro do Canal, se danando... e na época a gente morava perto da Associação [ASMOCONP], lá na [Avenida] Val Paraíso. A mãe fazia lanche pro pessoal que trabalhava lá. Eles estavam lá em casa todo dia, porque eles chegavam muito cedo e a mãe fazia caldo pra eles merendar de manhã. A gente fez amizade com eles até hoje.

Além do Canal de Drenagem, ela mencionou outras obras recentes que promoveram a urbanização do bairro, como a construção de escolas e da Associação de Moradores (ASMOCONP): *“Eu lembro da reforma do Mercado. Depois, desmancharam o Mercado e construíram o Marieta [Escola Municipal Marieta Calls]. Teve a modificação da Associação, que também foi reformada... era bem pequenininha... mas eu lembro.”*

O início de sua adolescência foi marcado pela separação de seus pais, quando ela tinha 11 anos. Foi numa noite de Natal, quando seu pai tentou assediá-la sexualmente:

A causa [da separação dos pais] foi praticamente por minha e dele, foi quando eu tinha onze anos... era noite de Natal, a mãe acordou e ele tava tentando abusar de mim quando eu tava dormindo. Aí a mãe separou dele por isso [...] ele era meu pai de verdade... só que ele tava bebo. Aí quando eu me acordei foi com aquela briga. Ninguém me disse porque tinha sido. Quando eu vim saber foi dias depois. A mãe tinha me dito que é porque tinha pegado ele com outra mulher. Ela teve medo de eu ficar revoltada, alguma coisa. Ela deixou ele até hoje! [...] Até hoje eu não considero ele meu pai, eu passei um monte de tempo sem falar com ele. Os meus irmãos já falam com ele, mas eu não!

O conflito estabelecido com o pai perdurou até hoje, pois ela afirma que não consegue perdoar, ou, sequer falar com ele. Sua mãe age da mesma forma e ela fala com orgulho da postura assumida por ambas. Para ela, a mãe é um símbolo de resistência, de mulher batalhadora, “chefe de família”, que conseguiu criar os filhos com dignidade, mesmo sem contar com a ajuda do pai.

A mãe foi quem sempre trabalhou pra sustentar nós. [...] Primeiro a mãe foi professora. Aí com o dinheiro que ela ganhou, ela foi juntando e pagou o curso de enfermagem [curso técnico de auxiliar de enfermagem] e se formou. [...]. Toda vida foi ela que sustentou a casa porque o Pai bebia, pegava o dinheiro e gastava com mulher.

Em se tratando da sua adolescência, ela resgata que, com apenas 14 anos de idade, viveu a primeira experiência com a vida conjugal, quando o namorado foi morar com ela, na casa de sua mãe. Essa relação não durou e, no ano seguinte, ocorreu a separação, perpassada por intensos conflitos. No entanto, logo em seguida, conheceu o atual companheiro, com quem vive há oito anos.

Com 14 anos eu fui morar junto com uma pessoa [...] ele tinha 23 anos e nós fomos morar na casa da mãe. Não durou nada porque com 15 anos eu deixei ele e com 16 anos eu conheci o J e até hoje, vai fazer 8 anos. [...] Eu nunca me interessei em casar, não. Na época, foi uma revolução em casa, porque só tava a gente [sem a presença masculina do pai] e o povo falava. Mas aí ele disse que ia me assumir. Mas aí não dava certo porque ele era uma pessoa envolvida com droga e não rendeu. E ainda teve uns problemas dele com a Mãe, aí eu deixei ele. Eu tinha que escolher entre ele e a minha mãe e escolhi a mãe.

Da mesma forma que as demais mulheres entrevistadas, ela conta que também deixou de estudar quando se casou e teve sua filha, alegando que os cuidados com a criança a impediram de continuar a estudar e trabalhar. Atualmente, o companheiro é o principal responsável pela renda familiar. “Eu ainda fiz até o 1º Básico [Ensino Médio Incompleto] (...) e trabalhei de babá um tempo... mas aí a J. nasceu e eu fui ser babá dela.”

No momento da entrevista o companheiro dela estava rebocando uma das paredes do muro da casa. Logo que ele saiu para apanhar a filha na Creche, perguntei sobre a separação deles, ocorrida em 2001, pois ela havia dito, anteriormente, que tinha ingressado na Incubadora Feminina porque estava sendo chefe de família.

Nós tivemos umas desavenças, mas nunca separamos total. [...] Ele dava as coisas pra ela [filha], mas tinha as coisas pra mim, que eu queria comprar. Mas eu vou começar do início: da causa da separação: é porque ele tinha arrumado outra pessoa, aí eu soube e aí a gente separou. A J [filha]. tinha 26 dias quando a gente separou, mas sempre ele vinha. Na hora que eu ligava ele vinha, me ajudou a cuidar dela. Quando eu tava trabalhando quem cuidava dela era a família dele. Aí depois a gente se ajeitou e estamos juntos até hoje.

Embora conforme seus relatos, ser mãe tenha sido algo desejado, foi também desafiador, pois sua filha nasceu num momento de conflito conjugal.

Eu tive a J. com dezessete anos. Eu já tinha uma estruturazinha, já tava com o J.[companheiro] fazia um tempo, a gente já tinha uma casinha e eu achei que tava na hora de ter um filho, aí tive ela. Hoje eu tô com 23 e ela com 6. [...] No começo foi difícil porque eu nunca tinha me relacionado com ninguém pra ter filho... quando a gente é só é mais fácil. Depois eu fui me acostumando. E eu tive que trabalhar. Eu trabalhava de manhã e só chegava em casa de noite e ia pegar ela na casa da mãe dele.

Após o nascimento da filha, enquanto esteve separada do marido, conta que “teve que trabalhar” e que seu primeiro contato com o mercado de trabalho se deu em função desta situação, pois o ex-companheiro passou a contribuir exclusivamente com o sustento da filha.

Diante da situação de desemprego e com uma filha para criar, ela buscou oportunidades. Nessa busca, deparou-se com a proposta da Incubadora Feminina. Soube por uma tia, Jasmim, que a ASMOCONP estava com inscrições abertas para a segunda turma da Incubadora e foi fazer a sua inscrição. A caracterização do risco social se deu pelo fato de que ela estava assumindo a chefia da família.

Sobre o termo “incubadora de mulheres”, ela destaca que, de início, não compreendeu bem do que se tratava, mas depois entendeu:

Logo no começo eu não entendia não. Aí eu perguntei pro J. [Coordenador do Banco Palmas] e ele me disse o que era: ele disse que você vai pra lá porque você tá com um problema. O bebê vai pra incubadora quando ele nasce com um problema, né? Aí de lá ele vai sair quando ele tiver forte, quando puder enfrentar a vida. Do mesmo jeito era a gente. A gente foi pra lá com problema, pra quando sair e já tiver forte poder enfrentar as coisas. Aí foi quando eu fui entender o que era incubadora. E feminina porque era só de mulheres. A gente fica seis meses lá até ter mais força pra sair e conseguir enfrentar a vida.

Ao relatar o modo como se deu o processo de incubação ela afirmou que havia conseguido receber a tal força, através das várias atividades que teve a oportunidade de participar. Conforme narra, os conhecimentos adquiridos e as amizades que fez são as principais marcas deste período.

Eu aprendi muita coisa! Conheci pessoas boas. Tinha as festas, tinha os passeios [atividades externas, como visita ao Dragão do Mar, etc.]. A gente conheceu muita coisa que a gente não conhece. Quando era aniversário de uma e de outra a gente comemorava. [...] Tem que aprender a conviver, porque às vezes a gente julga e depois da convivência é que a gente vai ver se a pessoa é uma pessoa boa. Eu fiz muita amizade e que continuam até hoje. [...] Tinha as professoras – a S., a C. [...] teve umas meninas que vieram pra dar umas aulas sobre doenças sexualmente transmissíveis. Eu gostava... Teve muita gente ali que está trabalhando de corte e costura [costureira]. Eu é porque não gosto de costurar. Meu negócio é mais mexer com a mão, com artesanato. [...] eu também não gostava muito de fazer os fuxico. Eu gostava mais das flores, das pinturas, trabalhar com jornal. E eu faço até hoje. Quando eu tenho um tempinho eu faço.

Por vários momentos da entrevista, ela mencionou que “*o problema de uma era o problema de todas!*”, referindo-se às relações solidárias estabelecidas no grupo.

Tinha delas ali que sofria demais, que tinha um monte de filho e apanhava do marido. Tinha dia que elas dizia que não tinha deixado nada em casa... e aquilo toca na gente. Aí a gente procurava ajudar, a gente fazia uma feirinha. Tinha delas que bebia... teve uma que chegou a perder um filho... e a gente também ajudava. E também quando eu me separei elas me deram muita força... conversavam muito comigo. E às vezes só na conversa a gente resolve os problemas.

Do período que passou na Incubadora, além do destaque para as Oficinas e vivências realizadas, conta da experiência de organização de grupos produtivos, a qual lamenta não ter vingado.

Teve uns grupos produtivos que deram certo lá: o de costura, por exemplo [a Palmafashion]. Mas só que eu não fiquei. Teve muita mulher que não se identificou com a costura. Era mais o artesanato... o pessoal da 1ª Incubadora foi que se engajou na Palmart. Só ficou a Jasmin e a Hortência, da 2ª. A gente ainda andou fazendo uns tempos, mas não fez mais. Eu fiquei no grupo mais a D.Bonina e a D.Tulipa. [...] Isso foi um ponto negativo da Incubadora. A gente achou que quando terminasse o período da incubadora a gente ia se organizar um grupinho pra gente trabalhar, né? Só que a gente não teve essa oportunidade... muitas desistiram também...aí sem o grupo

não teve como a gente continuar... teve umas que arrumaram emprego... aí de pouquinho em pouquinho foi se desfazendo... tudo desgarrado.

Ela atribuiu o fracasso do grupo a pouca habilidade do grupo e à carência de incentivos para a comercialização, pois não dava para se restringir ao bairro. Mais adiante, identifica outros motivos, associados à forma como se deu a participação das mulheres no momento da divisão de tarefas:

O grupo não deu certo porque a gente fazia, mas não sabia vender, não sabia pra onde levar [possíveis canais de comercialização] e no bairro aqui tudo é difícil. A gente não tinha ninguém que levasse a gente pra fornecer pra alguma lojinha e aqui o pessoal não se interessou. A gente não conhecia ninguém pra levar pra outros cantos [...] Acho que no nosso grupo faltou organização. Tinha tudo pra dar certo, mas não deu, né? Tem tantos outros grupos lá que ainda tão lá. [...] Foi trabalhado tudo pra que quando a gente saísse de lá formar o grupo, tanto na parte do dinheiro, que tinha como arrumar; tinha tesoureiro, que cuidava do dinheiro, mas na hora mesmo faltou organização. [...] A gente até pensou em vender na Beira Mar, mas elas já colocaram argumento, que não podiam ir, que o marido não deixava; aí tinha outras que não podiam ir porque tinha os filhos. Ficou sempre uma jogando pra outra e ninguém se responsabilizava por nada.

Ao resgatar a discussão sobre os entraves na organização dos Grupos. Produtivos, lembrou-se da questão do acesso ao crédito e do apoio dado pela Associação (ASMOCONP).

A gente foi lá no [Banco] Palmas e a Dona M. forneceu um crédito pra D.Bonina. Aí com esse dinheiro a gente comprou o material pra fazer as flores [de meias de seda]. [...] A gente ia lá pra casa da D.Bonina. a gente fez tudinho, trabalhou... só que não teve saída. Aí a gente pegou o dinheiro e investiu na parte da comida. A gente ficou com uma barraca de vender lanche. [...] Aí foi a mesma coisa. Todo sábado tinha que ir duas pessoas... aí tinha dia que era eu e D.Bonina, depois a D.Tulipa e a D.Bonina... aí tinha dia que as outras não queriam ir. Aí ficava sempre uma jogando pra outra. Aí a D.Bonina passou por uns problemas... depois a D.Tulipa... aí depois eu também. Aí a gente não foi mais. E até que vendia bem.

A semelhança é notória com a fala de Bonina, tanto na argumentação acerca da organização do grupo e dos principais problemas, quanto na relação estabelecida com a Associação após a passagem pela Incubadora.

Eu não fui mais lá [na Associação]. Eu ia só pras feiras com a J. [filha], porque os meninos fazia show de palhaçada. De vez em quando ainda tem [...]. Mas eles dão mais oportunidade pra quem tá lá dentro. No caso da gente que tá de fora, é mais difícil. [...] Um curso, uma coisa. Eu me inscrevi e nunca consegui. Ah! Teve o Flor de Mandacaru [Projeto integrante do Programa de Nacional de Qualificação do Trabalhador, da Central Única dos Trabalhadores, financiado com recursos do FAT], que foi um supletivo. Esse eu fiz e tenho certificado. Foi muito bom aquele projeto. Eu gostei muito.

Segundo seus relatos, ter participado da Incubadora contribuiu para o seu amadurecimento pessoal, sobretudo, com relação à convivência familiar e com grupos. E conclui, citando que ter passado pela Incubadora proporcionou uma série de transformações na sua vida.

Na parte de convivência [das relações interpessoais], eu era muito assim... se eu não gostasse da cara daquela pessoa, pronto! Aí depois da convivência eu aprendi que a gente tem que conhecer. Teve muita gente ali que eu não gostava de jeito nenhum e depois que eu passei a conviver foi que eu fui gostar. A gente ia nas casas delas. Até hoje tem gente que a gente visita e se encontra na rua, parece que é da família. (...) Olhe, significou muita coisa pra mim... primeiro porque conheci as pessoas melhor, outras coisas que eu não conhecia, pessoas que vinham de fora pra passar informação pra gente, porque a gente não tinha essa oportunidade, nem na parte profissional, nem na parte sentimental, que era os problemas que a gente tinha, tinha a psicóloga... o tempo que a gente tava lá a gente tava seguro - vamos dizer assim - tinha uma estrutura lá dentro de apoio pra todas aquelas mulheres que estavam lá. Depois que a gente saiu de lá a gente não conseguiu andar. A gente só cresceu enquanto a gente tava lá... enquanto a gente tava ali foi uma vitória. Teve muita mulher que hoje tá trabalhando profissionalmente de costureira, muitas mesmo [citou duas colegas egressas da 2ª turma da Incubadora Feminina que estão trabalhando com registro em carteira].

Hoje ela contribui com o orçamento familiar revendendo bolsas artesanais, o que lhe proporciona uma renda média de setenta reais mensais, os quais, somados à renda do marido e a um benefício social que a filha recebe – Bolsa Família, no valor de sessenta e cinco reais - totaliza um salário mínimo, aproximadamente. Ela disse, ainda, que o trabalho que mais gosta de fazer é cuidar de criança, e que sonha em fazer um curso de enfermagem e conseguir um “trabalho de carteira assinada”, o que, para ela, é a forma ideal de inclusão social pelo trabalho – *“com a carteira assinada a gente sabe que vai ter um dinheiro certo todo mês. Isso dá mais segurança.”*



*Fig. 31 – Rosa d'Ália
Atelier Digital*

2.2.6. Relato de Vida – Rosa d'Ália

Rosa d'Ália nasceu no dia 20 de setembro de 1958, no município de Sobral, interior do estado do Ceará, onde passou a infância, morando com os pais. Ela fala da situação de miséria em que viviam, na zona rural, habitando uma área que costumeiramente passava por inundações. Ela, na sua inocência de criança, achava tudo muito divertido.

Quando a gente acordava era a água levando tudo... a gente se segurava nos pau pra água não levar. E eu era pequena e não entendia nada, achava aquilo tão bom... uma vez eu pedi pra mãe me levar pra morar no rio... depois é que eu fui entender que quando acontecia aquilo era ruim.

Sua família era composta por dezoito irmãos, dos quais morreram quatorze, ainda pequenos – “quase todo mês morria um, de diarreia, daquelas doenças de menino pequeno e de fome mesmo, porque ninguém tinha o que comer”. Sobreviveram quatro meninas, e cada uma tomou um destino diferente. Hoje estão desgarradas, uma em cada canto do país, pois o pai doou cada uma para uma família diferente. Hoje ela só sabe notícia de uma irmã, a mais velha, chamada Fátima, que também mora em Fortaleza, no bairro Parque Manibura.

Ela narra que sua família foi dizimada porque sua mãe sofria de problemas mentais devido a uma agressão física sofrida durante o resguardo de um de seus irmãos e, por isso, não conseguia mais cuidar dos filhos.

O pai bateu na mãe quando ela tava de resguardo aí ela enlouqueceu. Aí ela não sabia dar alimento a nós... ela andava com a gente a noite todinha no meio da rua, na chuva... aí os policial prendia a gente, levava pra cadeia pra dormir lá e ficar guardado. Quando o dia amanhecia, o pai vinha buscar a gente. (...) O pai deu cada um filho pra uma pessoa, porque a mãe vivia no hospital e não tinha mais condição de criar...os quatro que ficou ele deu tudinho e foi se juntar com uma mulher lá em Camocim. Eu não conheço nenhum, só vim conhecer uma irmã minha quando eu tinha 15 anos. Ela mora aqui no Parque Manibura, mas os outros eu não conheço não. Não sei nem se tão vivo.

Quando moravam na zona rural, sobreviviam da caça e da agricultura. Mas quando vieram para a sede do município, o pai conseguiu um emprego numa padaria, o qual mal dava pra sustentar a família. Com o falecimento da mãe, quando

ela tinha doze anos, ela e as outras irmãs foram também em busca de ocupação, em casas de família, como empregadas domésticas.

Eu bem pequenininha já tava nas casas trabalhando de empregada doméstica, porque o pai tinha medo que acontecesse alguma coisa com nós se nós ficasse no meio da rua... como aconteceu com ela [a mãe]: que foi *estrupada*. Ela teve um filho ainda e ninguém sabe nem de quem foi, porque foi no meio da rua. Aí eu fiquei bolando de casa em casa.

Ela conta que nunca teve um brinquedo e que não teve oportunidade de brincar, pois desde muito cedo já começou a trabalhar para se sustentar: Eu comecei a trabalhar com sete anos... já fui ser babá de menino... eu nem podia direito com o menino... era pra poder comprar as coisa pra mim – uma chinela, uma calcinha, porque não tinha quem me desse.”

Ela sonhava em vir embora para Fortaleza, “pra sair daquela vida”, sempre sob o julgo dos outros – referindo-se às humilhações que passou nas casas onde trabalhou. E assim o fez, com apenas treze anos de idade, quando o pai tentou obrigá-la a casar-se com um homem que mal conhecia. Foi então que ela decidiu “fugir” e, para isso, contou com apoio de uma professora, que lhe passou o contato de uma família que poderia apóia-la.

Eu com 13 anos o pai queria que eu casasse com um velho de 40 anos, que era primo da minha madrasta. Aí eu disse a ele que não ia casar, aí vim me embora... Fugi... vim de trem, com um endereço que a minha professora tinha me dado de uma casa que estavam precisando de uma pessoa pra trabalhar. Cheguei aqui [em Fortaleza] com 14 anos.

A menina que não obedeceu ao pai fugiu para a capital, de trem. Juntou algumas poucas coisas que tinha e com o dinheiro que conseguiu economizar durante um ano de trabalho, pegou um táxi em direção ao centro da cidade e chegou ao endereço de uma família, que a acolheu e onde morou durante seis anos.

A casa onde foi morar era grande e o trabalho era exaustivo, pois sua patroa tinha quatorze filhos, todos morando com ela. Lá ela não tinha salário; trabalhava em troca do seu sustento e do teto que a abrigava. Uma ou duas vezes por ano, davam-lhe roupas usadas, aquelas que ficavam entulhadas no guarda-roupa e que não serviam mais.

Foi nessa época que recomeçou a estudar, na Escola dos Merceeiros, onde cursou até a 5ª série do ensino fundamental. Até então, não sabia ler nem escrever, pois, na cidade onde morava, não tinha tido a oportunidade de frequentar a escola, mal sabia “desenhar” o nome: “a minha patroa botou eu pra estudar na escola dos Merceeiros, ali perto da Praça do Carmo. Eu nunca tinha tido escola na vida. Aí eu comecei a estudar.”

Foi na escola que conheceu o seu marido, o primeiro amor, com quem namorou durante cinco anos, casando-se aos dezoito anos de idade, sonhando, sempre, com uma vida melhor. Nessa época, final da década de 1970, ela morava em Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza. Foi lá que engravidou de sua primeira filha e experimentou uma das situações mais difíceis de sua vida. Recém-casada e ainda apaixonada, ela conta que o marido não quis vê-la durante os nove meses da gestação: *“ele me antojou e não pisou em casa os nove meses... era só farreando dia e noite... às vezes mandava só o dinheiro das compras, por um primo dele”*.

Diante daquela situação, ela teve que continuar trabalhando de empregada doméstica, mas desta vez não só por causa da renda, mas também para ocupar a mente, pois temia ficar com problemas mentais, como sua mãe.

Em 1980, ela, o marido e a filha saíram de Maranguape e vieram morar no Conjunto Palmeiras.

Eu só passei um ano em Maranguape, aí em oitenta eu vim pra cá [Conjunto Palmeiras]. A gente comprou um terreno aqui... aí construiu um vão, de taipa. Quando era no inverno chovia, derrubava tudo, ficava só os pau enfiado e a gente cobria com uns plástico pra não se molhar. Naquele tempo, a gente tinha que comprar o terreno e construir logo... eu paguei cinco anos o terreno... lá numa fundação que ficava ali perto da Ordem Social. Aí tinha que fazer as casa de qualquer jeito e era até o pai da Hortência que fazia pra gente.

Conforme seus relatos, o bairro estava em construção e não dispunha de infra-estrutura urbana.

Na rua que eu morava era só lama... não tinha luz, não tinha ônibus, não tinha nada... não tinha água encanada, tinha que comprar água daquele pessoa que vendia água nas porta. Até na lagoa de Messejana a gente ia lavar roupa (...) Eu me lembro que a Associação [ASMOCONP] era bem pequeninha, tava começando, era de taipa.

Ela conta que “*pelejou muito pra que o casamento desse certo*” e ainda passou mais de vinte anos casada, mas, quando teve o último filho, hoje com oito anos de idade, decidiu que não dava mais. E, após tomar esta decisão, ele começou a agredi-la fisicamente.

Quando eu tive esse meu menino mais novo eu tive um eclampse e o doutor disse que eu não podia ter mais filho, porque eu podia morrer. E o F. [marido] não queria usar nada [métodos anticoncepcionais], não queria que eu tomasse comprimido. Aí como eu não quis mais ele e botei ele pra fora de casa porque ele só vivia bebo, ele começou a dizer que eu tinha outro homem e começou a me bater.

Nesse período, passou a trabalhar numa Cooperativa de Beneficiamento de Castanha, para sustentar os seis filhos e o ex-marido, que vivia sob o mesmo teto, mas não estava contribuindo com o orçamento familiar, porque estava desempregado. Foi quando soube pela Dona Jasmim, que ia haver um Projeto na Associação, só para mulheres. A situação de risco social na qual se encontrava naquele momento, enquanto mulher chefe de família e pessoa que convivia com alcoolismo e agressões físicas constantes, garantiu o acesso à Incubadora. Ela conta que no início, não entendia muito bem como era o processo de “incubação”, mas que depois se identificou: Eu achava esquisito esse negócio de incubadora... aí a Dona M [Presidente da ASMOCNP, na época] disse que era pra aquelas mulheres que não tinha marido, que não tinha emprego... aí quando ela me explicou eu achei que eu era direitinho o que ela tava falando.

Ao relatar as atividades realizadas na Incubadora Feminina, ela destacou as terapias, a qualificação profissional, o atendimento médico, no Posto de Saúde e a alimentação. Na época, ela estava obesa e chegou a pesar mais de cem quilos. Quando saiu de lá havia perdido cerca de dez quilos, pois teve acesso à alimentação balanceada.

Quando a gente chegava de manhã fazia ginástica, depois vinha as psicólogas e botava a gente pra se deitar, relaxar, dançar... tinha aqueles momento... aí depois chegou as máquina aí a gente foi aprender a cortar, a costurar... eu aprendi a costurar lá. Só não aprendi a fazer calça de homem... eu aprendi mais foi roupa de criança e hoje eu faço mais é roupa de criança [...] tinha também a parte das merenda, do almoço... era muito bom...tinha advogado...elas levava nós pro Posto [de Saúde] pra medir a pressão, pesar. Eu era mais gorda do que não sei quê, pesava

110kg e hoje eu tô com 80... se tivesse doente, tirava uma ficha e não precisava ir pra fila de madrugada... fazia prevenção [do câncer ginecológico]. Tinha os passeios também... uma vez a gente foi pra praia... teve também um negócio de plantar verdura [Laboratório de Agricultura Urbana]... a gente plantou o primeiro canteiro... cada dia era um grupo diferente que cuidava... aí a gente aguava, catava as folhas secas... A gente fazia pesquisa de preço das coisas no mercantil pra aprender a economizar. A gente aprendeu até sobre a Palmeira [Conjunto Palmeiras], quando começou, como foi que aconteceu. Era muito bom.

Ainda com relação às vivências do período de ‘incubação’, ela avalia como positivo todos os conhecimentos adquiridos e como negativo o fato de não ter havido isonomia de tratamento entre a primeira e a segunda turma. Aquela havia recebido incentivos materiais para iniciar a produção.

Eu aprendi muita coisa... conheci muita coisa que eu não conhecia... e o negativo foi que a gente soube que a primeira turma ganhou umas máquinas pra trabalhar e a gente pensou que ia ganhar também. A gente pensou que ia ter as mesmas coisas que teve pra primeira Incubadora, só que não teve... eu acho que é porque mudou de prefeito aí não deu mais certo.

Ela foi uma das pessoas que não se engajou em grupos produtivos, pois, à época, estava se separando do marido. E, nesse sentido, obteve apoio da Associação de Moradores, tanto para a construção de sua nova casa, quanto no acompanhamento jurídico da separação. Ela lembra que essa foi a fase em que ele mais lhe bateu, pois ela passava o dia inteiro na Incubadora e à noite ia trabalhar na Cooperativa de Castanha.

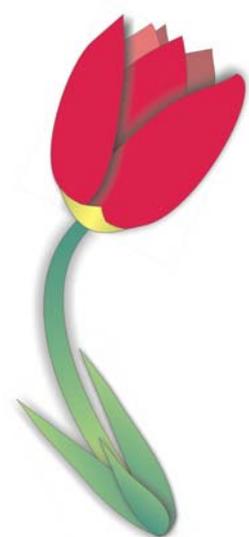
Ele dizia que eu ia pra Incubadora atrás de homem. Quando eu tava lá na Incubadora foi o tempo que ele mais me bateu. Aí eu não agüentei mais. Teve um dia que eu cheguei de lá e ele me bateu por causa de um som que meu filho tava consertando. Ele disse que tinha sido lá que eu tinha arranjado e que tinha sido um macho que tinha me dado. Ele deu tanto em mim, de murro, que eu fiquei toda roxa. Aí foi quando eu fui pra delegacia pra dar queixa. Mas não deu em nada. Fui pro IML fazer aquele exame, fui não sei quantas audiências, até que um dia ele mesmo foi quem quis sair de casa. Aí eu derrubei o quartinho dele, lá no quintal, pra ele não voltar nunca mais.

Atualmente, ela trabalha costurando e vendendo roupas infantis e revendendo roupas unissex, o que lhe garante uma renda de aproximadamente

meio salário mínimo. Atua também como voluntária numa Creche Comunitária, no bairro. E conclui, afirmando que ter passado pela Incubadora permitiu que ela adentrasse numa outra fase da vida, sem medo e com mais autonomia e liberdade.

Aqui [na Creche Comunitária] eu sou a contadora de estórias. Eles adoram... a gente banha, veste, dá comida. Eu cuido de sete crianças. E eu gosto daqui. Eu vou em casa e ajeito uma coisinha pros meninos, faço minhas coisas e venho pra cá. [...] A minha vida era só aquela casa e aquele homem... eu só podia fazer aquilo que ele quisesse, tinha que obedecer a ele. E a minha vida era só aquilo. Depois da Incubadora foi que eu descobri a vida.

Ela diz que o trabalho que mais gosta de fazer é lavar e engomar roupas, pois “foi o *que eu mais fiz na vida*”. No entanto, sonha em montar uma pequena confecção e, para isso, já comprou uma máquina de costura, por meio de um microcrédito concedido por um órgão ligado ao Governo do Estado. Para ela, o significado do trabalho está relacionado a ocupação que gera auto-estima e também é o meio para se conseguir renda e poder proporcionar uma vida digna aos filhos.



*Fig. 32 – Tulipa
Atelier Digital*

2.2.7. Relato de Vida – Tulipa

Tulipa nasceu em 25 de fevereiro de 1954. A ênfase da sua fala é o conflito conjugal que está vivenciando nos últimos meses. Ela iniciou sua trajetória falando do lugar onde nasceu, numa pequena comunidade chamada Pesqueiro, próxima a cidade de Capistrano– *“fica uma légua e meia depois de Capistrano”*.

Aos cinco anos de idade saiu do *“sítio”* e *“veio morar na Rua”* – referindo-se à sede do município de Capistrano. Seus pais tiveram 12 filhos, só que a metade morreu, ainda na infância, e só se criaram seis – cinco mulheres e um homem. Ela era a caçula e morava com os pais e os cinco irmãos. Conta que a mãe era dona de casa e o pai era agricultor. Relatou a labuta sofrida na roça *“apanhando algodão”*, embora ela, por ser a mais jovem, não tenha sentido tanto isso na pele.

As [irmãs] mais velhas é que contam o sofrimento. Elas trabalhavam plantando, apanhando algodão, brocando, mas eu não. Eu lembro quando eu tinha uns 15 pra 16 anos e ia mais era deixar comida pros trabalhadores. Às vezes é que eu plantava...ela ia cavando e eu botando os caroços – eu e uma irmã. Era eu numa carreira e ela noutra.

Quando não estava na roça ela e uma outra irmã solteira ficavam em casa ajudando a mãe no serviço doméstico. Contou que as três irmãs mais velhas trabalharam numa fábrica de beneficiamento do caroço do algodão, que era um produto forte na época naquela região.

A juventude dela também foi toda vivida em Capistrano e ela conta com saudade as memórias das festas que foi, as tertúlias, e destaca que namorou bastante. No entanto, fez questão de frisar que casou-se virgem e que permanece casada há vinte e seis anos, o que corresponde a mais da metade da sua vida.

Ah! Eu namorei demais! Brincava, ia festa... a gente ia sempre acompanhada de uma pessoa. Aí quando a gente saía o Papai dizia:
- Olhe: o que acontecer fique por lá mesmo!
Eu, graças a Deus, só brincava. A gente brincava, chegava de madrugada, ia pras tertúlias... graças a Deus eu me casei virgem... e já vou fazer 26 anos de casada. Eu casei com 22 anos.

O marido era um amigo de infância, que se apaixonou por ela aos doze anos de idade. Ela, ao contrário, sentia um amor fraternal por ele. Mesmo diante

dessa incompatibilidade de sentimentos, o casamento acabou acontecendo e “de uns tempos pra cá”, vem “capengando”, em meio a várias rupturas.

A gente era amigo de infância. Morava tudo na mesma rua. [...] Eu com 13 anos e ele com 12... aí ele começou a mandar recado pra mim, mas aí eu disse pra ele que eu tinha ele como um irmão. Aí o tempo foi passando e ele apaixonado por mim e eu sem querer de jeito nenhum – mais antes não tivesse querido mesmo! Ele chegava perto de mim e eu cantava assim:

- Gosto de você como se fosse meu irmão...

Aí ele saía com raiva e passava uns três dias sem falar comigo. [...] Eu sei que no fim... nós namoremos, casemos e ainda hoje vive... assim, partes de tempo bom, partes ruim, médio, mas de um certo tempo pra cá ele não é mais do jeito que era. Ele não se exemplifica com as coisas que faz. A gente dá mais uma chance, passa um tempo aí depois ele faz de novo. Minha vida não tem mais sentido com ele.

Antes de casar, narra que freqüentava a escola e chegou, inclusive, a trabalhar formalmente, como telefonista, no Posto Telefônico da Cidade. Todavia, com o casamento e a incorporação dos papéis de esposa e dona-de-casa, e, posteriormente, de mãe, tornou-se inviável dar continuidade ao trabalho e aos estudos. Outro fator que contribuiu para a interrupção da trajetória escolar e profissional foi o fato de não fixarem residência, em função da ocupação do marido, que era caminhoneiro. A boa conduta de então era que “a mulher tinha que acompanhar o marido pra onde ele fosse”, mesmo que isso implicasse abdicar de seus sonhos.

Eu casei e parei de estudar. Viemos embora pra cá [Fortaleza] e fomos morar no [bairro] João XXIII. [...] Nós passemos um tempo ainda em Capistrano [quando casaram]. Eu trabalhando de telefonista e ele de vigia. Quando eu tive o Z., o meu menino mais velho, foi que a gente veio pra cá. Ele veio trabalhar numa firma que prestava serviço pra COELCE, naqueles carros que carregava poste. Passou um tempo aí ele saiu... aí eu voltei pro interior. Ele trabalhava viajando e pra eu não ficar sozinha em casa eu voltei pra Capistrano – eu tava grávida do meu outro menino, que hoje tem 24 anos. Depois eu fui embora pra Iguatu, porque a firma que ele trabalhava foi transferida pra Iguatu. Lá eu passei 9 meses, aí vim de novo pra Capistrano. Depois fomos pra Quixadá. Lá eu morei 3 anos. Lá ele trabalhava carregando pedra pra fazer calçamento. Aí de Quixadá eu voltei pra Capistrano de novo. Já por causa de mulher que ele arrumou. Morei mais 3 anos em Capistrano e depois viemos pra cá. Ele comprou essa casa aqui. Eu não queria vir. Ele me prometeu mundos e fundos... na época ele trabalhava viajando, na Ypióca [Indústria que produz aguardente de cana, localizada nesta capital]. [...] Tá com 13 anos que eu tô aqui [no Palmeiras] – foi em 1992.

A partir daqui a ênfase de sua fala foi o conflito com o marido, estabelecido em torno da infidelidade conjugal. Ela cita, inclusive, um ditado popular que afirma: “*não é só casa e comida que faz a mulher feliz*”. Isso porque, conforme narra, o marido sempre foi um bom provedor – “*nunca deixou faltar nada dentro de casa*”. Ressalta, ainda, entre as qualidades do marido, que ele nunca a agrediu fisicamente. Mas, ao expressar a mágoa de sentir-se “*traída*”, reflete e reelabora o seu discurso, considerando uma agressão, a forma como ele argumenta os motivos da infidelidade, imputando-lhe parte da culpa e fazendo ameaças, pois se sente excessivamente castigado.

Eu não sei nem explicar como foi que aconteceu... ele arrumou uma mulher - essa mulher era minha amiga - aí passou seis meses com ela, mas ele passava uns dias lá e aí vinha... ele ficou doido, doido, doido... ele vinha, passava cinco dias comigo e vinha com mil e uma conversa, dizendo que tinha deixado ela e depois se mandava de novo. Aí nisso foi um ano e seis meses. Aí aconteceu um desastre lá com eles [em off]. Aí ele voltou pra dentro de casa de novo... eu pensava que ele não ia mais fazer de novo e aceitei. Mas quando é agora ele já tá começando a fazer de novo... com ela não... com outras...sei que ele tá apaixonado. Ele é um homem fraco. Ele se apaixona facilmente e fica doente. Aí eu não tenho paciência porque ele fica negando, fica todo diferente, fica abusado com os meninos... Aí eu boto ele pra ir embora. Aí passa uns dias e ele vem de novo. Hoje mesmo tá com nove dias que eu botei ele pra ir embora... ele é muito mulherengo... e não é toda mulher que agüenta... só que ele não judéia. Ele nunca me bateu e nunca deixou de dar as coisas pra casa. Mas na hora que ele tá com raiva, só as palavras que ele diz magoa a gente... ele diz pra mim:

- Eu não gosto mais de você! Você não é mais do mesmo jeito [referindo-se à questão sexual, pois ela é estereotomizada e ele diz que ela ficou frígida]!

E eu não passo por baixo de jeito nenhum. Eu digo que também não gosto dele! Eu digo que não dá mais certo, que ele procure um canto pra ele. Agora mesmo ele tá morando na borracharia. Todo dia eu mando a comida, mas hoje eu mandei dizer pra ele que eu não vou mais fazer comida, nem vou mais mandar nada, nem lavar a roupa. O meu menino disse que ele disse que vem aqui hoje, mais tarde... aí quando ele vem, vem com uma lábia...aí passa três, quatro dias começa tudo de novo! Eu acho melhor ele lá e eu aqui. Não tá faltando nada, ele manda as coisas... Mas ele já disse pros meninos:

- Tua mãe vai me pagar! Deus tá vendo o que ela tá fazendo comigo! Agora judiar assim... bater... ele nunca fez não. Mas não tem coisa pior do que esse negócio dele arrumar mulher e chegar pra mim e dizer que não gosta mais de mim? Isso mal trata... Eu saí da minha casa eu era virgem. Ele não me pegou nas esquinas, nem dentro de cabaré. Aí eu tenho raiva é disso! Ele me tirou de dentro da casa do meu Pai. Ele é desses que não larga o pé: judeia, judeia, judeia, mas

não deixa. Ele humilha, humilha, humilha, até dizer chega! E eu já disse pra ele, que eu não ia ser mais empregada dele!

Mesmo vivenciando esse conflito que reduziu sua auto-estima a pó, ela não demonstra estar segura da decisão de separar-se do marido. Isso porque para ela, o matrimônio é algo indissolúvel – “o que Deus uniu o homem não separa!”. Por outro lado, os filhos parecem suprir a afetividade que não tem encontrado no marido. Ela compara a condição de esposa e de mãe e conclui, de forma muito objetiva:

Ser mãe é maravilhoso. É melhor do que ser esposa, porque o filho é sangue que corre na veia da gente e marido é apenas um papel assinado. Os filhos reconhecem o que a gente faz por eles. Essa semana que passou o meu filho mais velho disse a mim olhando nos meus olhos:

- Mãe, hoje eu não sou um vagabundo eu agradeço à senhora! E graças a Deus meus filhos são bons filhos! Um já trabalha e os outros dois estudam.

A partir deste ponto ela passou a falar da sua chegada no Conjunto Palmeiras e o início de sua relação com a Associação de Moradores (ASMOCONP):

Eu cheguei aqui em 1992. Eu cheguei aqui num dia e no outro dia tinha passado o calçamento na rua. Agora já renovaram as casas tudinho, mas era tudo bem simplesinho. [...] muitas coisas foram mudadas aqui. [...] eu só vim ter contato com a Associação quando eu entrei na Incubadora. [...] Eu soube por uma vizinha minha... que ia haver isso na Associação... que era uma incubadora e tal. Aí eu fui lá mais a D.Bonina e fiz uma entrevista com a E. [diretora da Associação]. Aí eu sei que a gente passou e eu fui chamada.

Para efeitos de seu ingresso na Incubadora Feminina, ela conta que foi caracterizada com o perfil de “mulher chefe de família”

Explicaram que [a Incubadora] era pras pessoas que não tinha emprego, que não tinha marido – e nessa época eu tava sem marido, depois foi que ele voltou pra dentro de casa. [...] Mas, pensando bem, chefe de família⁴⁶ isso toda vida eu fui, porque desde que eu casei ele [o marido] trabalhava fora. Eu posso dizer que criei esses meninos sozinha, porque ele viajava... às vezes passava de vinte e dois dias sem vir em casa.

⁴⁶ A chefia da família, neste caso, não se restringe à sustentação econômica do lar, mas ao trabalho de cuidados – encaminhar crianças para Colégio, cuidar da saúde deles, etc, além da sustentação afetiva dos filhos, que, segundo ela, tiveram pouco contato com o Pai.

Do mesmo modo que as demais entrevistadas, o discurso sobre as atividades vividas na Incubadora contemplou os aspectos da capacitação, do acompanhamento médico, entre outras.

A gente aprendeu muita coisa lá. Conheceu outras pessoas. Aprendeu a se comunicar com as outras pessoas, com as que vinham dar aula a gente. Eu aprendi muita coisa. Adorei! O tempo que foi de brincadeira [dinâmicas e oficinas] foi muito bom demais! Vinha as meninas da FUNCI... tinha a nutricionista também. Foi lá que eu descobri que tinha pressão baixa. Todo mês a gente vinha aqui pro posto pra se pesar, medir a pressão. Ela era quem dava toda a instrução pra fazer a comida. [...] Eu participei também do curso de costura – ainda fiz três peças. Mas eu me adaptei mais mesmo foi com os fuxico [artesanato].

Conforme seu relato, ao sair da Incubadora, ela passou por uma experiência de organização de grupos produtivos. No entanto, a nova empreitada, que num primeiro momento aparentou ser viável, foi perpassada por muitos acontecimentos – sobretudo, conflitos ocasionados na divisão das sobras – que desencadearam o fracasso do grupo.

Depois que a gente saiu [da IF] e ficou trabalhando... umas costurando, outras fazendo fuxico... eu formei grupo lá dentro também... de fuxico, mas só que não deu certo! O Grupo era eu, a Hortência e a Dona M.[ex-operária de Fábrica de Beneficiamento de Castanha] Enquanto tava só nós era ótimo! Tudo o que a gente vendia, repartia o dinheiro. [...] A gente ia atrás de retalho nas fábricas... e estava dando certo. Até pra São Paulo nós mandamos umas peças uma vez [para o Congresso Nacional da CUT]. Nesse tempo foi o maior dinheiro que eu tirei lá dentro. Eu lembro que eu recebi R\$40,00 (quarenta reais). E eu até viajei pra ver minha mãe, porque teve um período que ela tava muito doente. Aí a Dona M. saiu – a mãe dela também adoeceu. A Hortência também se afastou – foi morar depois do Rio [no Conj. Palmeiras II]. Aí a Dona M. [Presidente da ASMOCOMP, na época] me chamou pra mim ficar eu, ela e a Dona Jasmim. Aí foi quando não deu mais certo. Porque eu acho elas muito egoísta... elas não enxerga o que a gente faz. Eu tinha dito que eu não podia ir pra lá todo dia – ela queria que eu passasse o dia todinho lá [na Associação]. Eu gosto de cuidar da minha casa, eu lavo roupa todo dia... tem gente que casa e não se dedica, paga os outros pra fazer as coisas. Mas eu não. Desde que eu casei que a minha vida é essa: eu me dediquei aos filhos e a casa. Mas aí quando dava pra mim ir eu passava a tarde todinha lá, chega vinha com as costas doídas. Mas aí eu fui tratar da operação do olho do meu menino. Aí eu falei: olha gente, eu vou me afastar porque eu vou ajeitar a operação do olho do meu menino, mas eu não vou sair do grupo. Eu levo os retalhos e faço em casa, quando eu tiver tempo. E eu fazia bem feito. Mas não aparecia dinheiro. Às

vezes eu ia lá deixar os fuxico e via as peças montadas com os meus fuxicos. Outra vez eu ia e tava tudo limpo. Elas tinham vendido tudo. Eu me lembro um dia que a Benedita [Benedita da Silva, na época estava no Ministério de Desenvolvimento Social do Governo Lula] vinha pra cá e eu fui deixar um saco cheio de fuxico. Ela [a Presidente da ASMOCONP] se admirou... E eu não vi um centavo desse dinheiro. Quando foi um dia de tarde eu fui lá e já cheguei danadinha de raiva... eu disse: me diga uma coisa: eu não tava fazendo os fuxico, eu não vinha deixar... se era um grupo e a sra vendesse as peças eu tinha que receber nem que fosse R\$1,00 (hum real). Era pra senhora ligar pra mim e me avisar ou mandasse deixar lá em casa. Não era um grupo. Aí quando foi no outro dia ela mandou me chamar lá e disse que a Dona Jasmin disse que é porque ela tava precisando do dinheiro e ficou com o dinheiro. Mas ela disse que quando vendesse ia dar o dinheiro de volta. Até hoje!

A relação com a Associação não foi mais a mesma. Desde então, conta que já recebeu várias propostas para voltar a coordenar grupos, mas não mais aceitou. Alega que a honestidade e a confiança são fundamentais para o bom andamento das atividades de um grupo produtivo.

Já é duas vez que ela [Dona M, ex-Presidente da ASMOCONP] vem aqui me dizer que é pra eu coordenar o grupo, mas eu sempre digo que não, que não dá certo. [...] Eu só gosto de trabalhar com honestidade. Só era bom quando era eu, a Dona M e a Hortência. No dia que entrou mais pessoas aí elas vendia e gastava o dinheiro entre elas. [...] aí eu me desgostei e não fui mais lá por isso.

Dito isso, ela fez uma avaliação acerca dos pontos positivos e negativos do processo de incubação:

Disseram que a gente ia ganhar um dinheiro [um benefício do Projeto Família Cidadã] e a gente nunca recebeu. E depois que a gente saiu apareceu tanta conversa... foi levantado um galpão, mudaram os banheiros de lugar... aí muitas pessoas diziam que era com o nosso dinheiro. [...] A Margarida ainda foi perguntar pro J. [Coordenador do Banco Palmas], mas ele disse que pensava que nós tava recebendo. Aí foi no tempo que a L. saiu e entrou outra...a Isabel [Isabel Lopes era Presidente da FUNCI, na época]. Ela ainda foi lá e disse que ia lutar pra nós receber, mas aí não deu em nada.

Com relação aos aspectos positivos, destaca

Ah, o tempo que eu fiquei lá eu adorei! Se tivesse de novo e fosse pra ir de novo eu ia. Lá eu brincava, me divertia, eu me sentia uma jovem. [...] tudo o que se passou ali foi importante: as aulas eram boas... a gente dividia o trabalho... todo dia tinha um grupo que

ficava responsável pra limpar a sala e organizar pro outro dia; outro botava a mesa pro almoço, outro tirava... era assim.

Ela não frequenta a Associação desde 2003. No entanto, afirma que se houvesse uma oportunidade, voltaria, sobretudo, porque gostaria de voltar a produzir, já que atualmente ela só produz quando alguém encomenda peças em “fuxico”. Por isso, ela pouco contribui com o orçamento familiar.

O trabalho que mais gosta de fazer é cortar cabelos e sonha em retomar essa atividade e montar um salão de beleza. Para ela, o significado do trabalho está associado à autonomia, pois é uma atividade geradora de auto-estima e também é o meio para se conseguir renda e não depender economicamente de outrem – *“pra mim o trabalho é muito importante, porque é muito ruim depender de marido”*.

2.3. Vidas Entrelaçadas

Os acontecimentos destacados nos relatos das *flores* compuseram trajetórias biográficas marcadas por diferentes espaços sociais (família, escola, comunidade etc.) que também passaram por intensas mudanças nos últimos anos. Nesse sentido, a reconstituição de seus relatos de vida levou em conta não só os acontecimentos individuais, que condicionaram os diferentes percursos de cada uma, mas também os acontecimentos históricos, demarcando as transformações das estruturas sociais.

Embora o interesse maior da pesquisa seja nos trajetos da vida pós-institucional, que é analisado como o ponto de convergência em que houve o entrelaçamento das histórias individuais das mulheres, não se pode considerar esta passagem como algo isolado dos acontecimentos anteriores, dentro e fora da entidade, pois, certamente, eles nortearam (e continuarão nortear) os caminhos de cada uma das mulheres, na tentativa de traçar novos rumos.

O método de exposição utilizado priorizou recuperar algumas falas, a fim de rememorar de forma sistematizada como a situação de risco social e pessoal foi materializada nos relatos, enfatizando as situações de violência doméstica, (e a correlata vulnerabilidade emocional), a inserção sócio-produtiva e o acesso às políticas de educação, saúde e qualificação profissional.

2.3.1. Violência Doméstica

*“Às vezes eu falo com a vida
às vezes é ela quem diz:
qual a paz que eu não devo
aceitar pra tentar ser feliz?
(...) Pois paz sem voz
não é paz, é medo!”*

O Rappa.

Um aspecto evidente na maioria das narrativas é a violência doméstica. Entre as sete egressas entrevistadas, seis já vivenciaram algum tipo de agressão física e/ou moral. Em geral, os agressores são os maridos/companheiros - somente uma, Margarida, sofreu tentativa de abuso sexual do Pai, na adolescência.

Os motivos para as agressões eram os mais diversos, sendo que o principal deles estava relacionado a ciúmes/desconfiança de que estava sendo traído e a não correspondência aos desejos sexuais dos companheiros. Nesse sentido, os relatos de Bonina, Hortência, Jasmim e Rosa D'Ália são expressivos:

Ele me batia por tudo – eu grávida, de resguardo... se eu não fizesse o coisa lá [sexo]... aí pronto! Era peia.. e eu não tinha coragem de dizer a ninguém, porque eu tinha vergonha e tinha medo que minha família matasse ele e eu ia ficar com remorso. (BONINA).

Um dia ele me agrediu de faca aqui em casa. Ele queria porque queria, de qualquer forma aquelas coisas à noite [sexo] e a minha mãe ainda tava acordada com o meu pai, e eu não aceitei. Aí por conta disso ele achou que eu não aceitei, que eu não queria manter relações com ele porque eu tinha outro homem. (HORTÊNCIA).

Quando eu tive o meu terceiro filho ele começou a me bater porque tinha ciúme. Ele saía de manhã e só chegava de noite, aí ele achava que eu botava homem dentro de casa quando ele não estava. (JASMIM).

Ele [o marido] dizia que eu ia pra Incubadora atrás de homem... quando eu tava lá na Incubadora foi o tempo que ele mais me bateu. Aí eu não agüentei mais. Teve um dia que eu cheguei de lá e ele me bateu por causa de um som que meu filho tava consertando. Ele disse que tinha sido lá que eu tinha arranjado e que tinha sido um macho que tinha me dado. Ele deu tanto em mim, de murro, que eu fiquei toda roxa. Aí foi quando eu fui pra delegacia, dar queixa. (ROSA D'ÁLIA).

Margarida e Tulipa vivenciaram situações de violência diferenciadas das demais. A primeira foi assediada sexualmente pelo pai, aos onze anos de idade, enquanto Tulipa, ao invés das agressões físicas, sofre agressões morais (violência psíquica), que, segundo ela, doem mais ainda.

Foi quando eu tinha 11 anos... era noite de Natal, a mãe acordou e ele [o pai] tava tentando abusar de mim quando eu tava dormindo. Aí a mãe separou dele por isso (...) ele era meu pai de verdade (...) só que ele tava bebo. [...] Até hoje eu não considero ele meu pai. (MARGARIDA).

Ele [o marido] nunca me bateu e nem nunca deixou de dar as coisas [prover o sustento material da casa]. Mas na hora que ele tá com raiva, só as palavras que ele diz magoa a gente. Ele diz pra mim: - Eu não gosto mais de você! Você não é mais do mesmo jeito [referindo-se à questão do desempenho sexual, pois ela é estereotomizada e ele afirma que isso a deixou frígida]! (TULIPA).

Estes relatos estão de acordo com os dados da pesquisa publicada pela Fundação Perseu Abramo, intitulada *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado* (2002). Em relação à violência contra as mulheres, este estudo aponta que 11% das brasileiras integrantes da amostra da pesquisa já sofreram, pelo menos, um espancamento, o que representa cerca de 2,1 milhões de mulheres espancadas por ano. A pesquisa informa também que as principais formas de violência sofridas são: a violência psíquica⁴⁷ (27%); ameaças e cerceamento⁴⁸ (24%); agressão física⁴⁹ (22%); estupro/abuso sexual⁵⁰ (13%) e assédio sexual (11%).

As atitudes tomadas em reação às situações de violência também são semelhantes. Remetendo-se à pesquisa, somente no caso de sucessivas agressões é que a mulher chega a denunciar o agressor e, mesmo assim, as penas possuem caráter apenas *pedagógico*, pois a legislação existente considera esses crimes como “de menor potencial ofensivo”. As penas mais aplicadas variam entre o pagamento de pequenas multas, entrega de cestas básicas a instituições de caridade e, mais raramente, a prestação de serviços à comunidade. Desta sorte, a situação das vítimas é difícil, pois sequer o princípio de celeridade do processo vem sendo cumprido, haja vista que os processos levam de seis a oito meses para serem concluídos.

No caso das mulheres egressas da IF, o silêncio frente às situações de violência tinha várias motivações, desde a vergonha de vir a público o fato de “apanhar do marido”; o medo de uma possível vingança por parte do agressor, ou, ainda a reação também violenta de seus familiares contra o agressor, o que, de qualquer forma, parecia anunciar uma tragédia familiar.

Outra alegação para não denunciar as agressões sofridas era o medo de enfrentar as conseqüências do fracasso do casamento, que, para a maioria delas, representava algo “*indissolúvel*”, corroborando com os costumes da época. Veja-se,

⁴⁷ As atitudes que definem este tipo de violência são: insinuações e xingamento que ofendam a conduta moral; desqualificação constante do trabalho doméstico ou fora de casa; críticas sistemáticas à atuação como mãe. (VENTURI (org) et al, p.228)

⁴⁸ Neste item, as principais ameaças são de espancamento da mulher e dos filhos; ameaça à integridade física com armas; e, no caso do cerceamento, quando a mulher é impedida de sair de casa evidenciando situação de cárcere privado. (idem anterior).

⁴⁹ As principais agressões citadas foram: tapas e empurrões; espancamento, com marcas, cortes ou fraturas. (idem anterior).

⁵⁰ Quando são mantidas relações sexuais forçadas ou quando são forçadas a realizar práticas sexuais que não as agradam (idem anterior).

por exemplo, a fala de Rosa D'Ália, que foi casada durante mais de 20 anos e, há cerca de 2 anos está separada do marido por conta de agressões físicas e morais.

Naquele tempo, a gente casava e tinha que viver com o marido do jeito que fosse. Não é como hoje que as mulher não quer mais agüentar e se separa. Casa num dia e separa no outro. Eu era casada nos dois [casamento religioso e civil] e achava que não podia me separar (ROSA D'ÁLIA).

Mesmo diante das pressões pessoais (de consciência individual) e da sociedade (principalmente, a família e a Igreja), algumas mulheres enfrentaram a situação e decidiram romper com o silêncio, como foi o caso de Jasmim, Hortência e Rosa d'Ália. Cada uma a seu modo e num contexto temporal diferenciado, redirecionou a sua trajetória de vida não mais aceitando sofrer situações de violência doméstica.

Jasmim conta que foi uma das primeiras mulheres a denunciar o marido na Delegacia da Mulher do estado do Ceará, depois que o marido a ameaçou de morte por duas vezes. O fato ocorreu ainda nos anos 1980. Ela fala que a convivência tornou-se insustentável quando os filhos cresceram e começaram a agredir o pai, em retaliação à violência que presenciavam.

Hortência foi a única das entrevistadas que revidou as agressões sofridas. E foi a partir deste momento que ela decidiu não mais apostar na possibilidade de mudança de rumo da relação e decidiu voltar para a casa dos pais e separar-se definitivamente do marido. Um ato de coragem para a época, pois as mulheres “separadas” passavam a ser alvo de críticas tanto dentro da família como na sociedade. Sua imagem passava a ser de uma mulher “*desfrutável*” e “*desonrada*”, pois não cumpriu o compromisso assumido pelo matrimônio.

Os relatos demonstram que a maior parte das mulheres que passou por algum tipo de violência doméstica encarava a situação como um conflito familiar que deveria ser solucionado “*entre quatro paredes*”, fortalecendo o imaginário popular expresso no ditado: “*em briga de marido e mulher ninguém mete a colher!*” Muitas disseram durante a entrevista que os vizinhos às vezes escutavam as pancadas, os gritos e xingamentos, mas não interviam porque temiam ser agredidos também – “*quem é que era doido de se meter numa confusão de marido e mulher? Os vizinhos viam tudo, escutava tudo, mas o quê que eles ia fazer?*”, disse Rosa d'Ália.

Para ela, as informações que teve acesso durante o período de incubação contribuíram diretamente para que “*tivesse coragem*” de denunciar o marido. Sua fala também demonstra o lado burocrático e pouco eficiente das penalidades adotadas no enfrentamento dessas situações, pois, como já dito anteriormente, a violência doméstica é caracterizada juridicamente como um tipo de violência de “*menor potencial ofensivo*”, o que demonstra o quanto a violência doméstica carece de uma caracterização legal que dê conta das suas especificidades:

Ele dizia que eu ia pra Incubadora atrás de homem. Quando eu tava lá na Incubadora foi o tempo que ele mais me bateu. Aí eu não agüentei mais. Teve um dia que eu cheguei de lá [...] e ele deu tanto em mim, de murro, que eu fiquei toda roxa. Aí foi quando eu fui pra delegacia, dar queixa. Mas não deu em nada. Fui pro IML fazer aquele exame, fui não sei quantas audiências e ele continuou dentro de casa [num quartinho erguido no quintal da casa], até que um dia ele resolveu sair de casa. Aí eu derrubei o quartinho dele, lá no quintal, pra ele não voltar nunca mais! (ROSA D'ÁLIA).

Nessa direção, merece destaque a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, em 2003⁵¹, que encampa, entre as suas principais linhas de ação, as políticas de combate à violência contra a mulher, por meio do Plano Nacional de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Já na esfera municipal, foi também (recém) criada a Coordenadoria de Políticas para Mulheres, cujo plano de ações está sendo sistematizado em conjunto com o movimento de mulheres local.

⁵¹ Mais informações estão disponíveis via internet: <http://www.presidencia.gov.br/spmulheres>.

2.3.2. Sobre a Inserção Produtiva (do Trabalho Doméstico e não remunerado à Chefia de Família)

A maioria das mulheres relata a infância vivida na zona rural, quando as rotinas de trabalho se misturavam às brincadeiras. Note-se que a expressão “eu não tive infância”, citada nas falas de Bonina, Hortência, Rosa d’Ália e Jasmim, não deve ser associada somente a um lamento pelo ingresso precoce na “lida”, mas pelo comparativo que elas fazem entre a sua infância e a dos filhos, que avaliam ter sido melhor do que as delas.⁵²

Elas narram a vida de privações, característica das famílias de baixa renda que habitam a periferia dos grandes centros urbanos, vindas do interior, em busca de uma vida melhor “*na cidade grande*”.

Outro dado contido nas falas é que todas as *flores*, desde a infância, foram responsáveis pelo trabalho doméstico em casa – “*ajudar a mãe em casa*” – e também colaboraram, desde cedo, com o orçamento familiar, sobretudo, “*trabalhando em casa de família*”, (realizando tarefas de manutenção do lar); “*cuidando de menino*” (sendo babá), entre outras ocupações “*do lar*”, a fim de contribuir com o sustento material da família. Na verdade, o que se quer evidenciar aqui é que essas ocupações são desempenhadas prioritariamente pelas mulheres e, por isso, suas primeiras experiências de trabalho se deram nessas funções que são, ao mesmo tempo essenciais para a reprodução diária da vida dos seres humanos, mas, em contrapartida, são vistas como menos valorosas para a sociedade.

Eu não tive infância, porque eu bem pequenininha já ia trabalhar apanhando oiticica [...] eu não tinha tempo de brincar, nunca tive uma boneca. Com seis anos de idade eu já tava debaixo dos pés de oiticica pra poder comprar as coisas pra mim e pros meus irmãos. Quando não, era apanhando feijão na roça, quando era no tempo da colheita, ou plantando. (BONINA).

Eu não tive assim uma maravilha de infância porque, eu lembro que nós éramos muitos... éramos 6 crianças [...] Meu pai não tinha um emprego e minha mãe também não. [...]. Meu pai sobrevivia de pesca, de caças e da roça. Então não era nada fácil! A minha mãe

⁵² Com relação a este assunto, é relevante salientar que na maioria dos casos, os filhos delas estão engajados em programas de combate à exploração do trabalho infantil, como o Bolsa Escola e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que aliam o recebimento de um benefício em dinheiro à manutenção dos filhos na escola.

lavava roupa Não tinha muito tempo pra brincar. A gente tinha mais tempo era de ajudar a mãe. (HORTÊNCIA).

Meu pai trazia os sacos de cimento das construção onde ele trabalhava e a gente transformava em sacos para embalar mercadorias. Tinha um mercantil que recebia esses sacos que a gente fazia. E essa era uma forma que a gente encontrou de ajudar na renda. Outra coisa que a gente fazia era vender verdura... a gente fez um canteiro no fundo do quintal e desse canteiro a gente fez uma horta e saía vendendo tomate, pimentão, cebolinha, coentro. (GIRASSOL).

Eu bem pequenininha já tava nas casas trabalhando de doméstica, de babá. Eu comecei a trabalhar com sete anos... já fui ser babá de menino... nem podia direito com o menino... era pra poder comprar as coisa pra mim – uma chinela, uma calcinha, porque não tinha quem me desse. (ROSA D'ÁLIA).

Quando eu era criança eu passei por muita dificuldade...meus pais era pobre, morava no interior... meu pai bebia muito e minha mãe tinha que lavar roupa todo dia pra poder dar de comer a nós (...) eu com treze anos comecei a trabalhar em casa de família, de empregada doméstica. (JASMIM).

Eu lembro quando eu tinha uns 15 pra 16 anos e ia deixar comida pros trabalhadores [na roça]. Às vezes é que eu plantava... (TULIPA).

Somente uma das entrevistadas, que é também a mais jovem, Margarida, narra uma experiência diferenciada, pois ela nasceu e cresceu no meio urbano. Ao invés das brincadeiras nos pastos e campos, ela brincou nas obras de edificação do bairro. E, pelo fato de ser a filha caçula, não cuidou dos demais irmãos como aconteceu com as demais.

Observa-se, nesse aspecto, que a família assemelhava-se a uma unidade familiar de produção, na qual havia uma divisão bem definida de papéis entre homens e mulheres, entre os mais velhos e os mais novos, e assim por diante.

Outro dado que merece ser analisado mais cuidadosamente é que as experiências de trabalho imprimiram marcas nas suas trajetórias profissionais. Senão vejamos que a maioria das experiências de trabalho pelas quais passaram são voltadas para o trabalho de cuidados com a casa e com pessoas (empregadas domésticas – “trabalho em casa de família” e babá – “cuidando de menino”).

Com relação às experiências no *mercado de trabalho formal*, somente Jasmim e Girassol já trabalharam com registro em carteira (CTPS), enquanto as

demais atuaram no mercado “informal”, nas áreas de confecção, vendas e prestação de serviços de limpeza em ambientes.

A renda oriunda do trabalho desempenhado pelas mulheres, em geral ligada à complementação do orçamento familiar, ultimamente vem se constituindo na principal receita que provê boa parte dos domicílios brasileiros. Basta ver os dados da última PNAD, já citados no capítulo 2 deste estudo, que afirmam que no Brasil, cerca de 30% dos lares são chefiados por mulheres.

Tal fato parece refletir duas situações distintas: se, por um lado, esse dado revela que houve um ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho, acompanhado também pelas transformações nos modelos de família, que aos poucos, vem rompendo com o papel do “homem provedor e mulher dona-de-casa”. Por outro, a maioria das ocupações ainda as coloca restritas ao ambiente doméstico. O que demonstra que tais serviços ainda recaem eminentemente sobre as mulheres, seja dentro do seu próprio domicílio – quando este é um trabalho não remunerado – ou quando é um trabalho realizado na casa de outrem – obtendo uma remuneração em troca.

Seja na condição de filha ou de esposa, as mulheres são as principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com as crianças. Às vezes as falas parecem revelar tal fato como algo “hereditário” ou “natural”. Nessa direção, inscrevem-se vários depoimentos, como os de Bonina, Hortência e Jasmim que, desde muito jovens, assumiram o lugar da mãe nas tarefas do lar, principalmente, quando as mulheres passaram a trabalhar “fora de casa”. Note-se que essas mulheres a que estou me referindo nasceram entre os anos 1960-70, fazem parte das camadas mais pobres da sociedade, são pouco escolarizadas (máximo de 4 anos de estudo) e a maioria é negra ou parda.

É necessário explicitar tais situações, a fim de evitar incorrer em generalizações e superficialidades que desconsideram os desafios vivenciados pelas mulheres de ontem e de hoje na busca pela inserção sócio-produtiva. É notório que os homens também vivem conflitos no mundo trabalho e que a situação não está fácil pra eles também. Ou seja, o desemprego assola a todos, sem distinção de sexo, cor ou nacionalidade. Todavia, se atentarmos para os detalhes expressos nos relatos das *flores*, pode-se sustentar a tese de que uma mulher com vários filhos tem mais dificuldade de inserção do que um homem. Mesmo porque quando ocorre separação do casal, em geral, os filhos ficam com a mãe, enquanto o

homem fica “livre” das obrigações cotidianas e, portanto, com maiores possibilidades de conseguir um trabalho remunerado.

Nos casos em que ocorreu o tipo de situação acima descrita e culminou com a separação do casal (Bonina, Hortência, Jasmim e Rosa d’Ália), seus relatos revelam suas percepções acerca da condição de risco/vulnerabilidade em que se encontravam à época, contraditoriamente, pelo fato de estar “chefiando a família”.

Nesse caso, é necessário explicitar que o “peso” da responsabilidade da chefia da família não se restringe à manutenção econômica do lar, mas à sustentação emocional e ao trabalho de cuidados cotidianos – encaminhar as crianças para a escola, levar ao médico, ao dentista etc.

Nos casos das mulheres que estão na faixa etária maior que 35 anos de idade (Bonina, Hortência, Jasmim, Rosa d’Ália e Tulipa), observei que ter assumido a chefia da família fez parte de suas vidas em décadas bem anteriores. Por isso, é necessário fazer algumas ponderações quando se afirma que assumir a chefia da família é um fenômeno recente na vida das mulheres. Esta análise parece estar assentada numa defesa implícita do modelo de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos e que mantém a divisão sexual do trabalho tradicional (patriarcal).

Alguns fatores que embasam os argumentos desenvolvidos na linha do ingresso e atuação diferenciados das mulheres na esfera produtiva estão centrados na especificidade que caracteriza essa inserção, como por exemplo, as condições de desigualdade em relação aos homens – evidenciada no recebimento de salários menores, empregos precários e acesso à qualificação profissional, principalmente, em função do pouco acesso às políticas que possibilitam uma participação mais confortável das mulheres no mercado de trabalho – serviços como creches comunitárias, escolas em tempo integral, lavanderias comunitárias etc.

No caso das mulheres egressas da IF, o estado de vulnerabilidade emocional, que era um outro fator da não-inserção, tanto estava associado à falta de trabalho e renda e à decorrente exclusão da esfera produtiva, quanto às situações vividas no âmbito da vida privada. Nessa direção, lembremos os conflitos familiares originados, sobretudo, pela violência doméstica, relacionada, em geral, ao uso de drogas, alcoolismo etc, que, em muitos casos, culminaram com o estado de depressão. As falas de Bonina e Jasmim demonstram o quadro depressivo que estavam vivendo quando do início da Incubadora Feminina.

Quando eu cheguei ali eu era uma mulher muito doente. Eu tava doidinha, doidinha, com depressão. Eu tava pra me matar... eu vivia chorando...eu não queria conversar com ninguém. E eu saí dali curada! (BONINA).

Eu vivia em casa só sentada numa cadeira, triste, com depressão, a minha vizinha me chamou para ir fazer esse curso. Aí aprendi a fazer “fuxico” e daí por diante eu fiquei na Associação até hoje... não saí mais... fiquei curada da depressão. (JASMIM).

Um dos principais fatores motivadores do interesse das mulheres em ingressar na Incubadora Feminina foi o convívio conflituoso com os maridos, em sua maioria, dependentes de álcool e violentos. No caso de Girassol, na época, um de seus irmãos era usuário de drogas.

2.3.3. Sobre o Acesso às Políticas de Educação, Saúde, e Qualificação Profissional

Com relação à escolaridade, a pesquisa demonstrou que a maioria das mulheres cursou, no máximo, as séries intermediárias do ensino fundamental (média de 4 anos de estudo). Somente Girassol chegou a concluir o ensino médio, e Margarida interrompeu os estudos no 1º ano básico (início do ensino médio). A Tabela 5 demonstra dados importantes para a avaliação dos condicionantes que interferiram nas trajetórias escolares.

Tabela 5 – Escolaridade X Acesso a Qualific. Profissional X Experiências de Trabalho

<i>FLOR</i>	<i>GRAU DE ESCOLARIDADE</i>	<i>ACESSO A QUALIFIC. PROFISSIONAL</i>	<i>EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO</i>
Bonina	4ª série – ensino fundamental	Na Incubadora Feminina	Ainda na infância, na zona rural do CE
Girassol	Ensino Médio completo	Antes da IF, na área de vendas	Ainda na infância, em Fortaleza
Jasmim	4ª série – ensino fundamental	Na Incubadora Feminina	Ainda na infância, na zona rural do CE
Hortência	8ª série – ensino fundamental	Antes da IF, na área de vendas	Ainda na infância, na zona rural do CE
Maragarida	1º ano – ensino médio	Antes da IF, na área de saúde	Na adolescência, em Fortaleza
Rosa d'Ália	4ª série – ensino fundamental	Na Incubadora Feminina	Ainda na infância, na zona rural do CE
Tulipa	8ª série – ensino fundamental	Na Incubadora Feminina	Ainda na infância, na zona rural do CE

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Um fato que chama a atenção é que boa parte das mulheres afirma que a interrupção da vida escolar se deu após o casamento – ou, melhor dizendo, no momento em que assumiram as atribuições referentes à condição de esposa, dona-de-casa e, posteriormente, de mãe. Diante disso, a maioria teve o primeiro acesso à qualificação profissional na Incubadora Feminina, com destaque para os cursos de corte e costura, aproveitamento de retalhos (fuxico) e arranjos florais.

Um grupo de mulheres que se encontra na faixa etária acima de 35 anos externou nos seus relatos que foram compelidas a se afastarem da escola e do mundo do trabalho quando casaram, porque os maridos não consentiam que elas freqüentassem tais espaços, por considerar uma forma de “*exposição*”, reiterando a idéia de que “*lugar de mulher casada é em casa*”.

Eu ainda fiz até a 4ª [série], mas aí casei e não estudei mais, porque meu marido não deixava nem eu sair de casa. Pra ele mulher era pra tá ali dentro de casa. (BONINA)

Depois eu casei. Aí ele [o marido] me proibiu de estudar, não permitiu mais que eu estudasse porque lugar de mulher casada era em casa. (HORTENCIA)

Eu casei aí fui cuidar do marido, da casa e dos filhos. Não tinha mais tempo pra estudar. (JASMIM).

A Tabela 6 dispõe alguns dados que permitem apurar o olhar em relação às cisões relatadas pelas mulheres nas suas trajetórias antes e depois do casamento, dando visibilidade às minúcias existentes nas relações entre homens e mulheres do ponto de vista individual e social (ou seja, micro e macro-sociológico).

A análise dos dados possibilita inferir também que as recentes mudanças de postura das mulheres com relação ao seu corpo influenciam o comportamento daquelas mais jovens e que nasceram na zona urbana (Margarida e Girassol, respectivamente marcadas em verde na Tabela 6). Veja-se que elas possuem o menor número de filhos, mesmo tendo vivenciado o casamento na adolescência. Ambas afirmaram que os filhos foram “planejados”, bem ao contrário do que ocorreu com as demais, que não tiveram tanta oportunidade de escolha. No caso de Tulipa, a pequena prole, em relação às mulheres de sua época, ocorreu pela dificuldade que tinha para engravidar e durante o parto – por isso, fez esterectomia ainda jovem.

Tabela 6
Idade X Idade que casou X Nº de filhos X Naturalidade X Estado Civil Atual

FLOR	IDADE	IDADE QUE CASOU	Nº DE FILHOS	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL ATUAL
Bonina	55	15 anos	6	Zona rural: Crateús/CE	Separada
Girassol	28	19 anos	2	Zona urbana: Pedra Branca/CE	Casada
Jasmim	62	14 anos	8	Zona rural: Pacajus/CE	Viúva
Hortênci	46	16 anos	7	Zona rural: Caucaia/CE	Vive c/ Companheiro.
Maragarida	24	14 anos	1	Zona urbana: Fortaleza/CE	Vive c/ Companheiro.
Rosa d'Ália	45	18 anos	5	Zona rural: Sobral/CE	Separada
Tulipa	52	22 anos	3	Zona rural: Capistrano/CE	Casada (em crise)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Margarida e Tulipa justificaram a tomada de decisão de interromper os estudos e/ou não mais trabalhar “fora” para se dedicarem ao cuidado dos filhos devido ao fato das crianças necessitarem de cuidados “de mãe” e porque os maridos estavam empregados formalmente, provendo, portanto, o sustento da casa.

Para Heleieth Safiotti (apud Nobre,1994), um dos fatores determinantes para a entrada das mulheres no mercado de trabalho são os baixos níveis de rendimento familiar. Assim, as mulheres, principalmente as mais pobres, buscam as mais diversas estratégias para criar seus filhos por meio das várias possibilidades de arranjos familiares e de vizinhança e, em menor número, têm acesso a creches públicas (pois nestas as vagas não conseguem atender à demanda). Por outro lado, as atitudes das mulheres que pertencem às famílias de renda mais elevada ou que recebem salários mais elevados se dão em direção diferente. Quando se tornam mães, geralmente elas contratam empregadas domésticas e/ou babás, ou matriculam seus filhos em escolas ou creches particulares.

Na maioria dos casos pesquisados, o retorno ao mercado de trabalho se deu pela necessidade de complementação da renda familiar ou quando ocorreu a dissolução do casamento e elas assumiram a chefia da família, o que ratifica a argumentação de Safiotti. Somente as mais jovens, Margarida e Girassol, partilharam a decisão com o marido/companheiro e foram incentivadas a trabalhar.

Para Margarida, que trabalhou alguns meses como babá antes de engravidar, o entendimento foi de que “*não tinha lógica cuidar dos filhos dos outros e deixar minha filha pra minha sogra cuidar*” – considerando o baixo salário que

ganhava. Hoje ela trabalha revendendo bolsas artesanais. A filha já está com cinco anos de idade e já frequenta a escola, o que a deixa livre durante um turno para fazer as vendas e cuidar da casa. Entretanto, quando indagada sobre as perspectivas futuras, ela afirmou que pretende retomar os estudos e concluir o ensino médio, interrompido em 2001: “*eu quero terminar nem que seja um supletivo, porque pra tudo o que a gente vai fazer hoje eles pedem, no mínimo, o segundo grau [ensino médio]*”.

O caso de Tulipa resguarda uma especificidade, relativa à permanente mudança de moradia, mas evidencia alguns elementos das outras falas, que é a dificuldade em conciliar as responsabilidades assumidas quando do desempenho dos papéis de esposa, dona-de-casa e mãe com o exercício de uma atividade produtiva fora de casa. No caso dela, a prioridade foi garantir a renda familiar através do emprego do marido, como se ela fosse a sua “retaguarda”.

Sua fala toma como base o modelo de matrimônio tradicional, em que o marido figura como o legítimo provedor das condições objetivas de sustento da casa. Às mulheres cabiam outras tarefas, relativas à gestão do lar. No caso dela, o trabalho desenvolvido no lar e a dedicação aos filhos e à casa foram e continuam sendo fonte de prazer – embora, na fase atual de conflito conjugal, diga, em tom de “ameaça” que não será mais “empregada” do marido, lembrando o dito popular que “*ingratidão tira a afeição*”.

Eu gosto de cuidar da minha casa. Eu lavo roupa todo dia. Tem gente que casa e não se dedica, paga os outros pra fazer as coisas. Mas eu não. Desde que eu casei que a minha vida é essa: eu me dediquei aos filhos e a casa.

.....
Todo dia eu mando a comida, mas hoje eu mandei dizer pra ele [o marido] que eu não vou mais fazer comida, nem vou mais mandar nada, nem lavar a roupa. [...] Eu não vou mais ser empregada dele!
(TULIPA).

Contudo, é preciso ter em mente que a dedicação exclusiva às atividades domésticas impactam diretamente na participação das mulheres noutros espaços, especialmente, na esfera sócio-produtiva, pois a inserção no mercado de trabalho requer qualificações que a vivência no lar não proporciona. Em função disso, se forem observadas as experiências de trabalho que as mulheres tiveram no decorrer da vida, aliadas à pouca escolaridade e profissionalização, observa-se uma gama de razões pelas quais as alternativas de inserção foram limitadas (vide Tabela 5).

Entre as *flores*, a que teve acesso ao maior grau de instrução foi Girassol. Atualmente, ela está casada e tem dois filhos pequenos, com três e cinco anos de idade. Ela foi a única que concluiu o ensino médio e que está trabalhando com registro em carteira, num Hospital público – seu primeiro emprego. Entretanto, não tem o apoio dos serviços públicos essenciais às mães trabalhadoras, como Creche. Quando sai para trabalhar deixa os filhos sob os cuidados de sua mãe. Quando chega, à noite, é que vai apanhá-los, pois o marido também trabalha. E, mesmo com a dedicação ao expediente fora de casa o dia inteiro, ela continua sendo a principal responsável pelos trabalhos domésticos na sua casa, ratificando as pesquisas já mencionadas que evidenciam as outras jornadas de trabalho que as mulheres têm que se submeter para manter-se desempenhando seus múltiplos papéis sociais.

No entanto, Girassol pontua que a conciliação da sua jornada de trabalho é um acontecimento recente, pois, logo quando casou e teve o seu primeiro filho, assim como as demais mulheres pesquisadas, interrompeu os estudos para dedicar-se exclusivamente à família.

Aqui se vê de forma evidente a descrição da “dupla” jornada de trabalho que a maioria das mulheres se submete nos últimos tempos. Longe de ser uma “vitimização” da condição feminina, trata-se, na verdade, de retratar os desafios que estão postos para as mulheres e para os gestores das políticas públicas voltadas para este segmento da sociedade.

Tabela 7 – Renda X Participação nos Progs. Gov Federal X Chefia da Família

FLOR	RENDA FAMILIAR ATUAL (R\$)	PARTICIPAÇÃO NOS PROGS. DO GOVERNO FEDERAL	PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS	CHEFIA DA FAMÍLIA
Bonina	Média 1 SM	Bolsa Escola	Movimento da Igreja Católica	Sim
Girassol	2 SM	Não participa	Movimento da Igreja Católica (COT)	Não
Jasmim	Meio SM	Não participa	Creche Comunitária	Sim
Hortência	Média 1 SM	Bolsa Família	Associação Comunitária	Sim
Maragarida	Média de 1 SM	Bolsa Família	Não participa	Não
Rosa d'Ália	Meio SM	Bolsa Escola	Creche Comunitária	Sim
Tulipa	1 SM	Não participa.	Movimento da Igreja Católica	Sim

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006.

Note-se que as informações contidas na Tabela 7 demonstram que a maioria está chefiando a família, com uma renda familiar que varia de meio (R\$150,00) a dois salários mínimos (R\$600,00). Outro aspecto notório é a participação da maioria (marcada em verde) nos programas de transferência de renda do Governo Federal, especialmente, o Programa Escola (atual Bolsa Família), o que confere uma renda fundamental para a composição do orçamento familiar. Note-se também a participação comunitária, pois a maioria também relata o engajamento nos movimentos comunitários e/ou religiosos do bairro, o que pode ser considerado como um componente do indicador de efetividade social da Incubadora.

Para concluir esse tópico, gostaria de realçar a singularidade e a similaridade dos relatos (alguns são quase sinóticos). Todos, e cada um a seu modo, exemplificaram as mudanças de conduta das mulheres com relação ao casamento, ao trabalho, à participação nos espaços públicos e na esfera sócio-produtiva. Esta última, entretanto, está fortemente aliada à necessidade de implementação de políticas que atentem para as especificidades de inserção das mulheres na “grande” economia e que não se restrinjam à economia doméstica.

CAPÍTULO 3. Os Significados da Incubação

3.1. Os Significados da Incubação sob a Ótica da Entidade Executora

A adoção dos termos “*incubadora*” e “*incubação*” suscita uma série de questões para a maioria das pessoas que conhecem à primeira vista a proposta da Incubadora Feminina e isso inclui as mulheres egressas. Por isso, a fim de perceber o(s) significado(s) atribuídos pela entidade executora, indaguei durante entrevista à responsável pela execução diária do Projeto, o por quê da utilização dessas palavras e como o processo é desenvolvido. Na resposta, foi destacado que cada turma é sempre um grande desafio e resguarda uma especificidade, mas que, no final, as mulheres passam a enxergar o mundo de outra forma. Na sua argumentação, ela compara a incubadora de mulheres à incubadora de bebês:

A gente nunca vai ter a receita pra trabalhar com esse público. Mas eu acredito que a melhor receita é a atenção que elas precisam e que elas têm aqui. É o amor, é a compreensão, é realmente valorizar as pessoas; olhar no olho delas, conversar com elas todo dia... dar bom dia pra elas todo dia... uma alimentação balanceada. Elas ficam impressionadas – “Meu Deus, a comida aqui é muito boa!” – porque elas não têm em casa muitas vezes nem o feijão com arroz. Então eu acredito que em todos os sentidos a gente faz elas enxergarem o mundo de outra maneira. Que é possível elas terem acesso e aqui elas têm isso bem pertinho delas! Então não é impossível você conquistar realmente os seus sonhos através da fé,.. da esperança. Então eu acredito que é incubação por isso, porque a gente acompanha... é como um bebê que fica nasceu prematuro e aí pra que ele alcance em pouco tempo uma certa condição pra sobreviver, ele precisa ficar ali sendo acompanhado diariamente e em todos os momentos. Do mesmo jeito são as mulheres. Quer dizer: em pouco tempo a gente não faz milagres! Mas a gente dá aquilo que elas necessitam. Que é realmente o aconchego... o amor... (Assistente da Incubadora Feminina).

Outro aspecto que chama a atenção é a forma como são estabelecidas as relações entre as mulheres e a entidade executora. Neste relato, a entrevistada detalha o cotidiano das ações desenvolvidas:

É Incubadora porque a gente realmente pega as mulheres num estado bem debilitado e a gente fica seis meses trabalhando com elas tudo... desde as questões mais simples... eu pelo menos quando estou na sala, faço uma retrospectiva de como foi a semana, de como estão as coisas, quais foram as dificuldades, como é que

estão os filhos. A gente tenta resgatar nelas como é que elas estão suportando esses problemas. Então no grupo a gente vai vendo de que forma uma pode ir ajudando uma a outra. E num período de seis meses as mulheres dizem que quando saem daqui não são mais as mesmas. As que chegam sem conseguir conversar – porque muitas delas são tímidas – quando saem não tem mais nenhuma dificuldade de se relacionar. Então, nesse sentido, a gente acredita que consegue fazer com que elas alcancem um nível muito mais elevado do que o que elas tinham. Então por isso que a gente fala que elas são incubadas mesmo, porque elas chegam num estágio e conseguem avançar um pouco, evoluir. Não só psicologicamente, mas emocionalmente também. E acabam conquistando um maior espaço dentro da própria família e na comunidade. (Assistente da Incubadora Feminina).

Para além dos aspectos de ajuda mútua e das mudanças comportamentais ligadas à condição feminina (ser mulher) foi também evidenciado no discurso institucional que algumas mulheres que passaram pela IF integram hoje alguns movimentos na comunidade (ser cidadã).

Então é por isso que a gente acredita que elas são incubadas... A gente tem na turma passada duas mulheres que participam do Conselho de Saúde do bairro - porque uma das coisas que a gente faz é também trabalhar essa questão da participação comunitária. Tem também uma que é do Conselho de Assistência Social, que acompanha juntamente comigo, que sou do Conselho de Assistência Social e com a M., que é diretora da Associação [ASMOCOMP]. Nós temos duas ou três – se eu não me engano – que foram da Incubadora e que são da Diretoria da Associação dos Moradores. Então pra nós isso é um grande avanço. (Assistente da Incubadora Feminina).

Ainda de acordo com a entrevista, pude identificar algumas estratégias utilizadas para a difusão da socioeconomia solidária junto às mulheres.

Então por isso é que a gente consegue fazer elas entenderem [o que é socioeconomia]. A gente dá muito esse exemplo do cooperativismo, da solidariedade: que sozinha, tá aí o que é que está acontecendo com o individualismo: a exclusão! Quanto mais se pensa em você só mais a vida perde o sentido. E a gente resgata muito aqui essa noção de solidariedade. A gente trabalha a socioeconomia solidária e que é possível trabalhar em equipe e que é mais viável e que duas juntas não quebra tão fácil e se for 10, se for 20, a gente consegue fazer com que os problemas não se tornem tão grandes. É claro que as dificuldades são enormes. A cada dia você tem que enfrentar uma multidão, mas juntos, acreditando uma na outra – quando uma tá desanimada vai lá e conversa com a outra e aí a outra anima. Às vezes uma não tem nada em casa e a outra vai lá e dá uma força, da uma ajuda. Isso é que realmente vai fazer

essa construção... de conquistar realmente os objetivos delas. E elas desejam. Não tem uma mulher que venha pra cá que não deseje ter uma casa – muitas delas não têm nem onde morar, porque moram com os pais, mora com a mãe, mora com a sogra. Então elas têm o desejo de ajudar os filhos e de ter um lugar pra morar. Então nisso aí você consegue fazer elas entenderem que é necessário então elas buscarem isso e que não vai descer do céu. Então como é que elas vão melhorar a vida dos filhos? Só através do trabalho. Só através de ter uma independência, um pouco maior, é que elas vão conseguir melhorar a vida dos filhos. (Assistente da Incubadora Feminina).

Neste momento, ela coloca em evidência o trabalho como algo que possui um papel central nessa experiência. Todavia, sua fala não se centra no trabalho como um modo de produzir mercadorias para um patrão e ter em troca um salário, mas sim no trabalho coletivo e autônomo, pautado nas relações de solidariedade e confiança estabelecidas no grupo.

O sentido atribuído à socioeconomia solidária foi expresso na seguinte frase: *“Eu diria que o capitalismo tira o direito à vida, ao trabalho, ao lazer... e que a economia solidária é o oposto disso e através dela nós resgatamos o direito à vida!”*

3.2. Os Significados da Incubação sob a Ótica das Mulheres Egressas

As principais marcas sentidas pelas mulheres após passarem pela Incubadora Feminina foram: a elevação da auto-estima, o acesso a conhecimentos e a qualificação profissional, a organização de grupos produtivos na lógica da socioeconomia solidária e os vínculos estabelecidos com as colegas de turma e com os profissionais que facilitaram as oficinas de capacitação e as vivências terapêuticas.

Com base nos relatos da vida pós-institucional, estruturei três perfis (categorizações) que representam a síntese dos significados (re)construídos, isto é, oriundos do processo de incubação. São eles:

1. SER MULHER: perfil associado à condição feminina e aos papéis desempenhados na família como filha, esposa e mãe;
2. SER TRABALHADORA: identifica o modo como se deu o ingresso das mulheres no mundo do trabalho, no âmbito dos espaços público e privado: trabalho doméstico (não remunerado) e trabalho gerador de renda (ocupações formais e/ou informais), com ênfase para a experiência de organização de grupos produtivos solidários;
3. SER CIDADÃ: estruturado na perspectiva de compreender como se dá a participação na comunidade, o acesso às políticas públicas de educação, saúde e qualificação profissional.

3.2.1. Ser Mulher

A (re)construção de significados no sentido da modificação do perfil da condição de mulher estão relacionadas à auto-estima, expressada numa nova relação de cuidado com o corpo, indo mais frequentemente ao médico (os exames periódicos de prevenção do câncer ginecológico são os mais citados), ao dentista ou mesmo estando mais atenta ao controle da pressão arterial.

Um dos relatos que melhor demonstram isso é o de Rosa d'Ália, ao lembrar-se do seu aspecto físico quando do ingresso na IF. "*Quando eu entrei lá eu pesava mais de 100 quilos (...) hoje eu tô com menos de 80*". Conforme narra, a obesidade era fruto do uso da medicação controlada ingerida cotidianamente, como

fuga da situação em que vivia. *“Nem os dentes ele [o marido] deixava eu botar. A minha boca chega era funda porque eu não tinha dente. E eu morria de vergonha de falar e o povo ver que eu não tinha dente.”*

Outro ponto destacado foi a mudança de atitude frente aos problemas familiares. Hoje elas se sentem mais resistentes às dificuldades (“resilientes”), bem como mais capazes de mediar conflitos. No decorrer das conversas foram comuns as afirmações que deixaram transparecer essa constatação.

Hoje eu tenho mais paciência com meus filhos. Antes, qualquer coisa que acontecesse eu já tava batendo. E não me conformava enquanto não visse sangue. Agora eu tento conversar mais com eles. Com o E. [companheiro] também... a gente senta pra conversar quando tem um problema. É conversando que a gente se entende, né?
(HORTÊNCIA)

Com relação à violência doméstica, aquelas que estavam submetidas a alguma situação do tipo, ao tomarem conhecimento das possibilidades de enfrentamento, sentiram-se mais fortalecidas para fazê-lo. Mais uma vez vou me remeter ao caso de Rosa d'Ália, que denunciou o marido na Delegacia da Mulher, reconduzindo a sua trajetória e assumindo, de fato e de direito, a chefia da família.

Percebi nos relatos que o fortalecimento emocional das mulheres foi fruto da construção dos vínculos entre elas. Apesar das dificuldades relatadas no início da incubação, quando mal se conheciam, e qualquer diferença de pensamento já se transformava numa desavença, foi desenvolvida a capacidade de entender que os problemas pelos quais estavam passando são expressões de uma condição social historicamente determinada. Por isso a geração do sentimento de solidariedade, quando perceberam que *“estavam no mesmo barco”*. Aos poucos, o sentimento de *“rejeição”* foi dando lugar ao sentimento de *“acolhida”*. Todas as entrevistadas, com maior ou menor intensidade, afirmaram que o amadurecimento das relações interpessoais foi um dos maiores aprendizados da Incubadora.

O conjunto das falas revela um sentimento de pertença ao grupo, identificado, sobremaneira, quando rememoram os momentos de alegria quando se reencontram, o que sinaliza que os vínculos foram construídos em torno dos ideais de igualdade, solidariedade e afetividade: *“lá nós era tudo igual... não tinha diferença”* (Bonina); *“saber que não é só nós que tem problema e que umas tem problema igual ao nosso e às vezes até maior.”* (Hortência). Entretanto, em algumas

narrativas as relações são avaliadas tanto positiva quanto negativamente. Ao que parece, ocorreram alternadamente momentos de conflito e de solidariedade, sendo que, ao final, várias relações de amizade permaneceram até os dias atuais.

No caso de Jasmim, que teve participação na primeira e na segunda turma da Incubadora Feminina, o desafio de mediar os conflitos no grupo, por ser uma das mais maduras, foi avaliado como uma das principais dificuldades vividas durante o processo de incubação.

Outro componente realçado nas narrativas foi o acesso a novos conhecimentos. Para a maioria delas, foi a primeira vez que participaram de cursos de capacitação e de vivências terapêuticas. Estas últimas foram amplamente citadas como uma das melhores fases da “incubação” (ver Tabela 7, p.160 deste estudo).

Os relatos mesclam elementos que descrevem o modo como se dava a interação em sala de aula, demonstrando os vários conteúdos desenvolvidos e como cada uma se apropriou deles de forma diferenciada. Neste aspecto, as relações estabelecidas entre si e com os profissionais que facilitaram as vivências tiveram forte influência no modo como cada uma avaliou a sua participação no processo. Por isso algumas narrativas trazem elementos que se conjugam como partes de um todo, como a elevação da auto-estima, a aquisição de conhecimentos e as relações com o grupo.

3.2.2. Ser Trabalhadora

Voltando o olhar para o perfil *ser trabalhadora*, foi observado que as experiências vividas na Incubadora trouxeram novos componentes para a compreensão do significado do trabalho na vida de cada uma.

O trabalho é apresentado como elemento dignificante, tendo como base além do meio para geração de renda, o seu valor moral. Deste modo, os relatos explicitam os significados atribuídos ao trabalho como uma necessidade humana e como meio que assegura a sobrevivência. Neste sentido, as falas de Bonina e Hortência são as mais reveladoras.

Todo mundo sonha em melhorar de vida, ter uma casa pra morar sem pagar aluguel, comer, vestir. É por isso que o trabalho é muito importante, porque sem ele a gente sofre muito. (Bonina).

Quando eu tô trabalhando eu me sinto útil. Não fico em casa só pensando besteira... e dô exemplo pros meus filhos: a gente tem que trabalhar pra sobreviver. (Hortência).

No relato de Jasmim o trabalho está relacionado a uma atividade vital, fonte de prazer: *“pra mim é como um lazer, um divertimento. Não é um dever, uma obrigação. Eu me sinto muito bem quando estou trabalhando”*.

Por meio do trabalho as mulheres afirmam buscar uma forma de garantir autonomia e independência. A autonomia é objetivada quando elas podem, por exemplo, definir o direcionamento dos rendimentos obtidos com o trabalho no orçamento familiar, eliminando e/ou reduzindo a dependência econômica dos maridos/companheiros: *“pra mim o trabalho é muito importante porque é muito ruim ficar dependendo dó de marido”*, disse Tulipa.

Algumas elaborações apontam para o significado do trabalho vinculado à noção de emprego, principalmente na percepção das mais jovens. Em geral, elas atribuem muita importância à inserção no mercado de trabalho formal e frisam as possibilidades de ascensão social. É o que dizem Girassol e Margarida. A primeira sonha em ser microempresária e diz que pretende seguir adiante na vida escolar para concluir uma graduação: *“porque só através do trabalho e dos estudos é que a gente pode melhorar de vida”*. Para Margarida, a busca pela estabilidade econômica é materializada no emprego com registro em carteira: *“eu sonho em conseguir um trabalho de carteira assinada, porque a gente sabe que vai ter um dinheiro certo todo mês. Dá mais segurança”*.

É importante observar que ao se referirem aos sonhos que pretendem realizar através do trabalho, a maioria menciona as formas autônomas de geração de renda. Isso pode ser analisado tanto em função da idade, pois é notória a dificuldade de (re)inserção de pessoas acima de quarenta anos no mercado de trabalho; bem como pela possibilidade de gerir seu próprio empreendimento, experimentada na Incubadora.

As representações do trabalho manifestadas pelas mulheres expressam a importância da experiência de organização dos grupos produtivos, momento em que sentiram na pele o confronto entre uma lógica produtiva que intenciona ser diferenciada e suas limitações dentro do sistema capitalista, especialmente, no tocante à sustentabilidade sócio-econômica dos empreendimentos.

Na esteira da discussão acerca da insustentabilidade dos grupos produtivos, houve unanimidade em considerar que as tentativas de organização dos grupos produtivos na lógica da socioeconomia solidária se constituíram numa expectativa que não foi atingida. As iniciativas ocorreram em meados do processo, quando já havia sido trilhado um percurso no sentido de mapear as capacidades produtivas das integrantes do grupo. Todavia, as mulheres atribuem o fracasso das experiências a vários fatores, como o pouco amadurecimento do grupo, as debilidades no acompanhamento institucional no que tange ao microcrédito e à gestão da produção e da comercialização.

As falas de Bonina e Hortência pontuam, para além das questões objetivas, a pouca confiança em si mesmas (perseverança), falhas na divisão das tarefas e a desvalorização daquilo que era produzido por parte da comunidade, o que findou gerando um desequilíbrio entre receitas e despesas, ocasionando insatisfação com relação aos resultados e, por conseguinte, a desmotivação para continuar.

A experiência foi uma fraqueza de nós mesmas, porque uma desvaneceu e outra desvaneceu e nós não procuramos botar outras no lugar, que tivesse coragem de enfrentar. Com certeza nós não tava preparada pra enfrentar. [...] No caso do nosso grupo faltou confiança em nós mesma! Perseverança. Não tava dando pra nós tirar uma renda por enquanto. O dinheiro só dava pra comprar o material pra trabalhar. Aí tava sobrando pouca coisa. Aí as meninas esmoreceram tudo. (BONINA)

O grupo não gerava renda para suprir a nossa necessidade. Aí foi se distanciando por conta disso. Não foi por briga. Faltou um projeto que desse sustentação. Nós ainda tentamos formar uma cooperativa, mas não deu certo, porque faltou acompanhamento. Não dá pra ser solidário daquele jeito: o trabalho era muito e o ganho era pouco. O povo não valorizava o trabalho, queria que a gente vendesse tudo [os produtos] bem baratinho porque era de retalho. (HORTENCIA)

A percepção de Tulipa sobre ao fracasso da experiência trouxe à tona outros elementos relativos à fragilidade das relações de confiança no grupo, ocasionando o seu afastamento da Associação até os dias atuais.

Seu relato se contrapõe às falas que ressaltam as relações solidárias estabelecidas e demonstram os desafios e limitações das práticas de produção coletiva em pequena escala. Neste caso, o grupo apresentou debilidades não só econômicas, mas também nas relações entre os membros e nos fluxos de comunicação, gerando desgastes que foram determinantes para o declínio da

experiência. Contudo, a premissa da solidariedade veio à tona quando, mesmo expressando “*raiva*” pela atitude tomada por algumas companheiras do Grupo, Tulipa disse ao final: “*se ela tivesse me falado que estava precisando do dinheiro eu tinha dado... porque eu tava passando sem ele*”.

Gabriel Kraychete (2000) chama a atenção para tais entraves dos grupos produtivos organizados na lógica da economia solidária. Em geral, os empreendimentos associativos enfrentam condições adversas para se desenvolver. Seja no meio rural ou urbano, é comum a situação em que estes empreendimentos, mesmo quando apresentam viabilidade do ponto de vista econômico, se deparam com dificuldades irreversíveis porque as questões associativas não foram devidamente equacionadas. E um dos grandes desafios enfrentados por esses grupos é o direcionamento dos recursos que seriam destinados ao empreendimento (para reinvestimento). Muitas vezes, eles são redirecionados para as despesas básicas do orçamento familiar, mesmo que comprometendo o “capital de giro” ou a “lucratividade” do empreendimento. Diferentemente da empresa capitalista, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada à lógica da “reprodução da unidade familiar”.

Uma outra explicação possível para a não prosperidade dos grupos produtivos é que as mulheres não estavam suficientemente preparadas para gerir tais iniciativas:

Não tinham o perfil empreendedor requerido para enfrontar-se nas estratégias de autogestão da economia popular e solidária e tampouco tinham a intenção de desenvolvê-lo. [...] Poucas pessoas tinham histórico profissional que lhes assegurasse algum grau de capacitação ocupacional para exercer atividades produtivas que não fossem simples extensão do trabalho doméstico, o que lhes empurrava para a escolha de negócios pouco viáveis economicamente e em condições de trabalho bastante precárias ou, mesmo sendo associativas, subordinadas a outras dinâmicas econômicas envolventes. (Schwengber et al, 2003: p. 146).

Ao contrário das demais *flores*, Jasmim teve uma experiência positiva com os grupos produtivos na lógica solidária de inclusão. Dois anos após ter saído da Incubadora Feminina, ela começou a coordenar o grupo que produz artesanato na comunidade, chamado de *Palmart*, e o faz até hoje.

Rosa D’Ália foi a única, entre as entrevistadas, que não se engajou em grupos produtivos, pois, à época, estava no auge de seu conflito conjugal – “*eu não*

tava com cabeça pra nada nessa época. Eu só queria saber de me livrar daquele homem!'

3.2.3. Ser Cidadã

Considerando as relações entre os indivíduos, a coletividade e o Estado, inscreve-se a noção de cidadania, sendo esta entendida como uma condição em que as pessoas se sentem e se percebem como pertencentes à vida pública. Para Vera Soares (2004, p.89), o conceito de cidadania, como instrumento analítico, contribui para a reflexão de Castel (1998), sobre os direitos no contexto da construção da sociedade assalariada, podendo ser interpretada como uma nova forma de regulação social, mais especificamente da convivência civil.

O valor atribuído à convivência em grupo e o acesso que tiveram aos serviços públicos de saúde (prioridade no atendimento nos postos de saúde), educação (inclusão dos filhos nas Creches e Escolas do bairro) e qualificação profissional (cursos e vivências), bem como a participação nos movimentos comunitários, constituem as principais matizes do perfil que denominei *Ser Cidadã*.

Inicialmente, me referi à cidadania formal (possuir documentos) e ao acesso aos serviços básicos de infra-estrutura urbana, como água encanada, luz, saneamento, transporte público etc., que costumam pautar os debates públicos nos bairros periféricos e conjuntos habitacionais. Neste quesito, todas afirmaram possuir os documentos (RG, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho). Todavia, todos são necessários à participação delas nos programas de renda mínima, como o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

A maioria das entrevistadas recebe benefícios do Governo Federal, que se constituem num reforço ao orçamento familiar. Esses benefícios variam entre R\$40,00 (quarenta reais) e R\$65,00 (sessenta e cinco reais). Tais programas atrelam o recebimento dos mesmos à manutenção dos filhos nas escolas e à frequência ao posto de saúde para o acompanhamento do crescimento das crianças e seu estado nutricional, enfatizando a importância da vacinação e da prevenção de doenças sazonais, como a dengue.

Diferentes estudos e pesquisas demonstram que o direito social das mulheres às medidas redistributivas de renda estão vinculadas a uma dupla modalidade de acesso: a posição ocupacional delas e dos maridos/companheiros.

Neste caso, a cidadania social limita-se a integrar a renda em diferentes fases da vida e em diferentes circunstâncias – desemprego, impossibilidade de trabalhar por motivo de saúde etc., articulando os serviços sociais que têm como referência a infância e a escolarização (SOARES, 2004).

No que se refere à relação com a comunidade, todas afirmam participar dos movimentos comunitários em várias frentes. Dentre estes, destacam-se os movimentos religiosos da Igreja Católica (Bonina, Girassol e Tulipa), o voluntariado, exercido por Jasmim e Rosa d'Ália junto à Creche Comunitária Curumins; e, por último, Hortência, que atua junto à Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras II (ela já integrou o quadro diretivo da ASMOCONP em 2004, quando ocupou a pasta de Patrimônio).

A questão relativa à participação na comunidade é um dos elementos fundamentais para o entendimento dos rumos da vida pós-incubação, pois permite analisar a inserção das mulheres nos espaços públicos e a forma como suas trajetórias foram redirecionadas, haja vista que em alguns casos elas chegaram a vivenciar situações de cárcere privado, como foi o caso de Rosa d'Ália, que foi impedida de freqüentar as aulas da Incubadora, de ir à Igreja etc.

A despeito das dificuldades ocorridas durante o período de incubação, o trabalho desenvolvido pela ASMOCONP e Banco Palmas foi valorizado pela maioria das egressas que entrevistei. No entanto, das sete, apenas duas, Rosa d'Ália e Jasmim continuaram freqüentando a Associação após terem participado da IF. As demais ou estremeceram a relação ou estão participando de outros espaços. Mesmo assim, todas afirmaram que sentem vontade de voltar a participar.

Os argumentos assinalados no sentido de uma avaliação dos significados da incubação numa lógica solidária de inclusão identificam aspectos positivos e negativos, evidenciando as fases e os respectivos princípios contidos na proposta teórico-metodológica da entidade. Neste cenário, as experiências em construção na sociedade possuem potencial criativo para recriar as relações entre as pessoas, desenvolvendo uma sociabilidade afirmativa de valores democráticos e de cidadania. Nos termos de Gaiger (2000), tais práticas representam

... respostas emergenciais, necessárias e também formas de inclusão social; meio para a reconstrução progressiva da vida individual e coletiva; contexto gerador de cidadania, base em pequena escala para ações propositivas de maior alcance; ação de

fronteira, criadora de alternativas de vida econômica e social (GAIGER, 2000).

Em síntese, ter vivido um processo pedagógico e ter em comum um passado institucional lhes permitiu a aquisição de conhecimentos que modificaram suas formas de agir no mundo, encorajando-as a lutar por uma vida melhor para si e para os que estão à sua volta: “*a gente passa a valorizar mais a cidadania... a lutar pelos nossos direitos*” (Girassol); “*A Incubadora me ajudou a abrir a minha mente. A perceber meus direitos, porque eu sabia que eu tinha, mas eu tinha medo de lutar por eles.*” (Hortência).

Diante do exposto, é possível constatar que as noções de “gênero”, “inclusão social”, “trabalho” e “cidadania” contidas na concepção teórico-metodológica do Projeto Incubadora Feminina coadunam com aquelas contidas nas estratégias de *desenvolvimento alternativo*, que sublinham a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade.⁵³

⁵³ O autor atribui o conceito de desenvolvimento alternativo: “...Na falta de um termo melhor, as práticas e teorias que desafiam o capitalismo são freqüentemente qualificadas como “alternativas”. Neste sentido, fala-se de uma globalização alternativa, de economias alternativas, de desenvolvimento alternativo (SOUSA SANTOS, 2002, p.27).

3.3. Incubação e Socialização

Com o intuito de aprofundar a análise do processo de “incubação”, recorrerei ao conceito de *socialização*, por entender que tal processo tem como objetivo mediar a transição das mulheres de uma fase – caracterizada pelo *risco social e pessoal* – para outra, em que este é superado (ou atenuado) por meio das várias atividades realizadas.

Tomando como base o cotejo das narrativas da instituição e das egressas da Incubadora Feminina, bem como a revisão de literatura especializada sobre a temática, pode-se afirmar que a “incubação” consiste em mais uma etapa na socialização das mulheres envolvidas. Por isso o interesse em discutir as relações entre incubação e socialização.

De acordo com o Dicionário Aurélio, ambas as palavras se referem a processos de transformação. Com relação a *incubar*, esta palavra vem do latim, *incubare*, que significa: “1. Chocar (ovos); 2. Possuir em estado latente; 3. Premeditar, planejar, projetar, predispor. (...) 5. Compenetrar-se, convencer-se, persuadir-se...” (ABH, p.934). A socialização está ligada às noções de solidariedade e integração: “(...) *Desenvolvimento do sentimento coletivo, da solidariedade social e do espírito de cooperação nos indivíduos associados. Processo de integração mais intensa dos indivíduos no grupo.*” (ABH, p.606).

Partindo destas definições e com base no quadro empírico, observa-se a semelhança entre os significados dos termos “incubação” e “socialização”. Mas de onde vem essa denominação – “incubação” ou “incubadora”?

O termo “incubação” passou a ser utilizado nas últimas décadas, a fim de caracterizar os processos de transformação pelos quais devem passar as pessoas e/ou as organizações, em conformidade com a nova lógica de produção e acumulação de capital. Podem ser mencionados como exemplo, os Programas de Qualidade Total (5S⁵⁴, CCQ, etc), que, no Brasil, vêm sendo implantados por várias

⁵⁴ O "Programa 5S" foi desenvolvido com o objetivo de transformar o ambiente das organizações e a atitude das pessoas, melhorando a qualidade de vida dos funcionários, diminuindo desperdícios, reduzindo custos e aumentando a produtividade das instituições. Ele ganhou esse nome devido às iniciais das cinco palavras japonesas que sintetizam as cinco etapas do programa: *Seiri*- DESCARTE: Separar o necessário do desnecessário; *Seiton*- ARRUMAÇÃO: Colocar cada coisa em seu devido lugar; *Seiso*- LIMPEZA: Limpar e cuidar do ambiente de trabalho; *Seiketsu*- SAÚDE: Tornar saudável o ambiente de trabalho; *Shitsuke*- DISCIPLINA: Rotinizar e padronizar a aplicação dos "S" anteriores.

entidades, como o SEBRAE. Ao final da “incubação” o empreendimento é certificado com os diversos selos: ISO 9000, D’olho na Qualidade⁵⁵, entre outros.

Todavia, em se tratando da lógica solidária de inclusão, o ato de “incubar” está diretamente relacionado à construção de uma estratégia de enfrentamento ao desemprego, pela via da “incubação” de pequenos empreendimentos, constituídos com o objetivo de gerar inclusão no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

O termo nasce, enquanto metodologia sistematizada, como uma reação ao fechamento dos postos de trabalho e à conseqüente exclusão, decorrente da reestruturação produtiva e da globalização da economia, em meados dos anos 90. Neste momento, a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) iniciou o Programa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Nas palavras de Gonçalo Guimarães:

O objetivo desta iniciativa tem sido utilizar os recursos humanos e conhecimento da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores para a construção de atividades autogestionárias, visando sua inclusão no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2000, p. 114).

De acordo com o autor, o conceito parte do princípio de que a universidade desenvolve de forma plena seus preceitos de extensão universitária quando propõe e executa projetos de intervenção econômica e geração de trabalho e renda, tomando como base a efetiva interatividade com a população interessada. A perspectiva é de que, a partir da inserção econômica, estes grupos produtivos formados por trabalhadores também passem a consolidar o processo político de conquista da cidadania. Para tanto, foi desenvolvida uma *metodologia* de incubação com base nos seguintes pontos: i) metodologia de formação em gestão; ii) contabilidade; iii) administração; iv) marketing; v) metodologias de pesquisa de mercado para pequenos empreendimentos etc.

Nessa conjuntura, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) lança o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), no âmbito do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), em parceria com a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil e a COOPE/UFRJ. No bojo

⁵⁵ O Programa D’olho na Qualidade toma como base o 5S, mencionado acima, e integra uma das linhas de ação do SEBRAE no sentido da gestão estratégica orientada para resultados.

desse Programa surgem mais seis Incubadoras, a segunda delas na Universidade Federal do Ceará (UFC).

A proposta – além da inserção no mercado – é promover, sempre por meio do trabalho, a organização popular, tendo como perspectiva uma grande articulação nacional das cooperativas e, por consequência, dos cooperativados. Embasada em um outro modelo de economia que não o modelo capitalista de empresa, de exploração, de apropriação ou concentração de renda, e nos princípios da solidariedade, igualdade e oportunidade, busca-se ajudar a formular um modelo alternativo de economia solidária. (GUIMARÃES, 2000, p. 117).

No estado do Ceará, existem algumas experiências em andamento que atuam com a metodologia de incubação sob a lógica solidária de inclusão. As principais são: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas de Autogestão da Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Incubadora Feminina; resguardadas as especificidades de cada uma.

No caso da Incubadora da UFC, o foco é a “incubação de cooperativas”, embora também estejam sendo desenvolvidas várias iniciativas junto às populações consideradas de risco, como as cooperativas organizadas por portadores de HIV/AIDS (COOPVIDA). Com relação à Incubadora Feminina, além do público-alvo específico, o apoio às iniciativas produtivas vai desde a organização de pequenos empreendimentos individuais e/ou coletivos informais à uma estruturação jurídica formal – microempresa, associação ou cooperativa. Nessa direção, podem ser citadas a *Palmalimpe*, que é organizada sob a forma de microempresa e a *Palmafashion*, que é um grupo produtivo informal de confecções.

A coordenação do Projeto argumenta que durante o processo de incubação são construídas as *identidades pessoal e coletiva* das mulheres, iniciando-se pela recuperação e elevação da auto-estima, para, em seguida, passar à fase da capacitação, bem como à sensibilização no tocante à proposta da economia solidária e, por fim, à organização dos Grupos Produtivos. Esta seria, portanto, a culminância do processo, ou, nos termos da proposta metodológica, o principal indicador de alcance da eficácia⁵⁶.

⁵⁶ Diz respeito aos resultados obtidos na execução do Projeto, como o número de mulheres incubadas, carga horária destinada à qualificação profissional, às vivências terapêuticas etc.

Trata-se, portanto, de uma situação em que as mulheres têm acesso a uma série de informações que contribuem para a modificação de seu perfil, podendo ser caracterizado como um modo de socialização secundária.

De acordo com Berger e Luckman (1985, p.175), a socialização pode ser definida como a “*ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela.*”

Para os autores, existem dois tipos de socialização: a primária e a secundária. A primeira é aquela que o indivíduo experimenta na infância, em virtude da qual passa a ser membro de uma determinada sociedade (embora entendendo que a criança não é um ser passivo no processo de sua socialização, são os adultos que estabelecem as regras do jogo). Já a socialização secundária, é todo e qualquer processo que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. No que se refere a este último processo, que remete à idéia de inclusão de indivíduos, na Incubadora Feminina ocorre um modo de socialização que coaduna com os princípios de uma lógica solidária de inclusão.

A argumentação que subsidia a presente reflexão está baseada no entendimento de que a “incubação” é uma metodologia na qual as participantes parecem se reconhecer como membros de uma coletividade, originando múltiplas lógicas de condutas. Predominando tal situação, é válido falar da Incubadora Feminina como uma experiência cujas características afirmam princípios inovadores, os quais convivem, concomitantemente, com aqueles denominados tradicionais. Por isso, a análise da experiência está baseada no conceito de hibridação. Enquanto há indicadores relevantes perceptíveis nos aspectos mais subjetivos das mulheres, por outro lado verifica-se a tímida efetividade⁵⁷ no que diz respeito aos impactos das iniciativas de geração de formas autogeridas de trabalho.

Talvez um dos maiores desafios para as entidades que atuam junto a projetos sociais seja compatibilizar os resultados subjetivos e os objetivos, conferindo maior sustentabilidade e credibilidade às propostas de inclusão sócio-produtiva em andamento na sociedade.

⁵⁷ São os impactos do Projeto em termos de melhoria da qualidade de vida das mulheres, mensurados, em geral, pela sua ocupação atual, nível de renda etc.

4. Considerações Finais: O Novo Sempre Vem

Ao chegar no final deste trajeto e a julgar pela multiplicidade de questões que vieram à tona, o título que anuncia este item pretende responder à pergunta de partida fundamentada na seguinte questão: o que há de novo, inovador e/ou diferente nas experiências de inclusão numa lógica solidária?

Por isso, num texto de caráter conclusivo, apresento as considerações a seguir, que se apóiam nos resultados da pesquisa, e que revelam o papel fundamental da *experiência* como fonte de aprendizado na busca de formular novos caminhos para a inclusão social numa lógica solidária.

Luiz Inácio Gaiger (2004), ao organizar a primeira pesquisa sobre os sentidos das experiências de Economia Solidária no Brasil, afirma que

A razão mais profunda para evocarmos a *experiência* diz respeito ao fato de que tais tentativas de resistir ao despotismo do capital, de insistir em humanizar a civilização, ocorrem no contexto de uma transição mundial complexa, que assusta ao parecer não ter fim, na qual há carência de estruturas sociais reconfortantes, de papéis sociais definidos e de um projeto de sociedade. Em tal condição histórica, como nos lembra Dubet (1994), a *experiência* converte-se na chave da dinâmica psicossocial, que impulsiona os atores, como individualidades ciosas de si mas igualmente susceptíveis de agir coletivamente, a construir cenários de vida significativa. (GAIGER, 2004).

Desse modo, ao conhecer, descrever e analisar a Incubadora Feminina, observei a diversidade de significações que essa experiência adquiriu para os seus protagonistas e executores, identificando uma série de pontos que coadunam com os princípios ideais das práticas de socioeconomia solidária.

A passagem pela IF foi o ponto de entrecruzamento entre diferentes pessoas. O fato de ter passado por aquele processo permitiu com que as mulheres redesenhassem suas escolhas e tomadas de decisões em vários aspectos, seja no relacionamento familiar, no cuidado com o corpo ou na participação na comunidade. Evidencia-se, portanto, que novos significados foram construídos, reorientando as ações destes sujeitos, enquanto mulheres, trabalhadoras e cidadãs.

A articulação do tripé mulheres-trabalho-cidadania foi pensada no sentido de demonstrar os principais efeitos percebidos como frutos do processo de incubação, entendendo a forma como as mudanças ocorreram e como elas se

inscrevem no embate mais amplo pela transformação do trabalho, ou, melhor dizendo, no itinerário pela desmercadorização da força de trabalho. Assim, a mudança qualitativa que essa nova lógica propõe aponta para uma redescoberta do trabalho enquanto forma de realização humana.

O economista Marcos Arruda (1998) chama a atenção para o caráter inovador das iniciativas organizadas sob a lógica solidária de inclusão, sublinhando as limitações de uma inclusão na lógica convencional (ou capitalista).

Muitas pessoas acreditam que a inclusão social é o caminho para superar a exclusão social, apresentando como uma forma de trazer os “excluídos” de volta ao mercado de trabalho capitalista. Mas não é uma solução durável porque tende a submetê-los de novo a uma condição de dependência de um patrão e um salário para sobreviver. O único caminho verdadeiro e sustentável de superar a exclusão social é emancipar o trabalho humano da submissão (ARRUDA, 1998).

Ou seja, para se pensar em novas formas de enfrentamento da questão social ou da situação de exclusão, é preciso resgatar o significado humanizador e libertador do trabalho e seu papel como mediador da ação humana para construir um mundo humanizado, no sentido que lhe é atribuído por Karl Marx, n’O Capital (1989). Assim é que será possível os seres humanos construírem a si próprios como pessoas desenvolvidas e realizadas, originando outra forma de sociabilidade, baseada noutra lógica de inclusão, não mais calcada na exploração e apropriação da força-de-trabalho, mas sim na cooperação e na autogestão.

No âmbito da lógica solidária de inclusão convivem tanto atividades realizadas de forma individual ou familiar como as diversas modalidades de trabalho associativo – grupos produtivos informais, cooperativas, clubes de troca, organizações de microcrédito etc. Todavia, não se pode afirmar que tais práticas estão em estreita sintonia com os valores da solidariedade, mesmo porque elas nascem dentro do sistema capitalista e mantém uma complexa relação com o mesmo. Por isso, costuma-se dizer que estas iniciativas estão situadas nos *interstícios* da economia de mercado (SINGER, 2003).

Por isso a importância de demonstrar o caráter pedagógico das experiências que estão acontecendo nos mais diversos lugares do mundo, abrindo espaço para discussões e vivências de novas práticas de vida coletiva: Nessa direção, Manfredo Oliveira destaca:

... a importância destas experiências é, em primeiro lugar, de ordem pedagógica, pois não se trata aqui apenas de estratégias de sobrevivência diante da crise estrutural de emprego, mas de fazer a experiência de assumir coletivamente, por meio de redes de colaboração e intercâmbio, a gestão de empreendimentos produtivos e orientá-los segundo princípios igualitários e democráticos, o que abre um horizonte novo para a organização da vida coletiva (OLIVEIRA, 2006, p.30).

O desafio para se pensar numa forma de contraponto ao modo de produção existente (capitalista) necessita de uma elaboração teórica capaz de refletir sobre as experiências em construção integrantes do campo que Aécio Oliveira (2005, p.183) denominou de “*socioeconomia política da transição*”.

Para o autor, a socioeconomia política está se desenvolvendo através de um intenso processo de luta e de construção de espaços de “trabalho”⁵⁸ em que estão sendo preparadas as bases para “novas relações sociais de produção”, necessárias para mediar uma possível transição “para além do capital”.

Desta forma, se nos ativermos aos achados empíricos, evidencia-se que a lógica solidária de inclusão está permeada por relações que conflitam o que é ideal (horizonte utópico) e aquilo que ocorre no cotidiano (o que é realizado na prática). Todavia, a despeito das limitações, incompletudes, tensões e imprecisões conceituais, uma nova síntese está sendo construída, demonstrando que outra lógica de inclusão é possível e está se constituindo.

⁵⁸ A grafia “trabalho” entre aspas é utilizada pelo autor para designar o significado de uma forma de mediação social relacionada a uma sociedade pós-capitalista. (Op.cit p.161).

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Ed, 1994.
- ARAÚJO, M^a Neyára de O. Sob os SELs de França a construção de uma Esfera Pública Plebéia Desponta: Ensaio de interpretação sociológica do Système d'Exchange Local. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.35, p.01-145, 2004.
- ARAÚJO, M^a Neyára de O. A Miséria e os Dias. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.
- ARRUDA, Marcos. Globalização e Sociedade Civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul: Rio de Janeiro, 1998.
- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- BANCO PALMAS: O Sistema Integrado de Microcréditos. Série Uma Prática de Socioeconomia, Vol I, Fortaleza, 2001.
- BANCO PALMAS: Incubadora Feminina. Série Uma Prática de Socioeconomia, Vol II, Fortaleza, 2001.
- BERGER, P.L. e LUCKMAN, T. A Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____, Pierre. Razões Práticas. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRAGA, Elza M^a Franco. Movimentos Sociais Urbanos: Reivindicações, Lutas e Aprendizados. In: CEARAH Periferia. Vivências, Lutas e Memórias: Histórias de Vida de Lideranças Comunitárias em Fortaleza. Fortaleza: Ed. Fundação Demócrito Rocha, 2002.
- CASTEL, Roberto. As Metamorfoses da Questão Social. Uma Crônica do Salário. Petrópolis: Ed Vozes, 2001.
- CARVALHO, Genauto et DZIMIRA, Sylvain. Don et Economie Solidaire – Esquisse d'une théorie socioéconomique de l'économie solidaire. GERFA, CRIDA e M.A.U.S.S. - PBM (Petite Bibliothèque du M.A.U.S.S), Paris, s/d.
- CARRASCO, Cristina. A Sustentabilidade da Vida Humana: Um Assunto de Mulheres? In: NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu. A Produção do Viver – Ensaio de Economia Feminista. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2003.

DEMO, Pedro. Solidariedade como Efeito de Poder. São Paulo: Cortez Ed, Instituto Paulo Freire, 2002 (Coleção Prospectiva – Volume 7).

DIEESE. Boletim: As Mulheres nos Mercados de Trabalho Metropolitanos. SP: 2003.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. 2ª Ed, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DRAIBE, Sônia Miriam. Prioridades e Perspectiva das Políticas Públicas para a Década de 90. IPEA/IPLAN, Brasília: 1990.

GAIGER, Luiz Inácio. A Solidariedade como uma Alternativa Econômica para os Pobres. Curso de Extensão Universitária e Cultural em Economia Solidária – Módulo IV. PUC/São Paulo, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. Significados e Tendências da Economia Solidária: Reflexões sobre o Projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999.

GUIMARÃES, Gonçalo et al. Sindicalismo e Cooperativismo – A Economia Solidária em Debate. São Paulo: Unitrabalho, 2000.

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia Econômica e Relações de Gênero. In: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas. EMÍLIO, Marli (Org.) et al. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon. Os Fundamentos Teóricos da Autogestão. In: Autogestão: uma Mudança Radical. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HIRATA, Helena. Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um Olhar Voltado para a Empresa e a Sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

KRAYCHETE, Gabirel, LARA, Francisco, COSTA, Beatriz (Org.). Economia dos Setores Populares: entre a Realidade e a Utopia. Petrópolis/RJ: Vozes, RJ: CAPINA, Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

LISBOA, Armando de melo. A Crítica de Karl Polanyi à Utopia de Mercado. UFSC: Florianópolis, 2000.

MARTINS, José de Souza. Exclusão Social e Nova Desigualdade. São Paulo: Ed. Paulus, 1997.

_____. A Sociedade vista do Abismo: novos estudos sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais. Petrópolis/RJ: 2002.

MAGALHÃES, Reginaldo S. A Nova Economia do Desenvolvimento Local. Curso de Extensão Universitária em Economia Solidária – Mód. IV. PUC/São Paulo, 2000.

MANCE, Euclides André. A Revolução das Redes: A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: DIFEL, 1989.

MATTOS, Geísa, MATOS et al (Org.) Palmeiras – Registros de Cidadania. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

MAUSS, Marcel. O Ensaio sobre a Dádiva. In: Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Atlas da Economia Solidária No Brasil. Brasília/DF, Secretaria Nacional de Economia Solidaria, 2006.

MOVIMENTO MONETÁRIO MOSAICO. Onde Está o Dinheiro? Pistas para a Construção do Movimento Monetário Mosaico. Porto Alegre: DaCasa Editora, 2002;

MOTCHANE, Jean-Loup. Economia Social e Economia Solidária: álbe ou alternativa ao neoliberalismo? Disponível pelo <<http://www.ecosol.com.br>>, acesso em 21.abr.2002.

NOBRE, Miriam. As Mulheres nos Programas de Inclusão Social. In: EMÍLIO, Marli et al (Org.). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

OFFE, Clauss. Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental? In: Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol I.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. Para uma Socioeconomia Política de Transição – Possibilidades e Limites da Economia Solidaria. In: ARAÚJO, Maria Neyára de Oliveira. (Org.) Transformações no Mundo do Trabalho: Realidade e Utopias. 1.ed. Fortaleza: Ed. UFC, 2005;

OLIVEIRA, Manfredo. Socioeconomia Solidária e as Práticas de Vidas Humanas – Um diálogo em construção. In: I Conferência Estadual de Socioeconomia Solidária do Ceará. Fortaleza, 01.jun.2006.

O POVO. Mulheres se reúnem em Incubadora Popular. Caderno de Economia, 21 de fevereiro de 2001.

PAMPLONA, João Batista. Erguendo-se Pelos Próprios Cabelos: Auto-Emprego e Reestruturação Produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal/ FAPESP, 2001.

PAUGAM, Serge. A Desqualificação Social: Ensaio sobre a Nova Pobreza. São Paulo: Educ/Cortez Editora, 2003;

POCHMANN, Márcio (Org.). Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, São Paulo: Cortez Ed e Fundação Perseu Abramo: 2002.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação – As Origens de Nossa Época. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

- QUIVY, Raymond & VAN CAMPENHOUDT, Luc. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RAZETTO, Luis. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, M. e GUTIERREZ, F. Educação Comunitária e Economia Popular. São Paulo: Ed. Cortez, 1993.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Metáforas do Brasil. São Paulo: Annablume Ed., 2004.
- ROLKA, Gail Meyer. 100 Mulheres que Mudaram o Mundo, Ed. Prestígio: Rio de Janeiro, 2004.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.) Produzir para Viver – Os Caminhos da Produção Não-Capitalista. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002 (Vol. 2 da Série Reinventar a Emancipação Social para Novos Manifestos).
- SANTOS, João Bosco Feitosa dos. Pobreza e Exclusão Social na América Latina. In: BRAGA, Elza Maria Franco (org.). América Latina – Transformações Econômicas e Políticas. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.
- SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. Guia de Orientação – Como Trabalhar com o Plano Estadual de Qualificação PEQ/CE 2000. Fortaleza, 2000.
- SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Org.). A Economia Solidária no Brasil: a Autogestão como resposta ao Desemprego. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- Schwengber, Ângela. Economia Solidária – De Estratégia de Resistência a Estratégia de Desenvolvimento. In: EMÍLIO, Marli et al (Org.) Trabalho e Cidadania Ativa para Mulheres. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- TIRIBA, Lia Vargas. Práxis Produtiva e Princípio Educativo. Rio de Janeiro: UFF, 2000.
- TOLEDO, Cecília. O Gênero nos Une, a Classe nos Divide. Disponível em: <http://www.marxismalive.org/cecilia4html>>. Acesso em: 20.mar.2005.
- UNESCO. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina - desafios para políticas públicas. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org>>. Acesso em 15.mar.2006.
- VENTURI, Gustavo, RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Org.) et al. A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS-UFC) PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS-UFRN) MESTRADO EM SOCIOLOGIA

INSTRUMENTAL PARA PESQUISA DE CAMPO

1. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1.1. NOME COMPLETO: _____
1.2. ENDEREÇO COMPLETO: _____
1.3. TELEFONE: _____
1.4. DATA DE NASCIMENTO: _____ IDADE _____
1.5. NATURALIDADE: _____ ESTADO: _____
1.6. SEXO: () MASCULINO () FEMININO
1.7. ETNIA: () Branca () Negra () Amarela () Parda () Indígena () Outro – Especificar: _____
1.8. VOCÊ TEM RELIGIÃO? () Não () Sim. Qual? _____
1.9. QUAL A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO PARA VOCÊ? () Muito Importante () Mais ou Menos () Sem Importância
1.10. VOCÊ FREQUENTA OS CULTOS RELIGIOSOS? () Não Frequenta () Semanalmente () Mensalmente () 1 vez por ano () Só em situações de casamento, batizado, etc.

2. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO

2.1 QUAIS OS DOCUMENTOS QUE POSSUI? CASO NÃO POSSUA, POR QUE NÃO TIROU AINDA? (Definir quais os documentos mais importantes para a “cidadania formal”)

() Certidão de Nascimento
() RG
() CPF
() Título de Eleitor
() CTPS
() Certificado de Reservista
() Carteira de Habilitação
OBS: _____
2.2. ESTADO CIVIL () Solteiro/a () Casado/a () União Marital () Viúvo/a () Separado/a
2.3. VOCÊ TEM FILHOS? () Sim. QUANTOS? _____. () Não
2.4. QUANTOS MORAM COM VC? _____
2.5. ESCOLARIDADE: _____ n° de anos de estudo. Está estudando atualmente?

- () Sim. O que está cursando? _____ () Não
- 2.6. JÁ FEZ ALGUM CURSO PROFISSIONALIZANTE?
() Não () Sim. Qual (is)? _____
- 2.7. HABITAÇÃO – QUAL O SEU TIPO DE MORADIA? () Alvenaria () Taipa
() Outro
- 2.8. A CASA QUE VC MORA É: () Própria () Alugada () Cedida
() Outros. Especificar: _____
- 2.9. QUANTOS CÔMODOS EXISTEM? _____
- 2.10. EXISTE REDE DE ÁGUA E ESGOTO? () Não () Sim
- 2.11. EXISTE ÁGUA TRATADA? () Não () Sim.
De que tipo? _____
- 2.12. EXISTE ENERGIA ELÉTRICA? () Não () Sim

3. DETALHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OCUPAÇÃO, RENDA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

- 3.1. TRABALHA ATUALMENTE? () Não () Sim () Às Vezes (Bico)
Em que? _____
SE SIM, ONDE E DESDE QUANDO

- 3.2. **SE NÃO**, HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ DESEMPREGADA OU EM BUSCA DO 1º EMPREGO? (TEM ALGUMA ATIVIDADE EM VISTA?) _____
- 3.3. TRABALHA OU JÁ TRABALHOU COM CARTEIRA ASSINADA?
() Sim () Não
- 3.4. QUANTO RECEBE POR MÊS ATUALMENTE? () Menos de ½ S.M.⁵⁹ ()
Menos de 1 Salário () 1 Salário () Mais de 1 Salário.
Quanto? _____
- 3.5. QUAL É A RENDA MÉDIA FAMILIAR? () Menos de ½ S.M () Menos de 1 Salário () 1 Salário () Mais de 1 Salário.
Quanto? _____
- 3.6. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NA SUA FAMÍLIA? _____
Nº de Homens _____ Nº de Mulheres _____ EM QUE? _____
- 3.7. QUAIS AS PESSOAS QUE CONTRIBUEM?
() Pai e/ou Mãe () Companheiro/a () Filho/a () Irmão/ã () Avô/ó
() Outros. Especificar: _____
- 3.8. VC RECEBE ALGUM BENEFÍCIO
() BOLSA ESCOLA () BOLSA RENDA () VALE GÁS
() OUTROS _____
- 3.9. QUE TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA VOCÊ JÁ DESENVOLVEU? _____

⁵⁹ O Salário Mínimo atual instituído em 1º de maio de 2005 é de R\$300,00.

3.10. QUE TIPO DE ATIVIDADE PRODUTIVA DESENVOLVE NO MOMENTO?

3.11. QUE TIPO DE TRABALHO VOCÊ MAIS GOSTA DE FAZER? (perceber se é o mesmo que está fazendo no momento)

3.12. O QUE O TRABALHO SIGNIFICA NA SUA VIDA?

(SE ELE É IMPORTANTE, DIZER POR QUÊ)

3.13. O QUE VOCÊ SONHA REALIZAR ATRAVÉS DO TRABALHO?

3.14. QUAIS OS SEUS PLANOS PARA O FUTURO?

3.15. O QUE VOCÊ PENSA SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM GRUPOS PRODUTIVOS, ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS?

3.16. VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ORGANIZAÇÃO DESSE TIPO? SE SIM, DIZER QUANDO, ONDE E HÁ QUANTO TEMPO. (SE JÁ SE DESLIGOU, POR QUÊ?)

3.17. VOCÊ PARTICIPA DE ALGUMA ATIVIDADE OU MOVIMENTO ORGANIZADO NA COMUNIDADE ONDE MORA? SE SIM, DIZER QUAL?

() Igreja () Partido Político () Associação de Moradores () ONG

Outros

PERGUNTAS ESPECÍFICAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

1. VC JÁ FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA? () SIM () NÃO

2. SE SIM, QUE TIPO DE AGRESSÃO SOFREU?

3. QUEM FOI O AGRESSOR?

4. E ATUALMENTE, VC SOFRE ALGUM TIPO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?

() SIM () NÃO

5. VC OU ALGUÉM DA SUA FAMÍLIA CONSOME ALGUM TIPO DE DROGA?

() NÃO () SIM.

ESPECIFICAR:

6. COMO VC AVALIA O TRABALHO DESENVOLVIDO PELA INCUBADORA FEMININA? _____

COMO VC SE SENTE APÓS TER SAÍDO DESTE PROCESSO? (PROCURAR ELENCAR PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS) – O QUE APRENDEU?

7. O QUE SIGNIFICA SOLIDARIEDADE/SER SOLIDÁRIA?

8. O QUE É SER MULHER PRA VC? QUAIS OS DESAFIOS E DIFICULDADES?

OBS: _____
